

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- CAMPUS
CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

Jeovani de Jesus Couto

Entre águas e florestas: Alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá/
Breves- Marajó

Castanhal-PA

2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- CAMPUS
CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

Jeovani de Jesus Couto

Entre águas e florestas: Alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá/
Breves- Marajó

Castanhal

2015

Dados para catalogação na fonte
Setor de Processamento Técnico Biblioteca
IFPA - Campus Castanhal

C871e Couto, Jeovani de Jesus

Entre águas e florestas: alternância pedagógica na reserva extrativista do Mapuá – Breves - Marajó. / Jeovani de Jesus Couto. — 2015.

101 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Dr. Mário Médice Barbosa

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2015.

1. Desenvolvimento rural – Breves (PA). 2. Agroecologia. 3. Educação – Estudo e ensino. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. II. Título.

CDD: 307.1412098115

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal do Pará- Campus Castanhal, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, sob a orientação do Professor Dr. Mário Médice Barbosa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- CAMPUS
CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

Jeovani de Jesus Couto

Entre Águas e Florestas: Alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá/Breves-
Marajó

Dissertação Apresentada ao Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Pará-
Campus Castanhal, como parte da exigência do Curso de Mestrado Profissional em
Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares para a
obtenção do título de **Mestre**.

Aprovada em 07 de Abril de 2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr Mário Médice Barbosa
(IFPA-Orientador)

Prof. Dr. Antônio Jorge Paraense da Paixão
(IFPA-Membro)

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco
(UFPA-MEMBRO)

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos, desde que mantida a referência autoral. As imagens contidas nesta dissertação, por serem pertencentes a acervo privado, só poderão ser reproduzidas com expressa autorização dos detedores do direito de reprodução.

Assinatura _____

Local e Data _____

A meus amores Raimunda Couto, minha mãe, Marcelo, meu
esposo e João Pedro, meu filho querido, a quem dedico este trabalho

AGRADECIMENTOS

A Deus sobre todas as coisas. “ O Senhor é o meu pastor e nada me faltará”(Sal. 23: 1)

A minha mãe, Raimunda, e meu pai José Antônio, que sempre estiveram ao meu lado;

A meu esposo, Marcelo e meu filho João Pedro, que compreenderam as minhas ausências

Aos meus irmãos Josiane, Joyce, Junior, Jeane e Jeová que sempre torceram por mim;

Ao meu orientador; Mario Médice que esteve compartilhando as dificuldades e potencialidades desse trabalho.

A todos os educadores e educadoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares;

A primeira turma do Mestrado profissional em Desenvolvimento Rural, minha querida turma, nossos sorrisos fizeram dos meus dias em Castanhal muito mais felizes;

Aos educandos, educadores, Gestor, Coordenadora e pais da Escola Comunitária Casa Familiar Rural, sem vocês seria impossível realizar este trabalho. Obrigado pela receptividade e a confiança que sempre depositaram em mim.

A floresta nos une diante do perigo comum. Nos faz mais fraternos. É por isso que meu trabalho em defesa da Amazônia não pode parar(Chico Mendes)

RESUMO

Neste trabalho enfocamos a Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Breves, localizada na Reserva Extrativista do Mapuá, tendo como metodologia educativa a Pedagogia da Alternância distribuída em Tempo Escola e Tempo Comunidade. Para a realização desta metodologia se fez necessário a compreensão das ferramentas pedagógicas, com destaque o Plano de Estudo- PE, Colocação em Comum, Planejamento e Projeto Profissional do Jovem- PPJ, apresentando seus avanços, conhecimentos e limitações na realidade local.

Realizamos um preâmbulo histórico do arquipélago do Marajó, do Município de Breves e posteriormente, das Casas Familiares Rurais a fim de refletir sobre os trabalhos na CFR Breves. Embuidos desse olhar sobre a realidade, a pedagogia proposta entre erros e acertos tenta mediar o conhecimento científico com os saberes das populações tradicionais, carregados de identidade, de natureza e de cultura. **“Entre águas e florestas: Alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá/Breves- Marajó ”** reuni educação, identidade, saberes, florestas, rios, agroecologia, beleza, tristezas, metodologias, amigos, irmãos e tantas outras palavras que surgem como temas gerados das vivências das pessoas que fazem essa história.

Palavras-chave: Alternância Pedagógica, Agroecologia. Marajó das florestas.

ABSTRACT

In this paper we focus on the Community School Rural Family House Brief, located in the Extractive Reserve Mapuá, with the educational methodology Pedagogy of Alternation distributed in time School and Community Time. For the realization of this methodology was necessary to understand the pedagogic tools, especially the Plan of study- PE, Joint Commissioning, Planning and Professional Project Jovem- PPJ, presenting his advances, knowledge and limitations in the local reality.

We conducted a historical preamulo the archipelago of Marajó, the Municipio de Breves and, later of Rural Family Houses to reflect on the work at the CFR Brief. Embudos that look at reality, pedagogy proposal from trial and error attempts to mediate scientific knowledge with the knowledge of traditional populations, loaded identity, nature and culture. **"Between waters and forests: Pedagogical Alternation in the Extractive Reserve Mapuá / Breves-Marajó"** meeting education, identity, knowledge, forests, rivers, agro-ecology, beauty, sadness, methodologies, friends, brothers and so many other words which appear as themes generated from experiences of people who do this story.

Keywords: Switching Educational, Agroecology. Marajó forest

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Marajó.....	24
Figura 2: Localização geográfica de Breves PA.....	28
Figura 3: Localização da Reserva Extrativista Mapuá.....	36
Figura 4: Rio Mapuá.....	37
Figura 5: Casa Familiar Rural de Breves.....	50
Figura 6: Construção da Casa Familiar Rural de Breves.....	51
Figura 7- Assembléia para construção e aprovação do Regimento Escolar da CFR.....	51
Figura 8- Parque dendrológico.....	85
Figura 9- Viveiro de Mudas.....	85
Figura 10- Iniciando a Mandala.....	86
Figura 11- Lote Familiar do educando: Luis Paulo.....	86
Figura 12- Lote Lote Familiar dp educando Benedito.....	86
Figura 13- Artesanatos produzidos pelos educandos da CFR.....	89
Figura 14-Barcos feitos de cachos de najazeiro com mastros de miriti produzidos pelos alunos da CFR.....	89
Figura 15- Centros de mesa em forma de folha(látex).....	89

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Os quatro pilares das CFRs.....	43
QUADRO 2- Área e formação dos educadores da CFR.....	55
QUADRO 3- Função Integradora da Alternância	61
QUADRO 4- Matriz Curricular do curso Técnico Integrado em Floresta.....	65
QUADRO 5- Os Parceiros da Formação	70
QUADRO 6- Organograma da CFR Breves.....	71
QUADRO 7- Principais correntes ligadas ao pensamento orgânico e seus precursores ...	79
QUADRO 8- Dimensões da Agroecologia.....	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAN- Associação dos Municípios do Marajó
AMOREMA- Associação dos Moradores e do Mapuá
CFR. – Casa Familiar Rural de Breves
CNS- Conselho Nacional das Populações Extrativistas
EMATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA- Instituto Federal do Pará
IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MFC- Manejo Florestal Comunitário
PE- Plano de Estudo
FASE- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPJ- Projeto Profissional do Jovem
RESEX- Reserva Extrativista
STTR- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UEP's- Unidades de Estudo e Produção
UFRA- Universidade Federal Rural da Amazônia
UFPA- Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1- ORIGEM E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO TRADICIONAL DO MAPUÁ: REAFIRMANDO IDENTIDADES.....	24
1.1- O Arquipélago do Marajó.....	24
1.2 O Município de Breves – Aspectos históricos, socioculturais e ambientais.....	27
1.3- As Reservas Extrativistas das primeiras iniciativas até a organização da floresta no Pará.....	31
1.4- A Reserva Extrativista do Mapuá – Município de Breves- PA.....	36
2- AS CASAS FAMILIARES RURAIS UMA UNIDADE NA DIVERSIDADE	42
2.1- Um começo, uma expansão, uma pedagogia.....	42
2.2- Casa Familiar Rural do Brasil a Amazônia.....	47
2.3- Casa Familiar Rural de Breves: Potencialidades Formativas da Alternância Pedagógica.....	50
2.4- Alternância e Florestamaré: Uma leitura da realidade.....	57
2.5- Relatos e vivências: Experiências de quem aprendendo também ensina.....	68
3- EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA; IDENTIDADES MARAJOARAS ENTRE RIOS E FLORESTAS.....	75
3.1- Extrativismo, Agroextrativismo e Agroecologia: Conceitos em construção.....	75
3.2- Princípios Agroecológicos na Alternância Pedagógica.....	82
3,3- Agroecologia, Alternância e Produção de Novidades das Populações Tradicionais Marajoaras.....	88
3.4- Alternância Pedagógica e a Dependência dela ao Tempo da Natureza.....	90
4- O PRODUTO: PROPOSTA DE CADERNO PEDAGÓGICO.....	93
5- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	95
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE	101

INTRODUÇÃO

As experiências adquiridas em Alternância Pedagógica influenciaram na escolha da temática associada à singularidade dos rios, no movimento das marés, na floresta, no ato de manejar tudo isso por homens e mulheres da Reserva Extrativista do Mapuá. Esses processos no meio rural são multidisciplinares, por isso é impossível pesquisar a Escola Comunitária Casa Familiar Rural isoladamente. A metodologia educativa adotada por ela, a formação por alternância, destaca-se como um modelo curricular para socialização e problematização da realidade, não devendo se limitar a conteúdos da base comum e nem da profissionalização. Entendemos que estes últimos tem que estar relacionados a uma ciência oriunda de um sistema social que questiona as degradações ambientais em decorrência da intensiva intervenção do homem sobre a natureza. Nesse sentido, a alternância envolve a busca de processos agroecológicos porque a agroecologia procura uma estrutura do conhecimento com um aporte teórico e metodológico integrado, como pode ser percebido em Carmo:

A agroecologia, então, é vista como uma nova abordagem científica, multidimensional, na medida em que procura o aporte das mais diferentes disciplinas para construir seu escopo teórico, tendo sempre como unidade de estudo o agroecossistema (...) a base epistemológica da agroecologia vem da contribuição das várias disciplinas do conhecimento, com uma visão integradora e sistêmica do estudo da realidade... (2008; 34-35)

Dialoga-se também com os pressupostos de Freire (1985), quando compreende-se que é preciso interagir com a comunidade para se alcançar o desenvolvimento endógeno e processos emancipatórios, nos quais os sujeitos envolvidos conhecem a realidade e, sobretudo, a interpretam e a transformam. É importante destacar ainda que essas discussões em torno da alternância pedagógica e da agroecologia surgem em um contexto de mudança política e de paradigma, uma vez que o modelo tecnicista da Revolução Verde para a produção de alimentos não mais corresponde aos anseios da sociedade e aos modos de produção em uma perspectiva socioambientalista. Desta forma, é preciso superar a base tecnicista na produção para a agroecológica.

O que se pretende enfatizar é que se promova uma formação integral que contemple as dimensões tecnológicas, comunicacional, a pesquisa e a educacional como já comentava Freire(1983) na obra “Extensão ou comunicação”?

O que se pretende evidenciar aqui neste trabalho é que a Educação pode ser um importante instrumento para que o educando possa fazer a relação empírico-científico que é fundamental para o desenvolvimento do lote familiar, para tanto é necessário conhecer a realidade das comunidades, saber como os educandos desenvolvem suas produções, assim como reforça Bencini (2005):

O Cotidiano de populações ribeirinhas, extrativistas, caiçaras e agropecuárias começa a entrar na sala de aula, estimulando alunos e professores a conectar o currículo a cultura local. Essa conquista, somada a aliança de toda sociedade e a novas formas de gestão, tem apontado o caminho para o sucesso da escola rural.

A adequação da escola a vida no meio rural, é proposto na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 1996, no art. 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Essas proposições também são referendadas nas **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** aprovados em 2001. Nesta última, mais precisamente no **Art. 7º** cita-se que é responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino em regulamentar as estratégias para o atendimento escolar do campo e flexibilização da organização do calendário escolar - o calendário escolar poderá se estruturar independente do ano civil (§1º). E as atividades poderão ser desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos (§2º). No **Art. 8º e 9º** da referida resolução pontua-se as parcerias estabelecidas visando desenvolvimento de experiências de escolarização que devem observar o seguinte: A articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais; Atividades pedagógicas e curriculares para um projeto de desenvolvimento sustentável; Avaliação institucional sobre a qualidade da vida individual e coletiva e Controle social com a participação da comunidade.

A alternância pedagógica .(alternância de tempos e espaços de formação) é uma metodologia de ensino que tem como pressuposto a flexibilização do calendário- que pode ser de acordo com as safras ou de acordo com as situações climáticas e ambientais- e na difusão dos novos conhecimentos na casa e comunidade dos alunos. A aprendizagem é acompanhada nas salas de aula e em visitas às comunidades que os professores fazem às famílias para também trocarem experiência e saberes.

Deste modo é pertinente pesquisar essa pedagogia, no intuito de buscar alternativas que façam a escola um local onde verdadeiramente se construa conhecimentos que ajudem os educandos a desenvolverem seus lotes familiares concatenados com discussões de sustentabilidade social, e que antes de tudo isso dê uma opção de escolha para jovens que antes não tinham uma alternativa para receber uma educação em seu próprio lugar.

Além de incluir nas pesquisas e debates os saberes tradicionais dos ribeirinhos (com relação a natureza e cultura) e, conseqüentemente, a temporalidade muito específica das populações marajoaras da Resex Mapuá.

É obvio que muitas contradições e conflitos ocorre na Pedagogia da alternância e que um dos desafios desse trabalho é identificá-las e tentar resoluções dentro da coletividade que se propõe a escola comunitária Casa Familiar Rural de Breves.

Assim a **problemática** está em reconhecer que princípios da pedagogia da alternância como interdisciplinariedade, reivensão da forma de ensinar para aproximar-se da vida dos sujeitos, empoderamento social, oscilam em sua realização. Os conhecimentos prévios dos educandos imprescindíveis para reestruturação de outros conhecimentos, concatenados com a sabedoria popular, nem sempre fazem parte da metodologia educativa, isto porque o exercício dessa prática depende da formação dos educadores. A maioria dos docentes recebem uma formação urbana nos centros universitários e, além disso, a Casa Familiar Rural não tem sistematizado as experiências exitosas em alternância pedagógica que possam auxiliar o desenvolvimento das aulas de forma interdisciplinar. Assim, o que se pretende é fazer a investigação da realidade no intuito de proporcionar um material que auxilie esses educadores.

Para tanto tem-se como **objetivos** do trabalho o seguinte:

- Identificar os princípios da Pedagogia da Alternância;
- Reconhecer os limites e possibilidades do trabalho interdisciplinar na Alternância Pedagógica na Casa Familiar Rural de Breves;
- Identificar os benefícios e os desafios formativos da educação e agroecologia na CFR;
- Reconhecer a dinâmica das águas e das florestas como um processo intrínseco ao homem e a mulher da Reserva Extrativista do Mapuá;

A importância desse trabalho se dá pelo fato de que ele põe em evidência a alternância pedagógica e o processo interdisciplinar inerente na proposta, diferenciando-se do que ocorre em muitas escolas rurais tradicionais do município de Breves com conteúdos urbanos e fora da realidade, entretanto, essa ressignificação não faz parte da dinâmica de todo o corpo docente. Esse estudo pretende responder esta disparidade, considerando que esse processo ocorre primordialmente por falta de formação inicial e continuada em alternância pedagógica, agroecologia, desenvolvimento sustentável, entre outros.

Para tanto, realizou-se entrevistas e observações em locus no intuito de conhecer a realidade dos sujeitos que fazem parte da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Breves e como se estabelece a relação integrada entre água, floresta e produção agrícola. Esses conhecimentos trazem o empoderamento necessário para construir um material pedagógico gerado a partir das vivências e saberes locais, concatenados com o currículo do Ensino Médio integrado em Floresta oferecido pela CFR- Breves que auxiliará educadores em sua prática pedagógica e os educandos em seus diferentes tempos educativos: escola e comunidade..

Desta forma torna-se importante apresentarmos os procedimentos que nos têm ajudaram a percorrer os caminhos deste trabalho. Assim, escolheu-se como métodos de pesquisa os de natureza qualitativa. Para se ter um aporte teórico, fez-se uma revisão bibliográfica da literatura específica, e no ambiente em que os dados estão sendo coletados, se fez uma pesquisa de campo.

A finalidade é analisar as potencialidades do estudo da Agroecologia em vistas de seu processo de inserção na Pedagogia da Alternância, tendo como campo de estudo a Casa Familiar Rural de Breves na Reserva Extrativista do Mapuá e como público os professores, alunos, gestores educacionais e pais dos educandos. As **Etapas da pesquisa** foram as seguintes:

A **primeira etapa** foi a pesquisa bibliográfica, que nos permitiu o dialogo com material já publicado sobre a temática em estudo, ampliando o alcance sobre uma gama de fenômenos fundamentais para nosso aprofundamento teórico (GIL, 2010). Para esta etapa fizemos pesquisas em livros, revistas, produções acadêmicas e estudos publicados. As origens das informações pesquisadas são acervos pessoais e de bibliotecas acadêmicas físicas e digitais. Consistem em obras nos âmbitos da Alternância Pedagógica (BRASIL, 1996; BRASIL, 2001; GIMONET, 2001; QUEIROZ, SILVA,PACHECO, 2006; ARROYO e CALDART, 2008) ; da Educação em Agroecologia (AGUIAR, 2010; CARMO, 2008; SCHNEIDER, 2011.; FRANCISCHETTI,2005; GLIESSMAN,2009, PAIXÃO,2011); e a respeito do contexto marajoara (PACHECO, 2009).

A **segunda etapa** foi a pesquisa de campo através de observações, entrevistas e análise documental que permite um contato mais próximo com o fenômeno pesquisado. Tornou-se importante conhecer a escola onde se desenvolveu a pesquisa, seus espaços e unidades de estudo e produção, além das entrevistas com os docentes e professores envolvidos. A pesquisa de campo ainda ofereceu vantagens como a experiência direta com a

situação problema e o acompanhamento *in loco* do cotidiano dos sujeitos que vivenciam a Casa Familiar Rural e os lotes familiares.

Os documentos que subsidiaram a pesquisa são: Projeto Político Pedagógicos da Casa Familiar Rural – PPP, Planos de Estudo- PE, Pesquisa Participativa(2010), Projetos Profissionais dos Jovens- PPJs, atas, programações de eventos, calendário escolar, fotografias, dentre outros documentos que surgiram no decorrer do trabalho.

Segundo Chizzotti (2009, p. 51), a coleta de dados exige muita dedicação e tempo de trabalho para reunir as informações que, mais tarde, serão de grande importância para o alcance dos objetivos. Por isso torna-se imprescindível “a confecção de instrumentos adequados de registros e leitura dos dados colhidos em campo”.

Como instrumentos de coleta de dados, elaboramos roteiro de entrevista ao qual os informantes, de forma verbal, respondem sobre questões a respeito do tema em análise. Buscamos ser claros nas questões propostas aos entrevistados para que não houvesse dúvidas sobre quaisquer das perguntas (CHIZZOTTI, 2009).

Sobre a aplicação de entrevistas “não se trata de um simples diálogo, mas, sim, de uma discussão orientada para um objetivo definido” (ROSA; ARNOLDI, 2008, p. 16), nos fornecendo as informações para posterior análise. Entre os diferentes tipos de entrevista optamos pela semi-estruturada que, conforme Rosa e Arnoldi (2008), devem possuir um caráter subjetivo e flexível que potencialize ainda uma relação de confiança do entrevistado para com o pesquisador. Para Triviños, (1995), estas características referentes à pesquisa semi-estruturada se fundamentam, pois a mesma “oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1995, p. 146).

A **terceira etapa** foi a análise e sistematização dos dados que emergem as falas dos informantes, coletados por meio da pesquisa de campo, além da análise documental. Foi o momento em que fizemos a análise dos dados levantados através das observações e transcrições dos áudios gravados das entrevistas, além da apreciação das demais informações coletadas de documentos. Entretanto, este momento não se deu apenas ao final do processo. “A análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados” (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p. 45).

A **quarta etapa** foi transformar os dados coletados em um Caderno Pedagógico que possa orientar os educadores e educandos no processo ensino-aprendizagem, de forma integrada, participativa e no contexto da diversidade rural ribeirinha do Marajó.

Com o objetivo de conhecer de forma mais profunda a alternância pedagógica da Casa Familiar Rural de Breves, adotamos como um dos **procedimentos metodológicos de coleta de dados** a realização de uma pesquisa abrangendo as atividades do Tempo Escola e posteriormente visita aos lotes familiares para analisar os procedimentos do Tempo Comunidade. Esta primeira etapa configurou-se para o trabalho apenas como um conhecimento prévio do campo de estudo que pudesse nos mostrar as práticas de base ecológica presente no Ensino Médio integrado ao Técnico em Floresta.

Partimos, então, de eixos centrais de coleta dos dados, os quais foram:

- Identificação da escola
- Número de alunos
- Números de professores
- Desenvolvimento de atividades envolvendo o enfoque agroecológico
- Formação dos professores envolvidos nas atividades.
- O Processo Interdisciplinar
- As Ferramentas Pedagógicas
- Os saberes e a biodiversidade na Resex
- O Monocultivo versus a diversificação da Produção
- As principais atividades econômicas

É importante frisar que ao compreendermos que as práticas agroecológicas estão entrelaçada no contexto local, consideramos como também ações educativas atividades relacionadas a cultura e natureza, a exemplo do movimento das marés, flora e fauna da Amazônia marajoara, crenças e tradições, dentre outras.

Neste momento da pesquisa de campo podemos fazer referência a duas etapas distintas:

- a primeira etapa, de cunho preliminar, tratou de diagnosticar a presença do enfoque agroecológico na metodologia educativa da Casa Familiar Rural de Breves, o reconhecimento de seus espaços e os profissionais envolvidos nas atividades que fazem referência à agroecologia de forma direta ou indireta;

- a segunda, visa aprofundar o conhecimento aplicando entrevistas junto aos educadores, educandos e pais. Nessas entrevistas, a ênfase é no trabalho que vem sendo desenvolvido através de projetos e o conteúdo curricular das disciplinas e se há uma relação interdisciplinar que esse formato propõe no que tange aos conhecimentos trabalhados em sala de aula e nos lotes familiares. Nesta etapa, houve também coleta de alguns documentos na escola para análise e visita aos lotes familiares.

Desta forma, a estrutura deste trabalho compreende no Capítulo I- **Origem e Formação da População Tradicional do Mapuá: Reafirmando identidades**, em seus quatro subitens correspondentes o resumo histórico do Marajó, de Breves e das RESEXs Extrativistas, aprofundando o debate na RESEX do Mapuá, concatenados à realidade rural no contexto econômico, cultural e ambiental. O intuito é que para responder as questões pedagógicas que o trabalho propõe se compreenda assuntos ligados ao ordenamento territorial, exploração responsável dos recursos naturais, distintos sistemas agrários, principais produtos agroextrativistas, rearranjos produtivos, economia baseada em produtos extrativistas, o processo histórico de ocupação dos rios, desenvolvimento sustentável, organização social entre outros. E principalmente a importância de se conhecer as raízes da própria cultura para que haja a formação de identidade.

No Capítulo II- **Casas Familiares Rurais: Uma unidade na Diversidade** inicia-se no subitem 2.1 **Um começo, Uma expansão, Uma pedagogia** evidenciando o processo histórico de criação da primeira escola na França, a forma como se expandiu e como se estruturou, em que pilares se sustenta e quais foram as Ferramentas Pedagógicas iniciais para a sua constituição. No subitem 2.2- **Casa Familiar Rural do Brasil à Amazônia** se destaca historicamente como surgiu as CFRs no contexto brasileiro e finaliza com o percurso no Pará, dando ênfase a abrangência da ARCAFAR/PA e da influência da CFR Gurupá no contexto de criação da CFR Breves.

Nessa perspectiva o subitem 2.3- **Casa Familiar Rural de Breves: Potencialidade Formativas da Alternância Pedagógica** se destrinchou a relação dessa escola com a CFR de Gurupá, como foi o processo de criação, o seu surgimento em meio a crise madeireira, as ferramentas pedagógicas mantidas da proposta original e as criada a partir do contexto local. O subitem 2.4- **Alternância e Florestamaré: Uma leitura da realidade** reitera a reflexão anterior, mas visibilizando o currículo intrinsicamente envolvido neste debate, o que se ensina e como ensina é a escolha é o que está em discussão, a intenção neste subitem é evidenciar o contexto ente águas e florestas que está inserida a CFR Breves e os tempos, inclusive, de educar que são regidos pelo ritmo das marés, e que isso é preciso ser legitimado no currículo escolar.

Esses pressupostos também são evidenciados no subitem 2.4- **Relatos e Vivências: Experiências de quem aprendendo também ensina**, aqui os educandos também expressam que gostam da metodologia da alternância pedagógica, reafirmam a importância das pesquisas durante o tempo comunidade, entretanto, relatam que algumas dificuldades, inclusive

financeiras, para se efetivar a manutenção da mesma que por vezes, prejudicam as pedagógicas.

No Capítulo III- **Educação e Agroecologia: Identidades Marajoaras entre rios e florestas** reforça o que já havia começado a ser evidenciado no subitem anterior, ampliando o debate no item 3.1- **Extrativismo, Agroextrativismo e Agroecologia: Conceitos em Construção** em que se conceitua cada um desses e posteriormente faz uma reflexão que as populações tradicionais da RESEX Mapuá mesmo vivendo da extração na floresta e nos rios, entre uma dinâmica e outra também tem pequenos cultivos e criações, evidenciando assim práticas agroextrativistas.

A agroecologia permeia essa discussão a medida que se evidencia conceitos de ecologia, sustentabilidade e uma agroecologia social. Para melhor esclarecer estes pressupostos evidencia-se o item 3.2-**Princípios Agroecológicos na alternância pedagógica** quando se esclarece a importância de se ter na educação formal um dialogo com a agroecologia, assim a Casa Familiar Rural de Breves tem um curso Técnico Integrado ao Médio em Floresta entendendo que o uso sustentável dos recursos florestais está dentro dos debates da reserva e que abordar isso independe de um curso de agroecologia. Assumindo assim a necessidade de se ter um processo metodológico interdisciplinar que aborde as diferentes dimensões: técnica e ecológica, cultural e sociopolítica.

No subitem 3.2- **Agroecologia, alternância e produção de novidades das populações tradicionais marajoaras** aqui se reconhece que uma novidade que surge no Mapuá e todo o sua especificidade não emergirá em outro local, assim, apresenta-se relatos de pais de educandos sobre suas produções, evidenciando o conhecimento que os mesmos detém da natureza, da biodiversidade entrelaçada de saberes. E essa dinâmica na relação cultura e natureza que será refletida no subitem 3.3- **Alternância Pedagógica e a dependência dela ao tempo da natureza** em que se afirma que a temporalidade da natureza pode imperar sobre as atividades humanas, inclusive nos tempos de semear, viajar e educar.

No Capítulo IV- **O Produto: Proposta de Caderno Pedagógico** intenciona-se fazer uma releitura dos resultados dessa dissertação através de um caderno que possa ser um instrumento de trabalho dos educadores por isso emerge das dificuldades e potencialidades dos mesmos e do contexto cultural, ambiental e territorial dos educandos e suas comunidades.

“Entre águas e florestas: Alternância Pedagógica na Reserva Extrativista do Mapuá/Breves- Marajó” reúne historicidade, temporalidade, regime das águas, economia local, territorialidade, florestas, agroextrativismo, agroecologia, educação e tantos outros

conceitos identitários da realidade rural das populações tradicionais do Marajó, de Breves, da Resex Mapuá.

1- ORIGEM E FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO TRADICIONAL DO MAPUÁ: REAFIRMANDO IDENTIDADES

1.1- O Arquipelago do Marajó

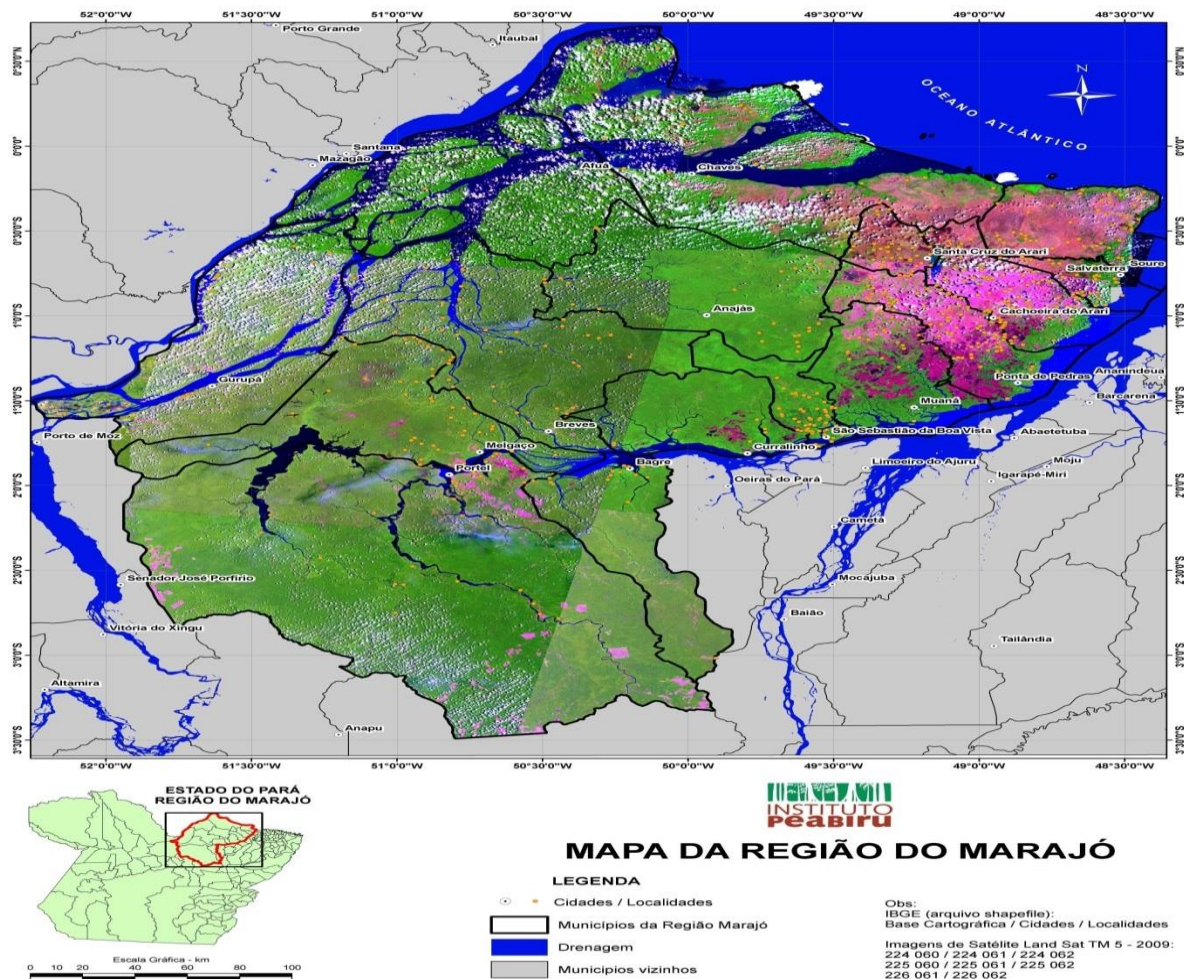


Figura 1- Mapa do Marajó

O Arquipélago do Marajó é formado por um conjunto de ilhas, que constitui a maior ilha fluvial do mundo, com 49.606 km², situa-se no estado do Pará e possui uma das mais ricas biodiversidades em termos de recursos hídricos e biológicos. A riqueza natural convive com sérios problemas sociais, a exemplo de saneamento, à regularização fundiária, desemprego afetando a qualidade de vida, conforme os últimos índices de Desenvolvimento Humano- IDH, tendo o Município de Melgaço como o pior IDH do Brasil, todas essas questões estão intrinsicamente relacionadas com o não uso sustentável dos recursos naturais com sensível impacto ao meio ambiente. São 16 municípios paraenses distribuídos em três microrregiões: Microrregião do Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras,

Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure); Microrregião do Furo de Breves (Afuá, Anajás, Breves e São Sebastião da Boa Vista); Microrregião de Portel (Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel) esses compõem a mesorregião geográfica do Marajó, que além do Arquipélago, abrange alguns municípios do entorno, e que soma 104.140 km².

A população total dos municípios segundo o IBGE(2010) é de 487.010 habitantes, o equivalente 6, 15% da população paraense. O Município de Santa Cruz do Arari, o menos populoso com cerca de 8.155 habitantes e o município de Breves o mais populoso com cerca de 92.860 habitantes.

A densidade demográfica é cerca de 4 habitantes por km², possui uma estrutura econômica primária, a taxa de urbanização é baixa, de apenas 38,8% em 2000, ou menos da metade da média nacional, cerca de 61% da população local reside nas áreas rurais.

No Marajó existe necessidade de políticas públicas na área da saúde, priorizando investimentos em saneamento básico e saúde preventiva. Quanto as estratégias prioritárias da área de Saneamento Básico e Lixo, devem, ser construído em conjunto com instituições parceiras como Funasa, AMAM, Ministério Público, SEMA, IBAMA, COSANPA, SESP, dentre outras, abrangendo todos os aspectos do saneamento: abastecimento de água, tratamento dos esgotos, gestão dos resíduos sólidos urbanos e manejo ambiental e drenagem.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural(BRASIL, 2007) a ação inicial imediata seria a realização de pesquisas locais com os atores envolvidos para visualizar o panorama geral do saneamento básico, bem como, as potencialidades e alternativas para fazer frente aos problemas identificados. O rio continua a servir tanto como fornecedor de água para as necessidades básicas, como destino final do esgoto e de resíduos sólidos. A efetiva implementação ou retomada de projetos nessa área poderia garantir o acesso da população dos centros urbanos e rurais ao uso sustentável da água.

Na área de educação, a perspectiva é implantar escolas profissionalizantes e melhorar a qualidade das já existentes, incluindo as Casas Familiares Rurais. No entanto, não houve avanços significativos no sentido de transformar a educação, nem de ordem pedagógicas tampouco de ordem estruturais, com construção, ampliação e reforma de unidades escolares, aquisição de material e equipamentos, formação inicial e continuada de profissionais da educação, sobretudo nas áreas rurais.

Conforme o Plano Territorial do Marajó (BRASIL, 2007) no que concerne ao Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental pressupõe-se, promover estas demandas a partir da criação e implementação de unidades de conservação, possibilitando a defesa, ordenamento e a exploração sustentável de recursos pesqueiros;

utilização adequada dos recursos hídricos; exploração dos recursos florestais respeitando os preceitos de preservação, conservação e manejo controlado desses recursos; recuperação de áreas degradadas e reconhecimento dos direitos à regularização de terras das comunidades quilombolas.

Ainda segundo o referido Plano, admite também que “séculos de inatividade dos órgãos fundiários, federais e estaduais contribuíram para erigir no Arquipélago uma estrutura fundiária concentrada e anacrônica”. Exceção àquela realidade eram as Unidades de Conservação.

Em 2007 havia as mesmas seis unidades de conservação federais de Uso Sustentável que existem atualmente, com uma área total de 726.655 hectares, correspondentes a 7% da área total do Arquipélago (10.414.150 hectares), as implicações identificadas nas Unidades de Conservação segundo Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Cultural do Arquipélago do Marajó (INSTITUTO PIABIRU: 2011) são que as referidas Unidades não estão de todo implementadas, nenhuma tem Plano de Manejo aprovado e em pleno uso. E poucas pessoas sabem informar sobre a situação das Resex's, o que pode indicar baixo grau de empoderamento local acerca das estratégias públicas de regulamentação do espaço, apesar do desejo de participação das comunidades nesse processo.

No que tange aos sistemas de uso da terra no Marajó, em 2008 o Governo Federal instituiu o Programa de Território da Cidadania, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, classificando o Marajó como uma marca territorial. Segundo Ramos et al (2014) de fato os habitantes da região se reconhecem como marajoaras, identificação esta formada ao longo dos anos pelos distintos sistemas agrários que prevalecem no Marajó, desde os sistemas indígenas até o classificado como contemporâneo(SOUZA,2013). Em comum a forte ligação das atividades humanas a mercê da abundância ou da escassez de produtos florestais, agroflorestais e aquáticos.

Assim o Marajó passa pelo Sistema colonial, os colonizadores portugueses chegam ao Marajó e encontram os Nheengaíbas e os Aruãs que resultam no declínio da sociedade marajoara; O período da Economia da Borracha e da Indústria Predatória, este último marcado pela falta de planejamento e sobre exploração dos recursos naturais, favorecendo pequeno grupo de pessoas sem grandes preocupações em relação aos estoques florestais existentes e com as pessoas dos municípios onde atuavam. Na contemporaneidade se deu a derrocada das indústrias madeireira e de palmito nos anos 2000, um novo tempo histórico se firmou quebrando a estrutura agrária que não reconhecia a posse das comunidades tradicionais como legítimas, desta forma ocorreram a cessão de uso gratuito da Ilha de Santa

Barbara pela União dos Moradores Locais (2002), A criação do Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí(2001) e a criação dos Remanescentes de Quilombos(2001), todos em Gurupá deram origem a muitos debates como a criação da Reserva Extrativistas do Mapuá em 2006 (RAMOS et al,2014).

Em contraposição ao avanço na segurança da terra persiste o atraso na região em relação ao restante do país, no que tange a infraestrutura, saúde e educação, cujas melhorias certamente trariam ao morador local mais perspectivas no manejo, comercialização e autonomia no meio rural no Marajó.

Os principais produtos agroextrativistas no período de 2006-2014 foram o açaí, a farinha e o pescado. No caso do açaí com o enfraquecimento da indústria palmitera e valorização dos frutos no país e no mundo. Na produção da mandioca e farinha, o aumento do preço nos anos de 2012 e 2013 trouxe receita em uma atividade agrícola antes reclamada como de pouco retorno financeiro. O pescado por sua vez, manteve-se relevante no comércio e alimentação, principalmente na pesca de bagre migradores(dourada, piramutaba, filhote) em Gurupá e Afuá e o camarão de água doce em Curralinho (RAMOS et al ,2014).

Nos rearranjos produtivos florestas surge o miriti, a andiroba e o murumuru, cujos os óleos extraídos tem sido bastante procurados pela indústria de cosméticos, inclusive com níveis de beneficiamento começados como no caso de comunidade de Salvaterra e da Reserva Extrativista do Mapuá (ICMBIO,2011). Na agricultura, ganham espaço a horticultura e fruticultura, incentivadas pelas políticas de abastecimento do Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar(ICMBIO,2011).

Quanto a madeira pode-se dizer que ainda é uma problemática para o Marajó. Portel e Melgaço possuem muitas explorações clandestinas que empobrecem esses dois municípios.

1.2- O Município de Breves - Aspectos Históricos, Socioculturais e Ambientais

Há vários modos de se falar sobre este município. Instituições têm uma maneira própria de tratar desse assunto. Escolhemos o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o ponto de vista institucional, o qual nos forneceu informações sociométricas e também históricas. Mas entendemos também que outras perspectivas podem ajudar a perceber de forma mais ampliada o referido município.

De acordo com o IBGE Breves é um dos dezesseis municípios que fazem parte da mesorregião do Marajó no extremo norte do Brasil, no estado do Pará. Situa-se na porção sudoeste do arquipélago marajoara, mais precisamente, na microrregião dos furos de Breves, conhecida como “estreito de Breves”. Esse território constitui uma paisagem

predominantemente de rios, igarapés e matas alagadas. Hoje, o município possui uma população de 92.860 habitantes com uma área territorial de 9.550,513 km² e uma densidade demográfica de 9,72 hab/km².



Wikipedia.org/wiki/Breves.

Figura 2- Localização Geográfica de Breves no Pará

De acordo com dados históricos fornecidos pelo IBGE, o lugar onde hoje foi edificada a cidade de Breves tem sua origem em princípios do século XVIII com uma família de portugueses, os irmãos Manuel e Ângelo e a esposa deste, Inês de Sousa, que residiam na chamada “Missão dos Bocas”, lugar concedido pelo Capitão-general João de Abreu Castelo Branco e confirmada pelo Rei de Portugal, na época. Nesse lugar, Manuel Breves Fernandes, o irmão e a cunhada fundaram um pequeno engenho e fizeram plantações. Mais tarde, outros parentes a eles se juntaram. O lugar se tornou conhecido como lugar dos Breves.

A partir de 20 de outubro de 1738, por meio de Portaria, o Capitão-general José de Nápoles Tello de Menezes, atendendo a requerimento da família Breves, concedeu à propriedade o *status* de lugar, passando a denominar-se Lugar de Santana dos Breves. Com essa categoria, foi-se desenvolvendo durante o período colonial, até a Proclamação da Independência, quando passou a fazer parte do Município de Melgaço e depois de Portel. Em 30 de novembro de 1850, pela lei provincial nº 172, foi elevado à Freguesia, e, em 25 de outubro do ano seguinte, pela Resolução nº 200, foi elevado à categoria de Vila e consequentemente, sede do município (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2010).

O Município de Breves está limitado ao Norte pelos Municípios de Afuá e Anajás, ao Sul os municípios de Melgaço e Bagre, a leste os municípios de Anajás, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista e, a oeste Municípios de Melgaço e Gurupá.

Segundo ICMbio (2010), a formação vegetal está diretamente relacionada com os domínios geo-ecológicos (várzea e terra firme), apresentando diferenças na ocorrência das espécies, densidade florestal, e influenciando principalmente o uso do solo e na gestão do território pela população local. A várzea apresenta formação de floresta tropical densa, ombrófila aluvial, tendo como principais espécies o açaizeiro (*euterpe oleracea*), o miriti (*Mauriti flexuosa*), a ucuuba ou virola (*Virola surinamensis*), a andiroba (*carapa guianensis*) e a seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Encontra-se também, trechos de formação vegetal recente, que são diariamente cobertas pelas águas das marés e que apresentam espécies características de proteção ciliar, a saber: canarana (*Echinocloa polytachya*), Aninga (*Montrichardia arborens*) e aturiá (*Drepanocarpus lunatus*).

A formação vegetal de terra firme é caracterizada como floresta tropical densa e secundária, ombrófila tendo como principais espécies a sucupira (*Vatairea sericea*), breu (*Protium spp*), louro (*Ocotea sp*), angelim pedra (*Hymenolobium pedraeum*), entre outras (ICMBIO, 2010).

Breves teve seu desenvolvimento econômico fundamentado no extrativismo, especialmente nos produtos de origem vegetal. As drogas do sertão, a madeireira, a pesca e a borracha são exemplos de produtos cuja intensidade de exploração determinou ciclos de desenvolvimento da região.

O Município de Breves ainda mantém a economia baseada nos produtos extrativistas principalmente o fruto do açaí, palmito e madeira. Tais produtos são fornecidos para pequenas e grandes indústrias que exportam o produto transformado. Esse processo sempre deixa um rastro de destruição, tanto no meio ambiente quanto no meio social, visto que, as indústrias exploram os recursos de forma indiscriminada e sem nenhum controle, visando apenas o lucro imediato. Sem nenhuma preocupação com as condições de vida de seus fornecedores de matéria-prima (em forma de toras extraídas pelos ribeirinhos), deixando-os em condições cada vez mais miseráveis quando o produto se esgota. (ICMBIO, 2010)

Situação similar é vivida pelos moradores ao longo dos outros rios do município, que vivem do financiamento da matéria prima para a indústria de palmito de açaí. A maioria entrega o produto in natura a preços que variam de 10 a 25 centavos, dependendo da

qualidade do produto, sempre classificada pelo comprador. O pagamento é feito “a troco”, isto é, com mercadorias que beiram a extorsão.

O consumo do “vinho de açaí” na região amazônica ganha contornos de segurança alimentar se considerada a região do estuário do rio Amazonas. Em Breves não é diferente. Pelo menos em uma refeição diária é obrigatória a presença do açaí na mesa. Se há alguns anos o palmito era o principal produto do açazeiro, hoje a situação está invertida. Com a demanda crescendo no sul e sudeste do país e também no exterior, a produção do fruto do açaí tomou proporções antes não imagináveis.

O fruto do açaí oriundo do município de Breves é comercializado nas cidades de Breves, Macapá e Belém através de comerciantes intermediários que se deslocam até a casa dos ribeirinhos, fornecem a embalagem para o condicionamento dos frutos, retornando um dia depois para levar o produto.

O pagamento é feito em dinheiro, mas também entram produtos manufaturados na troca com o açaí. Os preços são bastante variáveis dependendo do período da produção. No início e no fim da safra os preços são bastante atraentes, mas no pico da produção muitos produtores se recusam a fazer a coleta dos frutos, pois os preços pagos pelo produto não compensam o trabalho.

Na área urbana do município, a economia é movida principalmente pelo funcionalismo público municipal e pelos idosos financiados pelos programas sociais do governo Federal. A prefeitura é o principal empregador no Município de Breves. Os recursos obtidos por essas categorias de trabalhadores, movimentam um comércio, principalmente informal, no qual predominam os produtos alimentícios e os importados de preço popular. O consumo de combustível é substancial, em virtude da grande quantidade de barcos que se movimentam nos cursos fluviais do município e região.

A rede hidrográfica é a principal via de acesso e comunicação interna do município, representado pelo emaranhado de furos, igarapés, igapós, rios e lagos, formando um complexo de ilhas (grandes e pequenas), destacando-se o rio Jacaré Grande, na parte noroeste do município, que com sua rede de cursos menores se intercomunica com rios e furos, incluindo o furo do rio Macacos, que indo a direção sul do município, liga-se ao rio de Breves, onde está localizada a sede municipal.

O rio Jacaré Grande tem como tributário o rio Aramã, que por sua vez recebe as águas do rio Mapuá.(ICMBIO, 2010).

1.3-As Reservas Extrativistas: Das primeiras iniciativas até a organizadores da floresta no Pará e no Marajó

Em 1985 houve em Brasília- Distrito Federal, o "Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia". Os Seringueiros exigiram uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atendesse aos interesses dos mesmos que era a desapropriação dos seringais nativos, devendo os mesmos serem preservados e não destruídos, reivindicavam também serem atendidos com postos de saúde e escolas em todos seringais, uma aposentadoria para os seringueiros e reforma agrária.(AMAZONLINK, 2014)

Assim eles criaram o CNS- Conselho Nacional dos Seringueiros. Neste encontro foi pela primeira vez discutido o conceito da **Reserva Extrativista**: terras de propriedade do Governo Federal cujo uso seria controlado pelas associações comunitárias dos seringueiros e outros moradores tradicionais da floresta.

A reserva segundo os seus idealizadores faria com que as populações tradicionais manejassem a terra de forma a proteger a integridade total da floresta, os mesmos teriam ainda controle sobre coleta e destino final dos produtos florestais. Quem teve um papel importante no desenvolvimento desta proposta, foi o sindicalista Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mende de Xapuri- AC.

Depois que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sob pressão de organizações ambientalistas e do CNS, tinham cancelado os empréstimos para pavimentação de rodovias na Amazônia, o governo brasileiro tinha que revisar sua política de desenvolvimento e em 1988 entrou em negociações concretas com o CNS sobre Reservas Extrativistas.

No Acre foi criado a primeira Reserva "Alto Juruá". Em 1989 os representantes do CNS e da "União das Nações Indígenas" " (nesta época a organização informal indígena estavam presentes no Primeiro Encontro dos Povos da Floresta. Eles aprovaram a "Declaração dos Povos da Floresta" em que os moradores proclamam a vontade de permanecer com regiões preservadas.

Em 1990 foi promulgado no Brasil o Decreto Geral das Reservas Extrativistas (nº 98.897/90) estabelecendo a base legal para futuras Reservas. Hoje existem no Brasil muitas Reservas Extrativistas, as maiores sendo "Alto Juruá" e "Chico Mendes" no Acre. A Reserva "Alto Juruá" tem 5061,86 km² com 6000 moradores, "Chico Mendes" tem 9705,57km² com 1250 moradores.

As Reservas Extrativistas são áreas utilizadas por populações tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência

e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios da vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.

No Brasil, a Reserva Extrativista é gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

As reservas extrativistas federais são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

No Pará as reservas criadas são as seguintes:

- Tapajós-Arapiuns, criada pelo decreto S/Nº de 06.11.1998, com 647.610 ha;
- Marinha de Soure criada pelo decreto S/Nº de 22.11.2001, com 27.463 ha;.
- Chocoaré, criada pelo decreto S/N de 13.12.2002, com 2.785,72 ha;.
- Maracanã, criada em 13.12.2002, com 30.018,88 ha;
- Mãe Grande de Curuçá, criada em 13.12.2002, com 37.062 há;
- São João da Ponta, criada pelo decreto S/N 13.12.2002, com 3.203,24 há;
- Verde Para Sempre, criada em 08.11.2004, com 1.288.717 há;
- Riozinho do Anfrísio, criada em 08.11.2004, com 736.340 há;
- Mapuá - criada em 20.05.2005, com 94.436 há;
- Ipaú-Anilzinho- no município de Baião, sob jurisdição do EsReg Tucuruí, e criada pelo decreto S/N de 14.06.2005, com 55.816 há;
- Arioca Pruanã - criada em 16.11.2005, com 83.445 há;
- Marinha de Araí-Peroba - criada em 20.05.2005, com 11.479 há;
Rios Peroba, Araí e Emburanunga;
- Marinha de Caeté-Taperaçu - criada em 20.05.2005, com 42.068 ha. Rios Caeté, Furo Grande e desembocadura dorio Taperaçú;
- Marinha de Gurupi-Piriá - criada em 20.05.2005, com 74.081 ha;
- Marinha de Tracuateua - criada em 20.05.2005, com 127.153 há;
- Terra Grande - Pracuúba - criada em 05.06.2006, com 194.695 há;
- Rio Iriri - criada em 05.06.2006, com 398.938 há;
- Gurupá-Melgaço - criada em 30.11.2006, com 145.297 há;
- Rio Xingu - criada em 05.06.2008, com 303.841 há;
- Renascer - criada em 05.06.2009, com 211.741 há.

Destas quatro existem atualmente no Marajó a Resex Gurupá-Melgaço com 145.297 ha, abrangendo os municípios de Gurupá, Melgaço; a Reserva Marinha de Soure, com 27.463 há; a Resex Terra Grande Pracuúba com 194.695 ha, que abrange os municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista e a Resex Mapuá, no Município de Breves com 94.463 ha. As reservas extrativistas visam assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, possibilitando seu manejo pela população extrativista local, em consonância com o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental.(BARBOSA, 2012)

A Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço, sofre com a extração ilegal de madeira, com a falta de um plano de manejo que permita a exploração sustentável dos recursos naturais e com a ausência de políticas públicas, abrange os municípios de Gurupá e Melgaço.. Dessa área total da RESEX, cerca de 30% fica em Melgaço e os outros 70% no município de Gurupá(CAMPOS,2013).

Essa região da Ilha de Marajó passou por intensas transformações sociais e políticas a partir dos anos 1970, o que alterou a dinâmica da exploração dos recursos naturais. Dessa forma, as comunidades marajoaras dessa localidade sofreram com a chegada de madeireiras e empresas palmitieras oriundas de outros municípios do arquipélago do Marajó e até mesmo de Belém e Santana no Amapá. Esse processo gerou a resistência das populações tradicionais locais contra a extração dos produtos demandados por essas empresas e que fazem parte dos seus meios de vida e trabalho. Neste sentido, nasceu a proposta de criação de Unidades de Conservação com intuito de resguardar estes recursos para a gestão pela população tradicional existente.

Assim, a criação da RESEX Gurupá-Melgaço e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá (RDS Itatupã-Baquiá) ocorreu por demanda das comunidades locais, na perspectiva da regularização fundiária da região. Vale lembrar que esses dois municípios (Gurupá e Melgaço) possuem cerca de 2/3 (dois terços) de sua população vivendo no meio rural, o que reforçava a necessidade de políticas públicas para tratar dessa questão. O debate acerca da regularização fundiária foi iniciado nos anos 80 pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas de Gurupá, com o apoio da Igreja Católica. No final dos anos 90 essa luta ganhou força com atuação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e da ONG Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional(FASE)

Como em outras localidades da Amazônia, os moradores da RESEX Gurupá-Melgaço têm um modo de vida fortemente relacionado aos cursos d'água. Isso se reflete na produção extrativa, no comércio, nas relações culturais e religiosas que estão relacionadas intimamente à dinâmica das águas. A distribuição das comunidades ou vilas se dá ao longo dos rios e igarapés.

A Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba foi criada em 2006, com área de 194.695 hectares, nos municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista, a mesma faz divisa, à Oeste, com a Reserva Extrativista Mapuá, situada no Município de Breves.

A referida RESEX foi criada para proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

Na RESEX Terra Grande-Pracuúba vivem centenas de famílias, em 23 comunidades distribuídas ao longo de diversos rios e igarapés. A criação da mesma ocorreu por demanda das comunidades locais, através de reivindicações e mobilizações sociais, principalmente, a partir de 1997 em que havia uma enfrentamento com uma palmitera da região.

Diversas instituições fizeram parte desse processo de luta pela regularização fundiária dessa localidade, como por exemplo: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Curralinho, Partido dos Trabalhadores (PT), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

As atividades econômicas dos ribeirinhos da RESEX Terra Grande-Pracuúba se caracterizam pela extração de madeiras (virola, pracuúba, anani, jacareúba, tamacuaré etc.), frutas oleaginosas (andiroba, murumuru, pracaxi e buriti), do açaí (fruto e palmito), a pesca (peixes e camarões) e a produção de produtos agrícolas típicos da agricultura familiar paraense (mandioca, milho, melancia, arroz, banana etc.).(SELERA, 2011)

A RESEX Marinha de Soure é constituída de duas partes: a primeira denominada de Manguezal de Soure com uma superfície aproximada de 23.929 ha e a segunda denominada Manguezal do Rio do Saco com uma superfície aproximada de 3.534 ha. Tem uma população de 1400 pessoas residentes na reserva e estão distribuídas em 12 comunidades que usufruem direta e indiretamente da RESEX.

A principal atividade econômica é a pesca do caranguejo-uçá, sendo que durante a entressafra ocorre um redirecionamento do esforço de pesca para o camarão e peixe. Segundo Silva (1998) a atividade de coleta do caranguejo dura mais de 6 horas por dia. A comercialização é feita diretamente para o consumidor na feira local, nas ruas ou na própria

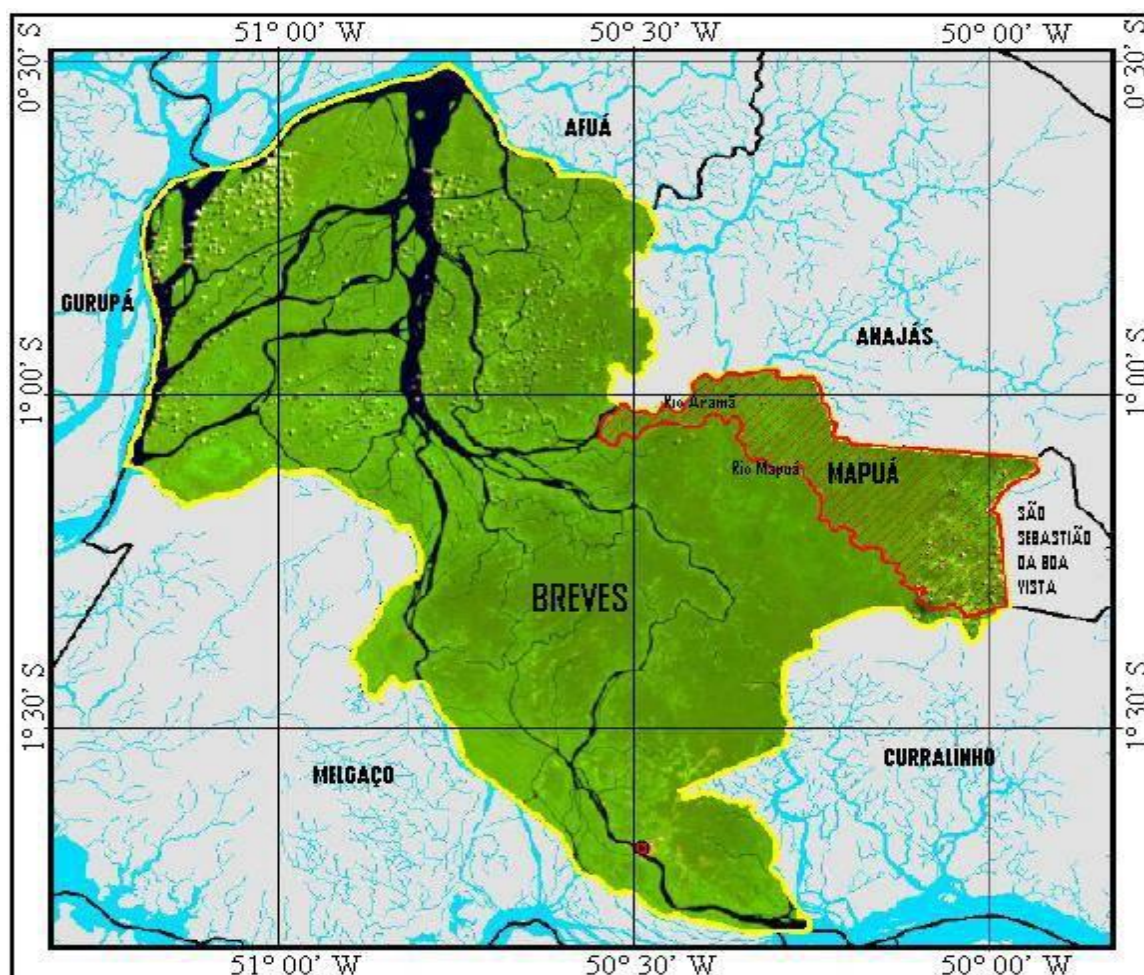
casa, por 56% dos pescadores. Os demais vendem a intermediários.(IBAMA:2007)

A RESEX compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, uma vez que o uso dos recursos naturais de modo sustentável constitui uma base para o bem estar das comunidades locais, com sua participação no processo de gestão ambiental e preservando sua identidade cultural.

No caso da RESEX Mapuá, no município de Breves, ela é uma Unidade de Conservação que tem o uso sustentável direcionado ao extrativismo não predatório, ou seja, é um espaço territorial protegido pelo poder público, destinado a exploração auto-sustentável de conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, regulado por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável e pela política ambiental do país. Assim, a RESEX Mapuá vem a ser um modelo de ocupação que tenta relacionar Desenvolvimento Econômico com Preservação/Conservação Ecológica e Equidade Social, habitada por populações que utilizam tradicionalmente os recursos de base agroextrativista.

O território da RESEX Mapuá possui, um valor paisagístico e cênico relevante, com grande biodiversidade e um significativo potencial econômico que aliado ao saber local, oferece condições favoráveis para implantação de atividades sustentáveis para as populações tradicionais. Uma vez que as potencialidades naturais específicas da região, com seu rico e diversificado banco genético, oferece condições, ainda não suficientemente exploradas, para multiplicação e diversificação de empreendimentos econômicos, como atividades de artesanato, farmacológicas/medicinais, criação de animais, processamento de óleos e plantas medicinais, além de atividades ecoturísticas que podem ser desenvolvidas aproveitando as paisagens naturais desse espaço (ICMBIO,2010).

1.4.- A Reserva Extrativista do Mapuá- Município de Breves- PA



(Fonte: RENÓ et al, 2010)

Figura 3- Localização da Reserva Extrativista Mapuá

A Reserva Extrativista do Mapuá possui 94.961 há de área, está localizada na porção centro-oeste do Município de Breves, estado do Pará, a 70 km em linha reta da sede do Município. Limitando-se ao norte com o Município de Anajás; ao sul, o rio Mapuá; a leste a Reserva Extrativista Terra Grande –Pracuúba (município de curralinho e São Sebastião da Boa Vista); a oeste, o rio Aramã. O acesso à sede municipal se dá pelos rios que compõem o estreito de Breves, com destaque para os rios Parauaú e Jaburu. A Resex Mapuá possui 14 comunidades, distribuídas ao longo dos rios Mapuá e Aramã.(ICMBIO,2010)



Figura 4- Rio Mapuá/Mar 2014

O processo histórico de ocupação do território do rio Mapuá e entorno começa com a presença dos Índios Mapuás, que segundo depoimento de moradores antigos, teriam supostamente vindo da região onde se localiza o Estado do Amapá.(ICMBIO,2008)

Ainda hoje são visíveis os vestígios da presença dessa população na área, como por exemplo, um cemitério indígena onde está localizada a vila Amélia. Nesse local é possível visualizar urnas funerárias enterradas no solo.

Há referências orais dos moradores da RESEX sobre a presença do movimento cabano na região, havendo quem garanta que pode identificar os locais onde os integrantes desse movimento montaram acampamentos e fizeram fortificações, caracterizados pela vegetação diferenciada, com predominância de bambus, que supostamente teriam sido plantados com a finalidade de proteger o local, visto a dificuldade em se penetrar em uma floresta densa dessa espécie(ICMBIO,2008)

O processo histórico de ocupação do rio Mapuá reproduz o modelo na região do estuário do rio Amazonas. Sempre foi baseado no extrativismo vegetal, primeiro com a exploração da borracha e, posteriormente, da madeira, palmito e fruto do açaí.

Com a chegada dos trabalhadores de origem nordestina, no início do século XX para servir a mão-de-obra na extração de látex, ocorreu uma inovação no contexto econômico e ambiental, pois a necessidade do consumo da farinha de mandioca e outros produtos na dieta alimentar desses novos ocupantes intensificou a retirada da parte da floresta nativa para permitir o cultivo de mandioca e milho.

Tais migrantes eram praticamente expulsos do nordeste pela miséria provocada pela estiagem que castigava essa região. Ao mesmo tempo eram atraídos para Amazônia por promessas de enriquecimento fácil, por colaboradores de grupos econômicos nacionais e internacionais dominadores do mercado da borracha, principalmente.

No entanto, ao chegarem ao Mapuá, passaram a se submeter a uma sórdida rede de exploração que os transformava em semi-escravos dos Corronéis do Barranco (Denominação dos representantes locais do capital internacional que através de métodos violentos viabilizavam a exploração do látex a custo baixo, para abastecer os mercados norte americano e europeu), além de terem que se adaptar a hábitos diferentes e afetados por doenças por eles desconhecidas e para os quais não estavam preparados.

Segundo informações dos moradores antigos, dois coronéis dominavam o rio Mapuá a partir do final do século XIX, até meados da década de 1920, por motivações diferentes foram substituídos por seus principais aliados locais. O primeiro conhecido por Zé Nobre, supostamente de origem Argentina, dominou a margem direita do baixo curso do rio Mapuá, a partir de seu principal afluente, o rio Cumarú até o lago Socó e entorno. Seu caxeiro (braço direito) era o senhor Antônio Joaquim do Nascimento, cearense, que com o desaparecimento do seu Zé Nobre, assumiu os negócios e passou a dominar a economia e a política do local, sendo o principal interlocutor dos capitalistas durante o segundo grande ciclo da borracha, em meados da década de 1940(ICMBIO,2012).

Com a morte de Antônio Joaquim, seu filho Antônio Nascimento o substituiu, morando no local até 1976, quando vendeu parte das terras para a Companhia Madeireira São Miguel- COMIG, passando a residir em Belém, onde veio a falecer. Até hoje ainda se encontram descendentes do senhor Antônio Joaquim do Nascimento no rio Mapuá, com alguma liderança em duas comunidades religiosas(Santa Rita e Perpetuo Socorro), sem no entanto, exercer influência política ou poder econômico na região. Estes são extrativistas e- ou funcionários públicos municipais na área da saúde e educação.

A COMIG (pertencente ao grupo CAPEMI- Caixa de Pecúrio dos Militares) passa então a operar de uma base instalada no rio Cumarú, onde hoje está localizada a Comunidade

Santa Rita. Nessa época a exploração da borracha é substituída pela exploração de madeira, principal produto comercializado pela empresa, justamente com a farinha de mandioca.

A partir de 1979 a empresa passa a ser representada por seu Orlando Miranda, do qual se desligou em 1983, período que, segundo seu depoimento, nunca outro funcionário ou diretor esteve no local.

A comercialização dos produtos originários da área – madeira, farinha de mandioca e palmito de açaí- passa então a ser feita majoritariamente pela família Félix, “herdeira” dos negócios do outro coronel, ou por outras pessoas que oportunamente se instalaram em certos pontos estratégicos.

O segundo coronel era o senhor Lourenço Borges, contemporâneo do Coronel Zé Nobre, que dominou toda margem esquerda e o alto curso do rio Mapua. Seu barracão localizava-se na localidade Santa Galo, denominação mantida até hoje. Seus domínios se estendiam pela margem esquerda do rio Mapuá, a partir da foz, até o lago Jacaré, seu nascedouro, e entorno está em uma distância de aproximadamente 100 km, acompanhando o curso do rio.

De grande influência política em Breves, município do qual foi intendente, Lourenço Borges manteve o controle de seus domínios por mais tempo que Zé Nobre.

Após seu afastamento do local, quando passou a residir em Breves, o poder local foi dividido entre as famílias Félix- da localidade Santa Galo até a Foz do Mapuá, e pela família Horta, no lago Jacaré e influências. Esses últimos isolados no alto curso do rio, e com dificuldades em escoar seus produtos.

Constantino Félix assumiu o poder deixado por Lourenço Borges, a partir da localidade Santa Galo, de onde comandava a política e a economia local, seguindo seus passos, exercendo também a administração do município por duas vezes. Com o 2º ciclo da borracha consolidou o poder, que posteriormente foi dividido entre os filhos, Sebastião, Pedro e Marcelino. Com a decadência do mercado da borracha, passaram a comercializar madeira e farinha de mandioca, especializando-se na primeira, através do qual restabeleceram o poder local, adquirindo novas áreas, aumentando assim seu latifúndio e suas bases políticas e econômicas.

Em meados a década de 1980 entra em cena a Madeireira Santana, de propriedade de um grupo empresarial paulista, que comprou parte das terras pertencentes aos Félix . Esses ficaram como gerentes locais da Santana Madeireira, que tinha interesse na exploração da Virola (*Virola surinamensis*), cuja exploração ocorria apenas durante o período chuvoso, pois as águas grandes facilitavam o transporte das toras da floresta para o local do processamento.

Posteriormente a Santana Madeireira faliu, passando então a arrendar as terras para os mesmos Félix.(ICMBIO,2012).

Segundo o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Reserva Extrativista Mapuá(Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, 2008) em 1999, a Santana Madeireira reaparece com o nome de Ecomapuá e tinha entre suas demandas uma proposta de gestão diferenciada dos recursos naturais, e de projetos de desenvolvimento alternativos ao agroextrativismo, chegando a implementar algumas iniciativas de criação de frangos em cativeiro a nível familiar, que não obteve sucesso. Entre as propostas da Ecomapuá, para convencer os moradores de seus propostos, estava a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável- RDS ou a “concessão das terras por 100 anos, propostas que não foram aceitas pelos moradores, movimentos sociais e até pelos governantes municipais.

Assim motivados por essa conjuntura, o movimento social de Breves, liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o ICMBIO, inicia um movimento para se criar uma Unidade de Conservação na área. Após diversas reuniões comunitárias na área e diversas articulações com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, e, alicerçado por um pedido assinado por 395 moradores, é encaminhado uma solicitação para a criação de uma Reserva Extrativista, em novembro de 2012.

Após a realização de alguns estudos e dos tramites legais, foi criada a Reserva Extrativista do Mapuá no dia 20 de maio de 2005, através do decreto presidencial, dando inicio a uma nova forma de gestão dos recursos naturais e ordenamento territorial.

Antônio Gonçalves, morador da RESEX, o “Galo do Mapuá”, reflete sobre essa questão:

A gente conseguiu a reserva através de uma luta, entre sindicato e comunidade que é o povo (...) através de uma certa suspeita que tinha de subordinar o povo. Isso porque fulano de tal se dizia dono dessa terra e aqui só podia trabalhar se ele permitisse e não se podia vender. E eu como era e sou sindicalista conseguimos fazer reunião e passeata na comunidade, conseguimos fazer um abaixo-assinado e encaminhar para o governo federal na época do Presidente Lula(...) e em 2005 foi assinado o Decreto de Reserva Extrativista(Antônio Gonçalves, mar/2014)

O morador se refere a direção da empresa Ecomapuá, que assumia o direito da propriedade antes da RESEX, e que na época reivindicava os “legais” direitos por meios de uma ação que se configura na realização de estudos sobre a viabilidade de implementação de projetos de desenvolvimento sustentável. O lado direito do rio Mapuá é chamado de entorno

da RESEX continua sendo propriedade da ECOMAPUÀ e segundo moradores que lá residem a empresa faz questão de ter a floresta em pé, pois a mesma trabalha com a venda de crédito de carbono.

No que se refere a hidrografia da região a mesma é formada pelos rios Mapuá, Aramã Grande e seus diversos rios, igarapés e furos.- (Mapuá, Mirim, Cumaru, Canarana, Duas Bocas, Cardoso, Retiro, Socó, Jupati, Jacaré, Pau-rosa, etc.). O movimento sazonal é diário e a diferença entre as marés baixas e altas chega a ultrapassar 3 metros.

O rio Aramã é a principal referência da Resex – faz o limite Sul da Resex- possui uma extensão de aproximadamente de 95 km a partir do lago do Jacaré, seu nascedouro, até a desembocadura no rio Aramã. A coloração da água é escura, devido a grande concentração de matéria orgânica, oriundas das florestas inundadas, até a confluência com o rio Cumaru. A partir desse ponto, subindo o rio, a influência da maré vai diminuindo gradativamente até não ser mais notada, antes de se alcançar a comunidade Santa Maria, situada a 90 km da foz.

A medida que o rio se aproxima da foz, a água vai mudando gradativamente sua coloração para marrom, devido à influência das marés do rio Aramã, que por sua vez recebe forte influência do rio Amazonas.

Na área da Resex ocorrem variações de temperatura diária, sendo que à noite pode chegar até 18° C, enquanto que durante o dia ultrapassa os 30° C. Essa variação é explicada pela abundância de águas no ecossistema, em cumplicidade com a exuberância florestal e a diminuta área desflorestada.

A floresta tropical típica de várzea é a predominante, com ocorrência muito frequente de Palmeiras: Açaí (*Euterpe Oleracea*), seringueiras(*Havea brasiliensis*), Miriti (*Mauritia Vinifera*), em seguida tem a ocorrência de Virola (*Virola Surinamensis*), Andiroba (*Carapa guinensis*).

As espécies de peixes conhecidos e ou consumidos pela população local na área do Mapuá são: acará, aracu, carataí, curimatã, jeju, pacu, piranha, traíra. Para pescar utilizam-se de malhadeira, linha de anzol, matapí (confeccionado de tala, normalmente de Arumá ou miriti, onde se introduz uma isca, geralmente de babaçu, enrolada em folha de bananeira, que serve para captura do camarão). As madeiras mais extraídas pelos moradores são: maçaranduba, angelim e acapu.

A agricultura, o pescado e o extrativismo vegetal são as principais fontes de renda da região. Todos já trabalharam e continuam a trabalhar na agricultura familiar.

A Reserva Extrativista do Mapuá foi criada assim no intuito de desenvolvimento sustentável voltado para a população local criando a expectativa de implementação de uma

política baseada na organização da comunidade, incentivo ao manejo do açaí nativo, criação de pequenos animais, hortas comunitárias domésticas, produção de mudas frutíferas-florestas, distribuição de sementes etc... (ICMBIO,2012)

E uma das conquistas dentro dessa nova dinâmica foi a criação da Casa Familiar Rural dentro da e na Resex, no intuito de que os educandos que residem nessa região possam fazer uma releitura de sua realidade na perspectiva de desenvolvimento sustentável. Entretanto antes de chegarmos nessa especificidade local pretendemos fazer um preambulo da situação das CEFFAS(Casas Familiares Rurais) de forma mais abrangente.

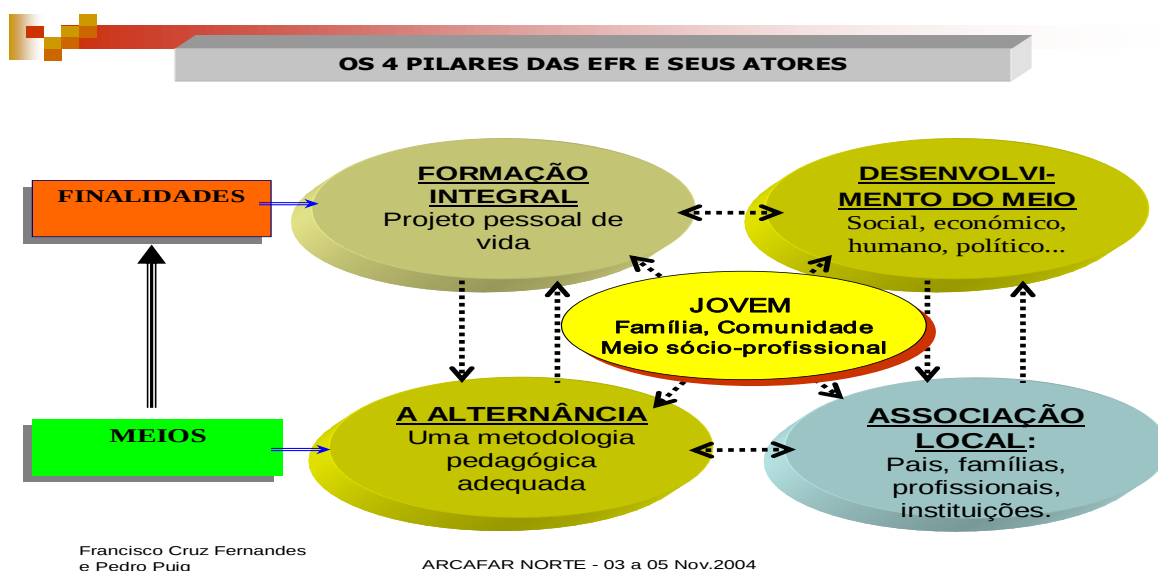
2- AS CASAS FAMILIARES RURAIS: UMA UNIDADE NA DIVERSIDADE

2.1- Um começo, uma expansão, uma pedagogia

De acordo com Gimonet (2007) os Centros Familiares Rurais surgiram na França em 1935, depois foi se estendendo progressivamente, criações aconteceram, adaptações foram feitas para responder às características e necessidades locais. Os públicos, as informações, as estruturas foram se diversificando. Colocou-se então a unidade no movimento das Casas Familiares Rurais. Mas uma unidade na diversidade. A saber:

- Finalidades: de um lado a educação, a formação profissional e geral associadas e orientação dos jovens estudantes, e do outro lado a contribuição do meio;
- Um contexto de implantação e de ação: o meio rural;
- Uma estrutura, ao mesmo tempo jurídica e de participação e responsabilização das famílias: a associação;
- Um método pedagógico: a alternância com suas implicações quanto ao papel educativo dos pais e mestres, o estágio profissional e suas técnicas e instrumentos pedagógicos, Tempo escola- TE e Tempo Comunidade- TC;
- Uma estrutura educativa: o internato e o pequeno grupo;
- Uma equipe animadora do conjunto: Os monitores(educadores), a assessoria pedagógica.

Desta forma, Gimonet (2007) apresenta quatro pilares característicos das Casas Familiares Rurais, que são eles:



Quadro 1 – Os quatro pilares das Casas Familiares Rurais

Esses pilares constituem as invariáveis do movimento mundial das Casas Familiares Rurais e apresentam um carácter muito geral. Por isso é necessário entender-se sobre o conteúdo e as modalidades de implementação de cada um deles:

- Especificar as finalidades, porque várias interpretações são possíveis nos diferentes contextos locais;
- Precisar a natureza, a razão de ser, os funcionamentos e a animação da associação;
- Definir a alternância tal como é entendida, já que várias formas existem na variedade desse método.

Assim as Casas Familiares pela invenção e implementação de um instrumento pedagógicos que traduzia nos seus atos, os sentidos e procedimentos de formação. As mesmas tiveram em suas constituições o intuito de contribuir para o Desenvolvimento local, tendo como enfoque principal o fortalecimento da agricultura familiar e a inserção profissional. Os meios para atingir as finalidades se constituiu através da pedagogia da alternância e a associação das famílias. No Brasil a referida pedagogia fundamentou-se na proposta Freiriana que presupõe os temas geradores como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem. A pedagogia da alternância desde teve uma conexão profunda com este pressuposto transformador de Freire (1987), dando ênfase os referidos temas transpostos a partir da leitura da realidade dos jovens.

Desta forma, as CFRs tiveram na sua fundamentação a relação escola, meio e propriedade, alternando-se espaços e conhecimentos que se completam. O intuito era que as famílias compreendessem que através da Pedagogia da Alternância os seus filhos tivessem a capacidade de desenvolver as atividades nas propriedades e se envolvessem nas atividades da comunidade e no Movimento Social.

Assim para atingir estes fins todas as Casas Familiares Rurais, uma vez constituídas, passaram a ter a associação de famílias, representadas pelo conselho administrativo e consultivo e a alternância pedagógica que alterna momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar-comunitário. Um processo de ensino aprendizagem que deve ocorrer no seguinte itinerário: meio-escola-meio. No primeiro momento a orientação é destacar o meio sócio-profissional: observar-pesquisar-descrever a realidade sócio-profissional, posteriormente na escola a pretensão é socializar-analisar-refletir-conceitualizar-interpretar e por fim volta-se ao Meio sócio-profissional para aplicar-experimentar-transformar a realidade sócio-profissional. Esses são os pressupostos básicos.

Para tanto, a proposta metodológica se desdobrou inicialmente nas seguintes Ferramentas Pedagógicas (GIMONET, 2007): Pesquisa participativa, Plano de formação, Plano de estudo, Caderno de Alternância, Caderno da realidade, Colocação em comum, Ficha pedagógica; Unidade de estudo e produção, Visita as propriedades, estágios, Avaliação e Projeto Profissional do Jovem. Essas tem sido as ferramentas desenvolvidas na maioria das Casas Familiares Rurais, com uma ou outra alteração.

Ao constituir uma turma o primeiro passo é realizar a **Pesquisa Participativa** que é um roteiro de perguntas destinado ao jovem candidato a aluno e sua família no intuito de se fazer um levantamento da realidade dos mesmos. Um roteiro é feito, unindo comunidades em pontos estratégicos para se fazer reuniões de esclarecimentos sobre a pedagogia da alternância e a associação de famílias, suprimida as dúvidas o instrumento é realizado no coletivo da família, daí são selecionados os temas geradores que devem passar pela aprovação da assembleia familiar.

A planificação a partir dos temas aprovados referendando os objetivos das temáticas na CFR e ao potencial econômico, hídrico, cultural, social, ambiental e etc., das comunidades do município é o **Plano de Formação**, que é pensado a partir da realidade local para se ampliar no contexto mundial. Essencialmente uma equipe pedagógica elabora este plano num dado momento com a colaboração dos pais e dos jovens e levando em conta os projetos de cada um dos alunos a esta definição desdobram-se os conteúdos no núcleo comum.

Constituído o Plano maior que vai nortear um conjunto de alternâncias é realizado a cada final de Tempo Escola um dialogo entre jovens e monitores, no intuito de motivar os educandos a pensar no que estará sendo proposto para o próximo tema. Este procedimento chama-se **Plano de Estudo (P. E.)** que faz a reciprocidade entre o conhecimento empírico do jovem e sua família com o acúmulo teórico técnico científico. É através desta ferramenta que se faz a pesquisa familiar e/ou comunitária (re) significando a historicidade dos atores sociais. O primeiro dia na escola após o termino do Tempo Comunidade se realiza a **Colocação em comum** a partir das questões significativas orientadoras do/ P.E, dessas questões se constitui o texto síntese com ampla discussão e debate. Aqui o jovem relata a sua realidade, e, por conseguinte, é discutido em conjunto a partir do texto coletivo.

Toda ação pedagógica deve ser orientada por estudos a partir de referenciais bibliográficos, pesquisas, relatos, enfim, existe uma infinidade de situações que reunidas facilitam a compreensão de determinado objeto do conhecimento. As **Fichas Pedagógicas** cumprem este papel e ainda são um elemento que tem por objetivo criar uma relação entre realidade e ciência (técnica) estes são princípios que deverão ser expressos na ficha produzida pelos professores com a mediação da assessoria pedagógica, aqui se tem que dar conta do avanço técnico dos jovens e do conhecimento científico para determinada realidade e temática de estudo.

E em alguns momentos os jovens têm a **Visita de Estudo**, que é viver na prática uma experiência que deu certo, de acordo com a temática geradora. A título de exemplo vejamos o seguinte: Os meninos devem estudar sobre hortaliças, existe uma propriedade próxima que tem hortas, os jovens irão experienciar esta realidade. E por falar em ampliar as perspectivas tem-se também **as intervenções Externas** que são complementações de pais ou de técnicos que irão subsidiar determinada semana de alternância escolar, conhecimentos estes, que deverão somar ao diálogo presente (nas aproximações teóricas e práticas) entre ministrante do tema e jovem.

Existem também alguns ferramentas que subsidiam diretamente o trabalho dos monitores, estas são: o **Caderno da Realidade e o Caderno de Alternância**, o primeiro é uma espécie de diário pedagógico do aluno, neste, o jovem registra toda a sua experiência técnica, da propriedade, do conhecimento do núcleo comum etc; o segundo caderno tem a função de criar um intercâmbio entre CFR e família, com espaço para os monitores, pais e jovens avaliarem e registram algumas considerações pertinentes ao estudo e processos interventivos na propriedade e na CFR.

Dentro do processo formativo escolar se tem também as **UEP's** (Unidade de Estudo e Produção) que são experiências feitas na CFR, em que os jovens estudam e ao mesmo tempo praticam diferentes atividades produtivas durante as alternâncias e nos **estágios**, estes por sua vez existem em cumprimento à uma formalidade legal atribuída ao estudante do ensino médio profissionalizante. Os estágios têm uma carga horária total de 360 horas a ser distribuída entre estágios nas propriedades, estágios na CFR, estágios em instituições e em algumas situações estágios em experiências exitosas fora do município.

E para acompanhar as experiências desenvolvidas são realizadas as **Visitas nos lotes familiares**, em que os professores conversam com as famílias e dão algumas orientações técnicas, com duração mínima de 4 horas em cada lote. Esta atribuição também faz parte do itinerário do **PPJ(Projeto Profissional do Jovem)**, este último é constituído no terceiro ano do ensino médio profissionalizante, pretende-se assim que o jovem concluinte realize uma tríple e relacional projeto em sua propriedade, constando de estudo, análise e intervenção, este é um desafio que deve ser assumido por todos os atores envolvidos no processo de formação.

Além de ser educativo, o PPJ parte do pressuposto da emancipação econômica e social dos sujeitos, o que não é uma tarefa fácil, é uma atividade de busca, compreensão, representação e transformação social, ousamos dizer que pode alcançar conjunturas muito mais amplas de intelectualidade, expressividade e organização familiar, comunitária e social.

E para que as demais ferramentas pedagógicas alcancem os objetivos que as mesmas se propõem é necessária a efetivação da ferramenta chamada **avaliação** que deve ser feita pelos monitores, pelos jovens (auto-avaliação), pelo conselho e pelas famílias.

Retomando a ferramenta pedagógica Projeto Profissional do Jovem- PPJ pretende-se em virtude da necessidade de se aprofundar as discussões, controvérsias e potencial educativo, ambiental e social a respeito do Projeto Profissional, ampliar a compreensão da mesma.

O PPJ tem como referência proceder um retrato da realidade (família e propriedade), através da pesquisa com tríple função integradora (estudo, análise e intervenção), a isto se chama unidades didáticas do projeto profissional. Com este procedimento a tentativa é resignificar o caminho que o jovem percorre na Casa Familiar Rural ao longo do processo de formação e facilitar a compreensão humana, ambiental, social e cidadã do jovem trabalhador rural. O currículo proposto é sequencializado e contextualizado, flexível e centrado no desenvolvimento dos jovens e da família.

Para o desenvolvimento das atividades didáticas o projeto se propõem a fazer este acompanhamento tendo como base o lote familiar, mesmo que o jovem e/ou seus familiares mudem de lote, esta mudança evidenciaria uma nova realidade ambiental e novas perspectivas, não implicando na estrutura organizacional do PPJ. A título de exemplo que, em geral, ocorre na reprodução social no meio rural: a família que o jovem teve origem a nova família que se forma a partir do enlace matrimonial, isto, no entanto, não comprometeria a investigação analítica o que se deveria atentar e referendar era a compreensão metodológica desta nova percepção de escolha.

A coerência interna com os temas trabalhados ao longo do PPJ, é denominado de Unidades Didáticas que tem por finalidade problematizar as aprendizagens através de uma visão integradora (conceitos, procedimentos e análises-discursivas). Desta forma, anterior as unidades didáticas, a intenção é propor uma animação e construção de roteiros de pesquisa com os educandos mediados pelo professor, este último além de mediar o conhecimento propunha reflexões que iriam além das escolares, a partir da leitura da realidade feita pelo jovem.

A escolha de um tipo de tema (projeto) com eixo central, deveria seguir a seqüência de todo o que foi aprendido durante a formação. A continuidade e progressão de tema (projeto) e acompanhamento técnico (busca pessoal do jovem). A metodologia ainda deveria orientar a sistematização das informações (pontuar objetivos e observações que referendam a escrita do texto) e Diagnóstico da realidade (debates, organização da fala, resolução de situações conflituosas)

Assim o PPJ desde sua planificação até a pesquisa na propriedade, por refletir não só uma metodologia mas por ter a pretensão de desenvolver o lote familiar, desperta nos educandos e demais atores da CFR vários questionamentos, inclusive sobre o Projeto maior que é a CFR e seus desdobramentos que vão desde a formação integral do jovem, os sentimentos de pertencimento das famílias, dos jovens, educadores e atores da CFR em geral e também o perfil do Conselho de Administração e o que este último ajuda a pensar a aprendizagem, o coletivo.

2.2- Casa Familiar Rural do Brasil a Amazônia

O estudo em alternância foi trazido pelos italianos na década de 1960 por meio das escolas famílias agrícolas, que se concentraram inicialmente no Estado do Espírito Santo e ampliaram-se em todas as regiões do Brasil, sendo dirigidas pela União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil(UNEFAB). Na década de 1980, o estudo em alternância foi implantado a

partir das primeiras Casas Familiares Rurais na Região Sul (ARCAFAR-Sul). Atualmente, todas as iniciativas que utilizam a Pedagogia da Alternância e suas ferramentas pedagógicas estão vinculados aos Centros Familiares de Formação por Alternância(CEFFAS)

Na região Norte e Nordeste, o movimento surgiu com o objetivo de reunir forças e romper o isolamento. Assim em 1996, as lideranças dessas regiões fundaram a Associação Regional das CFRs do Norte e Nordeste do Brasil(Arcafar- Norte e Nordeste), com um Conselho de Administração composto de representantes de diversos estados das Regiões Norte e Nordeste, eleitos em Assembleia Geral (GHEDIN,2012)

Já o sistema de Casa Familiar Rural na Amazônia Brasileira teve seu início no Estado do Pará, em 1994 no município de Medicilândia. O intuito era formar jovens agricultores, tendo como metodologia a Pedagogia da Alternância. Depois foi criada a Associação Regional das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR Norte e Nordeste. As CFRs se espalharam pelo estado com o apoio de convênios com o Governo do Estado, Prefeituras Municipais e Organizações Não-Governamentais.(UNEFAB, 2013)

A ARCAFAR/PA foi fundada em 2003 numa Assembleia Geral realizada na Cidade de Gurupá- PA, sua constituição se deu a partir de discussões entre as Casas Familiares Rurais que sentiam a necessidade de uma organização estadual para defender e representar seus interesses, garantir os princípios filosóficos e metodológicos, evitar o isolamento e acompanhar o processo de expansão das mesma no Estado do Pará. (EDUCAMPOPARAENSE: 2014)

Segundo dados fornecidos pela Secretaria da ARCAFAR/PA(2015) o estado do Pará tem 40 Associações de Casas Familiares Rurais constituídas. Vinte e oito em funcionamento, vinte e quatro autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação- CEE na modalidade de Educação de Jovens e Adultos fundamental (3º e 4º Etapas) e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. No que se refere a matriculados são 2.300 jovens o que corresponde cerca de 20% da demanda de alunos no campo.

As Escolas Comunitárias Casas Familiares Rurais estão localizadas nos respectivos municípios: Anapu, Barcarena, Belterra, Brasil Novo, Breves, Cachoeira do Arari, Conceição do Araguaia, Gurupá, Lago Grande do Curai, Medicilândia, Moju, Óbidos, Ourém, Placas, Santarém, São Félix do Xingu, Território Quilombola de Jambuaçu/Moju, Tucumã/Ourilândia do Norte, Tucuruí, Cametá e Abaetetuba.(SECRETARIA DA ARCAFAR/ PA, 2015).

Das Casas acima descritas iremos fazer uma breve explanação sobre a CFR de Gurupá pela sua importância e influencia na CFR de Breves nosso campo de estudo.

A CFR Gurupá foi idealizada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá em 1988 e reflete sua linha de ação voltada as idéias freirianas de conscientização e educação popular. A mesma localiza-se em uma região de várzea, ou seja, sofre inundações anuais devido às estações seca e chuvosa. A região de Gurupá por estar localizada na área estuária do Rio Amazonas, está sujeita, além de inundações anuais, aos movimentos marítimos, sofrendo também com a subida das águas diariamente devido as influências das marés.

Para se iniciar as discussões em torno da implantação da Casa Familiar Rural de Gurupá, foram mais de três anos visitando experiências com Alternância Pedagógica na Transamazônia. Os precursores em Gurupá foram Benildes Grings, Pedagoga, uma mulher gaúcha que veio ao Pará e residiu por muito tempo na Transamazônica e que encontrou em Gurupá através da alternância momentos de engajamento e profunda reflexão pedagógica e o senhor Manuel do Carmo, ex- seminaristas e atual trabalhador rural que tem organizado e militado no movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais através do Sindicato Rural e na Casa Familiar Rural. É claro que não existe liderança se não existir pessoas que acreditem na proposta e foi o que aconteceu (COUTO, 2009).

Contam os sócios fundadores que somente existia um terreno doado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais o restante foi à força de cada família, que em mutirão construíram a estrutura física da CFR. Em Gurupá iniciou-se as aulas com técnicos doados pelas instituições não governamentais que lá faziam projetos sociais, e também foram apoiados por uma ONG. holandesa. Esta caminhada no Centro Formativo foi feita de tentativas e de ensaios, de empirismo e reflexões, de desordem e de ordem, de informação e de formação, de (re) estruturação e de organização para existir (COUTO, 2009)

Na CFR de Gurupá, os alunos realizam as mais diversas atividades como cuidar da horta, das áreas de manejo, dos tanques de peixe. Um dos pontos fortes da Casa são os Projetos Profissionais dos Jovens em que os educandos fazem pesquisas e colocam em prática essas pesquisas em seus lotes familiares. As atividades são com suínos, sistemas agroflorestais, peixes de alto valor econômico como o tambaqui e pirarucu, manejo de espécies nativia, agricultura entre outros.

2.3- Casa Familiar Rural de Breves: Potencialidades Formativas da Alternância Pedagógica



Figura 5- Casa Familiar Rural de Breves

Antes de falar sobre essas possibilidades é importante frisar como a Alternância Pedagógica surgiu nesse cenário marajoara e, conseqüentemente na Resex. Vale ressaltar a contribuição que a Casa Familiar Rural de Gurupá, configurando como um exemplo para os demais municípios marajoaras de que é possível construir uma outra

proposta de educação no meio rural. Esse tipo de pedagogia é uma alternativa à educação rural tradicional baseada no ensino urbano e também profissionaliza através do ensino médio integrado, propondo mudanças significativas na forma como os ribeirinhos breveses têm explorado a madeira, estudando formas mais sustentáveis de consumo, produção e comercialização dos produtos da floresta.

Não dá pra comparar o desenvolvimento histórico das CFR's Breves e Gurupá, haja visto que a história de suas organizações e de suas populações se dão de forma totalmente diferenciada. Em Gurupá, as CEBs – Comunidade Eclesiais de Base tiveram militância dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Fase (Federação dos Orgãos de Assistência Social e Educacional) uma organização não governamental que ajudou a organização social. Os jovens já iam para CFR nutridos por histórias de luta e de alguma forma ou de outra já estavam envolvidos em alguma organização social ou comunitária.

Em Breves, a CFR surge em meio a crise madeireira, e mesmo com o fechamento das grandes empresas, a extração madeireira foi e continua sendo muito forte no cotidiano ribeirinho. Ainda hoje vende-se a madeira em tora para as pequenas e grandes serrarias que ficam as margens dos rios a espera dos exportadores. Entretanto, a organização da Resex do Mapuá sinalizava para uma perspectiva mais sustentável, de acordo com os interesses comunitários representado pela CFR Breves e pela AMOREMA- Associação dos Moradores do Mapuá.

Para se consolidar a CFR Breves no Mapuá entretanto, foi necessário que eu Professora Jeovani Couto(Brevense) e o Professor Marcelo Gama (Gurupaense) conhecesse a proposta em Gurupá experienciando a realidade da alternância pedagógica em todas as suas

dificuldades e potencialidades, assim apresentamos um projeto à Secretaria Municipal de Educação de Breves, e esta por sua vez deu subsídio para formar uma equipe que pudesse percorrer algumas localidades no intuito de verificar as organizações comunitárias, as condições de terreno das mesmas devido as várias unidades de estudo e produção que deveriam ser implementadas, o desejo de se ter uma educação diferenciada entre outras.

Assim foram visitadas várias comunidades e escolhidas para uma reunião geral na cidade de Breves. E as que apresentaram o maior número foi as comunidades do Mapuá que lotaram a Escola Municipal de Ensino Fundamental Emerentina Moreira de Souza e consequentemente conseguiram por maioria dos votos implantar a CFR na RESEX. Esse processo ocorreu em maio de 2009 e ainda neste período se constituiu o Conselho Administrativo da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Breves, legitimados a partir da Ata e do Estatuto da Associação.

Em 2010 iniciou-se a construção do local e a aplicação das pesquisas participativas junto aos alunos e seus familiares no intuito de elaborar o Plano de Formação e posteriormente os Temas Geradores que de forma interdisciplinar deveriam envolver as disciplinas. Assim constitui-se a priori uma turma de Fundamental e uma turma de Ensino Médio Integrado em Floresta(2011) e em 2014 mais duas turmas com os mesmos níveis e modalidades de ensino.

Uma vez tendo em mãos um pequeno fragmento da realidade que é a pesquisa participativa começou-se a construir o Plano de Formação para o Ensino Fundamental e Médio Integrado ao Técnico em Floresta e desta forma concretizou-se os planejamentos. A inauguração da Casa Familiar Rural de Breves, ocorreu no dia 26 de Março de 2011.



Figura 6: Construção da Casa Familiar Rural

Foto 7: Assembléia para construção e aprovação do Regimento escolar da CFR

A primeira semana foi de adaptação e somente na segunda semana iniciaram os Ciclos de Formação chamados Alternância Pedagógica, distribuídos em Tempo Escola e Tempo Comunidade. E foi no último dia da semana de adaptação que os educandos conheceram o Plano de Estudo da primeira alternância pedagógica, a temática foi “ O lugar onde eu moro”, quando começaram a descobrir o sentido de se ter a pesquisa como princípio educativo.

De acordo com a leitura das referidas pesquisas participativas cedidas pela Secretaria da Escola Comunitária Casa Familiar Rural(2010-2011), verificou-se que existe várzea e terra firme dentre os lotes familiares, e que isso é fundamental para a decisão do que produzir. Os educandos são de diferentes comunidades o que garante que a aprendizagem adquirida possa alcançar famílias e comunidades distintas.

As principais atividades desenvolvidas a partir da pesquisa foram: a produção da farinha, a extração da madeira e do palmito e o cultivo de açaizal nativo na várzea.

No que se refere as condições de propriedade de terra percebeu-se que a maioria ocupou as áreas onde tem os lotes familiares e alguns obtiveram a terra por herança ou doação. O transporte utilizado mais frequente foi o barco ou casco; quanto à captação da água de uso é rio ou poço com pouca incidência de caixa d’água. Em relação aos cuidados com essa água consumida, os mesmos coavam, cloravam e poucos filtravam e ferviam. Sobre a energia, alguns tinham gerador próprio, outros se utilizam de bateria, gerador do vizinho. Dos utensílios utilizados na casa o que se encontrou mais foi o fogão a gás e radio, seguido dos freezers e posteriormente do televisor e a parabólica.

Dos alimentos consumidos diariamente os mais destacados por ordem decrescente foram: farinha de mandioca, açaí, peixe, carne suína, carne bovina e frutas. Quanto à procedência dos alimentos afirmou-se que eram comprados de atravessadores e marreteiros, capturado da natureza, produzido no estabelecimento e que a carne, frango e peixe consumidos pelas famílias divide-se entre salgados, frescos e com menor frequência congelados.

Em 2010-2011 muitos alunos tinham entre seus familiares pessoas assalariadas oriundas do emprego público municipal. Existiam também os que eram beneficiados da previdência e aposentadoria, além da bolsa família. E outros ainda que trabalham a base de diária para outra pessoa.

Não há registro de que esses trabalhadores rurais recebessem assistência técnica e nem beneficiamento de crédito agrícola. Quanto ao que os trabalhadores rurais pensavam do crédito verificou-se que os mesmos acham que isso é importante para o crescimento da produção, mas não sabem como obter. Nas pesquisas todos disseram que não usavam adubação e nem defensivos industrializados, no entanto, realizavam a adubação orgânica(a partir dos excedentes agroestrativistas) e defensivos alternativos(tucupi, timbó, ortiga...).

No que se refere à área de mata nas propriedades, as madeiras relacionadas foram a Andiroba, Quaruba, Ucuúba, Pracaxi, Angelim, Ceru, entre outros e os produtos extraídos da mata com maior frequência, segundo eles, era para vender em tora, além de se extrair o açaí e o palmito.

Quando indagados sobre o desenvolvimento de alguma experiência responderam que a diversificação da produção pode ser uma estratégia, como a criação de galinha, pato, criação de peixes, de maneira que não prejudique a floresta e o meio ambiente.

Quanto ao planejamento para o futuro, evidenciam que eles sentem a necessidade de se especializar e com certeza aumentar os rendimentos dos produtos extraídos da floresta.

Os mesmos se organizam em comunidade sempre em torno das convicções religiosas e são filiados da AMOREMA- Associação dos Moradores do Mapuá e alguns no Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadores Rurais e Colonia dos Pescadores. E quando ingressam na Casa Familiar Rural estes fazem parte automaticamente da Associação das Famílias da CFR Breves.

Neste olhar sobre a própria realidade evidenciou-se o espaço concatenado com o pequeno comércio, a igreja, a mata fechada, a caça, o peixe em abundância, o milho, a mandioca, a macaxeira, o açaí que se consome, mas que também se vende, assim como o palmito.

Atualmente não se realizou nenhuma outra pesquisa participativa. Duas turmas já entraram sem a efetivação dessa ferramenta pedagógica importantíssima, ficando difícil uma comparação mais consistente, entretanto, segundo observações na escola comunitária e na própria conjuntura da Resex pode-se considerar que hoje já se pode identificar o Pronaf Florestal (linha de aperfeiçoamento destinada a implementação de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, e recuperação de áreas degradadas, enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura vegetal diversificada, com plantio de uma ou mais espécies

florestais nativas do bioma), O PNAE(Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA(Programa de Aquisição de Alimentos), Bolsa Verde(Programa de Apoio a Conservação Ambiental).

Além disso, a Frota de Barco de linha dentro do Mapuá melhorou, foram construídas mais três escolas, há um posto de saúde na Comunidade Santa Rita. Foi realizada uma campanha na Resex para se adquirir mais caixas d'água, muitas casas já adquiriram esse bem. Vale ressaltar também que o Movimento de Mulheres se intensificou com o beneficiamento de sementes, óleos e resinas.

E ainda após a apresentação do Projeto Profissional dos alunos concluintes da primeira turma do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Floresta mais de cinco projetos estão sendo implementados. Os PPJs de Sistema Agroflorestais estão sendo implementados na comunidade Bom Jesus e Cumaru e em Manejo de açai vários projetos em diferentes comunidades estão em andamento.

E é dentro dessa especificidade do Ensino Médio Integrado em Floresta que se conduz a pesquisa com uma turma que iniciou o curso em 2011 e concluiu no ano de 2014 e outra que iniciou as atividades de formação em 2014. Assim, a primeira teve sua matrícula inicial com trinta e cinco educandos e matrícula final com trinta e três, sendo treze mulheres e vinte dois homens, pertencentes as comunidades Santa Rita (Rio Cumaru), Santa Maria(Lago do Jacaré), Bom Jesus(Rio Mapuá), São Sebastião(Santa Galo), São Sebastião(Rio Aramã), São Sebastião(Mapuá-Mirim), São Felix (Aramã), São José (Rio Jupuru), Santíssima Trindade(Aramã Grande) e Vila Paraíso.

E a turma de 2014 iniciou com trinta e três educandos e fechou o ano com quatro desistentes e três transferidos, os que finalizaram o ano são nove mulheres e dezessete homens, os mesmos pertencem às comunidades Santíssima Trindade (Aramã), Bom Jesus(Rio Mapuá), Paraíso do Aramã, São Sebastião (Rio Mapuá- Mirim), São Sebastião (São Felix), Bom Jardim (Rio Jaburú), Nossa Senhora das Graças (Rio Macacos), Santo Antônio de Lisboa (Rio Macacos), São José (Rio Jaí), Sagrada Famílias (Rio Jaburu), Bom Jesus (Rio Mapuá).

A escola ainda possui um gestor e uma coordenadora pedagógica, ambos Licenciados em Pedagogia. Quanto aos educadores os mesmos trabalham por área do conhecimento. Vejamos:

Quadro 2 - Área e formação dos educadores da CFR- Breves		
Nº de Educadores	Área de Conhecimento	Formação
01	Ciências Humanas	Licenciada em História, Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo
03	Linguagens	Licenciado em Letras Habilitação em Português, Licenciado em Educação Física e Licenciado em Letras Habilitação em Inglês
01	Matemática	Licenciado em Matemática
01	Ciências da Natureza	Licenciado em Ciências
01	Ciências Agrárias e Ambientais	Licenciado em Pedagogia, Técnico em Agroecologia e Especialista em Educação Ambiental

Fonte: Secretaria da CFR- Breves, 2014

Para a compreensão de algumas dificuldades e potencialidades na prática educativa desses educadores é necessária fazer uma análise das universidades e Instituições que tem formado os mesmos, a educação continuada oferecida e finalmente o nível de empoderamento sócio-educativo que os mesmos dispõem.

No que se refere a formação de Professores em Breves, temos o Campus da Universidade Federal do Pará, que só recentemente adotou no currículo do curso de Pedagogia a disciplina Educação do Campo. Anteriormente ocorreram alguns esforços, como o Grupo de Estudo em Educação do Campo da Ilha do Marajó- GEPERIM, coordenado pela professora Ms Ana Cláudia Peixoto de Cristo e que foi oriundo das discussões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo no Pará- GEPERUAZ, coordenado pelo prof Dr, Salomão Hage, entretanto, com a transferência da professora para o Amapá o grupo não conseguiu se expandir.

Nas outras licenciaturas o que se considera pertinente observar são pesquisas realizadas em Etnomatemática realizada por um ex-professor de Matemática da CFR que lá se inspirou e realizou o seu Trabalho de Conclusão de Curso e uma pesquisa em andamento

sobre Botânica em que a acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências tem realizado constantes pesquisas no Parque Dendrológico na CFR Breves.

Com o Programa de Formação de Professores- PARFOR veio a Licenciatura em Educação do Campo que está em andamento. Este curso é o que mais se aproxima da realidade rural do Marajó, por ter sido inspirado nas experiências em Pedagogia da Alternância, realizando o Tempo Comunidade e o Tempo Acadêmico, tendo a pesquisa como princípio educativo, tentar relacionar os temas com a realidade e etc. Entretanto, seus temas ainda remetem a um “campo” que não temos em nossa realidade, se aproximando muito da realidade agrária do Sul do Pará.

Na questão específica dos educadores da CFR, quando formados ou em processo de formação, tiveram como primeira experiência o vínculo com a Secretaria Municipal de Educação- SEMED através das escolas rurais de ensino fundamental(multissérie) e ou Circuito(6º ao 9º ano em que se realiza as disciplinas por modulo).

Nos casos citados no paragrafo anterior a formação continuada foi realizada pela SEMED com planejamentos e palestras anuais.

Descrito no quadro acima temos um educador que recebeu ensino técnico integrado na CFR Gurupá e lá também foi formador, essa experiência profissional tem ajudado a mediar os debates e discussões, principalmente, em relação a questões pertinentes ao Plano de Estudo e interdisciplinariedade. Entretanto, constantemente ainda surge entre os educadores dúvidas e questões relacionadas a realidade de Breves que tem que ser adequada ou reestruturada.

Quando esses educadores passam a fazer parte do corpo docente da CFR de Breves eles recebem uma rotina de planejamentos frequentes, reflexão- ação fundamental para o processo ensino –aprendizagem. Também são realizadas algumas formações que são menos frequentes, os temas já abordados foram Pedagogia da Alternância e Agroecologia. Sobre a metodologia educativa eles tiveram mas dificuldade de compreensão no Plano de Estudo, na Colocação em Comum e na interdisciplinariedade, alguns partem do principio que já fazem interdisciplinariedade por eles trabalharem por áreas.

Aqui detectamos três problemas: primeiro, os horários de aula continuam fragmentados como as escolas tradicionais, divididos por disciplinas, tendo poucos momentos de construção coletiva, segundo, muitos ainda não perceberam a importância de concatenar as áreas, de aprender com o outro educador e com eles proporcionar a construção coletiva de uma ou várias aulas. E terceiro perceber como riqueza os textos trazidos pelos

educandos(pesquisa do tempo comunidade) que podem inspirar a relação com várias experiências e ciências.

No que se refere a Agroecologia muitas interrogações surgem que vão do etiolgia da palavra até a relação que a Agroecologia tem com a realidade agroextrativista dos educandos e seus familiares.

A questão central neste âmbito é que de nada adianta oferecer orientação por parte da coordenação pedagógica para planejamentos, ter formadores se não houver, interesse, pesquisa e sentimento de pertencimento.

Para este empoderamento sócio-educativo é necessário conhecer os educandos, suas famílias, os processo produtivos e extrativismos desenvolvidos por eles, as associações e ações em que eles se envolvem, enfim ser um educador das águas e das florestas que tem na sua práxis não somente conteúdos da base nacional comum, mas que faz a problematização da realidade. Essa conscientização é um processo lento entre os educadores da CFR, ele aparece em algumas iniciativas mas ainda não é unanime.

E para uma melhor análise do processo ensino-aprendizagem concatenada com a historicidade, saberes e vivencias dentro dessa perspectiva homem natureza enfocaremos como campo de estudo o currículo do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Floresta partindo da perspectiva freiriana e dos estudos culturais no campo do Currículo.

2.4- Alternância e Florestamaré: Uma leitura da realidade

O dialogo começa na busca do que ensinar, quando os educadores se perguntam em torno do conteúdo.

Para o educador tradicional a pergunta não é no proposito do dialogo, mas a respeito do “programa que tem que cumprir”. Para o educador problematizador o conteúdo do dialogo não é a imposição, mas os saberes e vivências organizados, sistematizados e acrescentado pelas populações tradicionais. E é esse educador dialógico e problematizador que é imprescindível para que os princípios da Pedagogia da Alternância sejam de fato realizados(FREIRE, 1987, p.83).

Para compreender esses princípios e a metodologia adotadas pela Pedagogia da Alternância é necessário identificar que referências teóricas embasam essa pedagogia, para que desta maneira possamos justificar o currículo adotado.

O estudo parte de um percurso histórico, mais propriamente das idéias de alguns clássicos da educação, que compreendem a educação como fator determinante de transformação social.

Desta forma tivemos na educação a Pedagogia Socialista o termo “socialismo surgiu simultaneamente na França e Inglaterra na década de 30 do século XIX”. Iniciou com um significado pouco preciso, mas em geral usado em oposição à individualidade. Mais tarde, o termo foi associado ao movimento de formação de cooperativas e posteriormente passou a designar um sistema social contraposto ao capitalismo.

Imbuídos da idéia de uma cooperação coletiva e em oposição a uma educação burguesa surgem os ideais de Marx e Engles (1984) os mesmos denunciaram em forma de protesto contra as desigualdades provocadas pelo intenso processo de industrialização e contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores, (MARX & ENGELS, 1984)

Este fortalecimento da coletividade em Marx (1988, p.249-250) pressupõe a transformações dos processos individuais, dispersos e independentes entre si em um processo de trabalho social combinado, em vez de para si, com a cooperação de muitos o comando converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição de produção. A Cooperação é um elemento fundamental quando se discute Alternância Pedagógica, pois remete a um trabalho rural diretamente social e coletivo desenvolvido pelas famílias.

Nos deparamos também com a influente participação do escolanovismo por meio de três educadores - Celéstine Freinet, Maria Montessori e John Dewey, representantes do escolanovismo francês, italiano e norte-americano. E também os principais expoentes da Escola Nova no Brasil, manifestada principalmente pelo “Movimento dos Pioneiros da Educação” que se destacaram ao contestar o ensino tradicional brasileiro instituído anteriormente pelos jesuítas. A escolha dessas fontes documentais foi pautada na necessidade de identificar os referenciais teórico-metodológicos por meio de três categorias elencadas a partir dos estudos da Escola Nova: experiência, coletividade e trabalho (NAWROSKI:2010, p.90)

Procurando sistematizar os primeiros materiais disponíveis sobre a Pedagogia da Alternância no Brasil, a partir da institucionalização da primeira CFR implantada no estado do Espírito Santo Nosella(1977) primeiramente situou a constituição organizativa e a estrutura física das primeiras CFRs no Brasil e depois levantou alguns questionamentos sobre como estas foram se consolidando em solo latino americano, em especial no Brasil e Argentina.

A primeira questão que o autor levanta é sobre a experiência da Pedagogia da Alternância ser “na América Latina ou uma experiência da América Latina?” (Nosella, 1977, p. 79). Em seguida levanta outra questão: “Por que não nasceu ainda um estilo de filosofar, de educar na América Latina que seja da América Latina?” O autor ainda sintetiza que todo agir nasce de um certo “ego”, mas que ainda não se sabe qual é o ego da América Latina. E então pergunta: Será que a América Latina tem vergonha do seu verdadeiro “ego”, isto é, o do oprimido, o do pobre, de que teve uma história de colônia? (Nosella, 1977, p. 79).

Ainda que timidamente, Nosella (1977) sinaliza como hipótese que a “Filosofia da Libertação” e a “Pedagogia do Oprimido” talvez sejam as primeiras palavras do “Ego” Latino Americano ou não. Pois nas palavras do autor, “receia-se que também as CFRs possam tornar-se um belo discurso educacional”.

Os questionamentos levantados por Nosella levam a pensar que a América Latina tem dificuldades em criar sua própria pedagogia, e no caso das CFRs, ela precisa ser importada da Europa. O próprio autor aponta que a obra “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1987) pode ser uma das obras mais originais da América Latina.

Nosella aborda questões de relevância para a educação a partir da realidade brasileira em que constantemente menciona o diálogo, a cooperação e a conscientização, como formas de libertação do opressor. A luta do oprimido não pode ser uma luta individual, mas precisa acontecer no coletivo, o opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor (FREIRE, 1987, p. 40).

Logo, leva a supor que a população a quem a Pedagogia da Alternância é destinada é a classe oprimida que ainda não conseguiu se libertar. E como Nosella já mencionou, a Pedagogia da Alternância chegou ao Brasil para levar aos oprimidos a libertação pela educação, tendo em vista a precariedade das pessoas que viviam na região do Espírito Santo.

Como importante intervenção nas práticas pedagógicas que a proposta da Pedagogia da Alternância começa a levantar no Brasil, destaca-se desta forma a participação das idéias pedagógicas de Paulo Freire. É um dos referenciais bastante citados nas pesquisas sobre práticas pedagógicas. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, trata da dialogicidade como um resultado do diálogo que legitima a luta por um mundo melhor.

É pelo diálogo que ocorre a aproximação e apropriação de conhecimentos, e que não se esgota na relação eu-tu. Mas sim, é a partir desta relação que surge a dialogicidade com o povo. (FREIRE, 1987, p 81).

Desta forma, o verdadeiro diálogo exige um pensar verdadeiro e crítico, capaz de pela comunicação produzir educação. E mais especificamente falando comprometimento do educador, o autor cita que o autêntico educador não oferece seu próprio programa de ensino, mas juntamente com seus educandos propõem a mediação acrescentada, organizada e sistematizada:

Simplemente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial, quase umbilicamente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção “bancária”, entregar-lhes “conhecimento” ou impor-lhe um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos (FREIRE, 1987, p 84).

O educador salienta nesta passagem as especificidades que precisam ser levadas em conta ao pensar uma verdadeira educação pautada na realidade dos sujeitos. É pelo diálogo que os educadores podem se aproximar das populações tradicionais para juntos pensar em práticas pedagógicas capazes de produzir novas matizes de conhecimentos.

Assim a partir dos estudos de Freire(1987: p.49) a Pedagogia da Alternância começa a indagar sobre os problemas que a realidade rural brasileira apresenta, isto porque a proposta teórica de Freire(1987: p.49) parte do Estudo da Realidade (fala do educando e de sua comunidade) e a Organização dos Dados (fala do educador). Nesse processo surgem os Temas Geradores, extraídos da problematização da prática de vida dos educandos. Os conteúdos de ensino são resultados de uma metodologia dialógica.

Cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica deve dispor, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida.(FREIRE, 1987: p. 47)

A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações" porque não emerge do saber popular. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno. Conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o "conteúdo" a ser trabalhado (FREIRE: 1987 p. 49)

As salas de aula, o meio em que vivem devem transformar-se em fóruns de debate, denominados "Círculos de Cultura" (FREIRE: 1987 p.66). Neles, os educandos aprenderiam a contextualizar a teoria e o mundo em que vivem e a escrever a sua própria história.

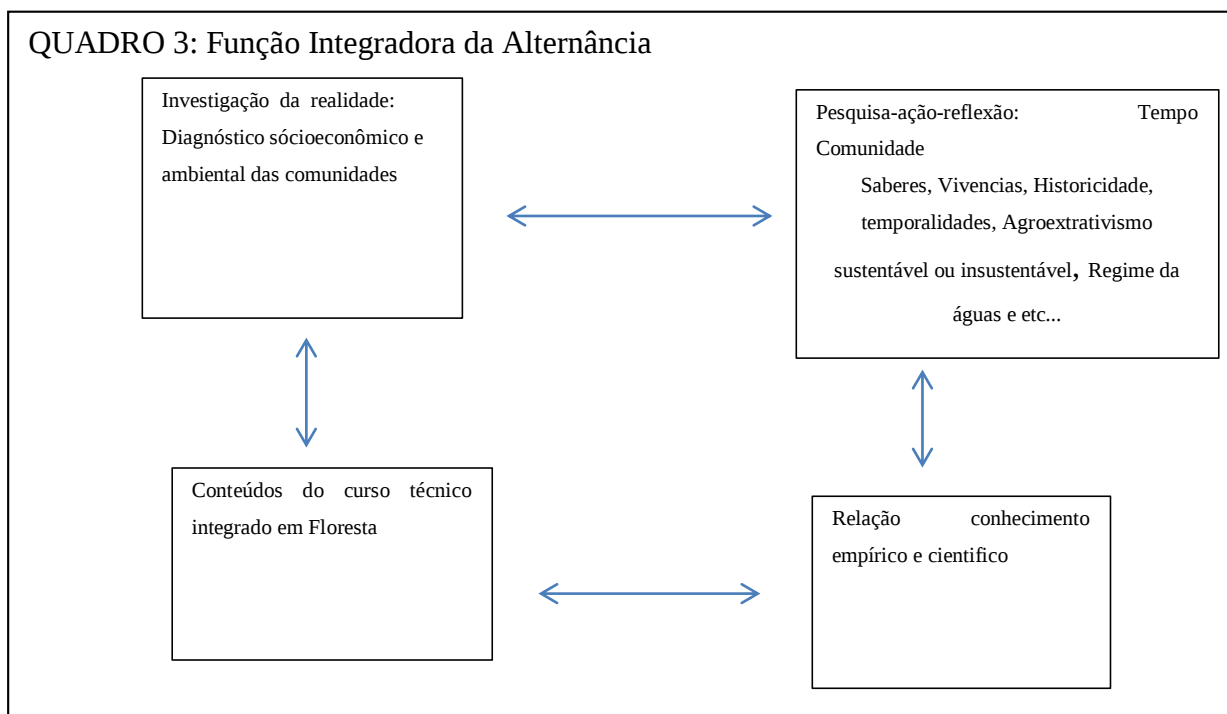
O professor, contrariando a visão tradicionalista que atribui a ele o papel privilegiado de detentor do saber, é denominado "Animador de debates" e tem o papel de coordenar o debate, problematizar as discussões para que opiniões e relatos surjam.

Cabe também ao educador conhecer o universo vocabular dos educandos, o seu saber traduzido através de sua oralidade, partindo de sua bagagem cultural repleta de conhecimentos vividos que se manifestam através de suas histórias, de seus "causos" e, através do diálogo constante, em parceria com o educando, reinterpreta-los, recriá-los.

Na especificidade do Marajó os temas geradores surgem na dinâmica da vida social amazônica, regida pela temporalidade das águas, nos modos de ser e viver de populações marajoaras. Na Resex Mapuá esses saberes locais são mediados pela cultura e pelas atividades agroextrativistas.

A alternância Pedagógica entrelaçada neste contexto de florestas e dinâmicas das águas, tem por missão uma releitura da realidade e consequentemente metodologia.

Assim a Pedagogia da Alternância na CFR Breves deveria ter a seguinte função integradora:



Entretanto, estes fatores dependem muito do envolvimento dos educandos e seus familiares com a proposta. Assim como a Associação das Famílias estabelecerem relações com organizações não governamentais e governamentais a fim de conseguir financiamento para a manutenção das alternâncias e também a relação que os educadores estabelecem

com os tempos educativos, o conteúdo do curso técnico e a relação de tudo isso com a dinâmica das populações tradicionais.

Na verdade essa educação problematizadora não acontece em sua totalidade, alguns educadores assumem isso, quase como uma missão e outros não, isto porque dessa atitude depende a formação universitária recebida e muito além disso o nível de empoderamento que o mesmo lhe permite receber.

A maior dificuldade é na formação de professores, eles já se apropriam de alguns debates, mas é preciso mais, não adquiriram na universidade, mas com a vivência foi uma parte suprida(...) era necessário uma formação em agroecologia porque o curso técnico em floresta está cercado por um processo agroecológico(Adjalma Ramos- Gestor escolar, 2014)

Poucas são as vezes que se fala em Pedagogia da Alternância nas Universidades e quando se fala é relacionado a algum acontecimento histórico na educação do Campo, a exemplo dos Cadernos de Educação do Campo com a experiências em alternância do Movimento dos Sem Terra. São poucos os docentes Universitários que ousam aprofundar estes debates. Na verdade as experiências mas concientizadoras já foram com turmas atuais de Licenciatura em Pedagogia e de Educação do Campo que fizeram estágios de vivência na CFR Breves.

Em relação a afirmação do diretor da CFR que o curso técnico em Floresta está cercado por um processo agroecológico, estes e outros fatores relacionados a agroecologia são conceitos em contrução, o que causa um certo estranhamento por muitos educadores. Agroecologia é um termo novo para muitos inclusive para o homem e a mulher que vivem na RESEX, que a pouco tempo denominavam-se trabalhadores rurais e com o advento da RESEX se identificam como extrativista.

Anterior a metodologia, a conceitos, a conteúdos e currículos o educador tem que “olhar em sua volta” e exercitar os questionamentos que virão a partir de uma prática problematizadora da realidade, entre outros, vejamos: Que processos agroecológicos que permeiam a floresta da Reserva Extrativista do Mapuá? É possível ter processos agroecológicos numa reserva extrativista? O que é uma população tradicional ?Seria aquela que é ecologicamente viável? Sustentável? Será que em uma reserva não existe práticas insustentáveis?

O educador da CFR também precisa fazer a sua investigação da realidade que deve ser relacionada com a pesquisa dos educandos, essa leitura do mundo (FREIRE, 1987: P.95) é a leitura da realidade, que pode começar com a indagação, passar pelo estudo e pesquisa e se desenrolar em um currículo. Não é uma tarefa impossível, entretanto, muitos esforços não

se consolidam porque a experiência tradicional do livro didático com respostas prontas muitas vezes é muito mais cômoda, entretanto, não é o que pressupõe um currículo em Alternância Pedagógica.

O currículo é vida, é documento de identidade, quem afirmou isso foi Tomas Tadeu da Silva (1999) e é uma grande verdade.

Aqui está se retratando uma escola, que não é pública e conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394-96 é particular comunitária, que não é urbana, é rural, ribeirinha, localizada em uma reserva extrativista no Marajó, no Mapuá. E que diante de todo esse contexto tem uma rica biodiversidade entre florestas, águas, e homens e mulheres que se movimentam no vai e vem das marés, obedecendo o ritmo da natureza e mesmo com toda essas características tão peculiares há quem não se perceba disso, e há quem discuta isso com muita propriedade.

Não dá pra universalizar o problema, o que se deve é constatar que os princípios da pedagogia da alternância e todas as suas ferramentas pedagógicas não são realizadas em sua plenitude, alguns não fazem pela insistência em não se abrir para novas perspectivas, outros porque estão em processo de aprendizagem e em outros casos porque os princípios estão sofrendo novas alterações, afinal o rio nunca é o mesmo.

O Tema Gerador é o ponto de partida para o encontro das disciplinas, é o início de um longo e prazeroso caminhar rumo ao conhecimento, sem fronteiras, sem individualidade eu diria sem preconceito. E a agroecologia vem cada vez mais se firmando como uma matriz curricular de fato na CFR Breves, uma vez que a Agroecologia está sempre presente em todos os temas geradores, nas atividades das Unidades de Estudo e Produção (UEPs), bem como no desenrolar da interdisciplinariedade se fazendo presente em todas as disciplinas e áreas do conhecimento e não somente no campo técnico agrário como muitos ainda pensam. (Marcelo da Silva Gama- Professor do eixo ciências Agrárias e Ambientais)

O educador em sua fala coloca em pauta a discussão agroecológica afirmando que ela está presente em todas as disciplinas e não somente nas agrárias, aqui ele considera que a atividade agrícola é presente na RESEX. Inclui algumas unidades de estudo e produção sob a orientação e supervisão desse docente são experiências de agricultura sustentáveis em contraposição a agricultura convencional praticada por muitos educandos e seus familiares. E destaca o Tema Gerador como elemento que pode fazer esta "teia" de saberes. A questão aqui é que tema gerador tem se estabelecido como o "fio" que tem entrelaçado os processos interdisciplinares, uma vez que ele é o ponto de partida, assim, se o mesmo não condizer com a realidade todo o processo pode estar ou não comprometido.

Apesar de ter experiências considerável com a Alternância Pedagógica sempre sinto dificuldade quando se trata de educação, e a maior dificuldade é a compreensão do trabalho interdisciplinar por parte de educadores que vem de outros centros acadêmicos, que ao longo de sua formação não tem contato com as ferramentas pedagógicas, muitos nem ouvem falar de educação do campo nos seus cursos de formação embora esse seja o destino da maioria dos professores recém formados em Breves. Nasci e me criei entre os rios e florestas me alimentando diariamente dos recursos florestais, dos peixes, das sementes, dos óleos. Tendo o rio como a única via de deslocamento, como extrativista aprendi a amar e respeitar a natureza e esse foi o motivo que me levou a estudar na CFR Gurupá e o que me move ainda hoje, tenho muito orgulho da minha trajetória, pois a partir da minha identificação com a natureza permito-me compreender a realidade dos meus alunos e contribuir com a formação dos mesmos.(Marcelo da Silva Gama-Professor do eixo ciências Agrárias e Ambientais)

Uma das marcas da fala acima é a interdisciplinariedade que se destingue das demais por revelar na sua abordagem o educador pesquisador. O exercício dessa marca registrada envolve uma viagem interior, um retrocesso no tempo, em que o educador ao tentar descrever a ação vivenciada em sua história vivida identifica-se com seu próprio modo de ser no mundo.

Assim percebe-se como extrativista, e que por isso sabe que sua tarefa como educador consiste em desvelar o valor próprio de cada um, dos educadores, dos educandos e da comunidade, e desta forma o saber não é exclusivo, é interdisciplinarmente percebido. “A pesquisa interdisciplinar exige, portanto, a busca da marca pessoal de cada pesquisador” (FAZENDA 2001: p.116).

Um misto de alegria e medo toma conta do educador uma vez que entra em contato com a representação dos saberes vivenciados e a contradição das dificuldades que demonstra para vivenciar essa interdisciplinariedade entre todos os educadores. Entretanto, essa emergência de contradições, exige um trabalho criterioso. Esse exercício vivido em sua plenitude permite a revisão e a construção de novas teorias, novas pedagogias.

Pedagogia como cultura, e a cultura como pedagogia, é outro ponto destacado para explicar uma das conseqüências da virada culturalista na teorização curricular, na qual percebece uma redução das fronteiras entre conhecimento acadêmico/escolar e conhecimento cotidiano/cultura popular, tradicional. “É precisamente a força desse investimento das pedagogias culturais no afeto e na emoção que tornam seu ‘currículo’ tão fascinante à teoria crítica do currículo” (SILVA 1999 p. 140)

Para Apple(2005) os conflitos sobre o que ensinar, para além de questões educacionais seriam também uma abordagem que combine o aporte de estudos culturais que permitem a compreensão de resistências contra-hegemônicas como possibilidades. Uma idéia útil para essa abordagem é de que o ensino de valores culturais desencadeia uma reflexão

sobre a natureza, a floresta, os rios e toda a rica biodiversidade encontrada na Resex Mapuá, assim como os seus contrastes, como desequilíbrio ecológico, as queimadas frequentes nas roças, a falta de manejo em muitas áreas. Ademais, conforme os depoimentos anteriores, é preciso uma discussão ampla sobre Agroecologia, pois muitos educadores e educandos já são conscientes dessa inserção no currículo, mas a questão é problematizar essa ciência dentro do contexto específico. Isso é realidade, isso é currículo.

E o que os teóricos e as vivências dos educadores da escola Comunitária demonstram é que há grandes desafios quando se tem como missão um currículo que parte da integração entre Tempo Escola e o Tempo Comunidade, conforme a execução das diferentes Ferramentas Pedagógicas para que estes tempos educativos aconteçam. Sem esquecer também que existe uma Matriz curricular com conteúdos obrigatórios e diversificados, e que para atender a metodologias da Alternância estes também devem ser integrados no processo dinâmico: educação, cultura e natureza..

Quadrto 4- Matriz curricular do Curso Técnico Integrado em Florestas												
ENSINO MÉDIO – EJA INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – TÉCNICO EM FLORESTA AMPARO LEGAL : LDBEN 9.394/94 – FUNDAMENTADA NAS RESOLUÇÕES Nº 001/2009 E 001/2010 – CEE/PA RESOLUÇÃO 467 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012												
EIXO TEMÁTICO	ÁREA DE CONHECIMENTO		COMPONENTE CURRICULAR	1º ANO		2º ANO		3º ANO		TOTAL EM 03 ANOS		
				TE	TC	TE	TC	TE	TC			
Sistemas Agroecológicos Organização Social, Políticas Públicas e Cidadania no Campo. Sistemas Orgânicos de produção	BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS E CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua portuguesa	100	20	100	20	100	20	60		
			Artes	50	10	50	10	50	10	80		
			Espanhol	50	10	50	10	50	10	80		
			Educação Física	50	10	50	10	50	10	80		
		CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	História	70	20	70	20	70	20	70		
			Filosofia	50	10	50	10	50	10	80		
			Geografia	70	20	70	20	70	20	70		
			Sociologia	50	10	50	10	50	10	80		
		CIÊNCIAS DA NATUREZA. MATEMÁTICA E SUAS ECNOLOGIAS	Biologia	70	20	70	20	70	20	70		
			Química	70	20	70	20	70	20	70		
			Física	70	20	70	20	70	20	70		
			Matemática	100	20	100	20	100	20	60		
		SUB-TOTAL DA CARGA HORÁRIA DE CADA ANO				990		990		990		.970
		PARTE DIVERSIFICADA E PROFISSIONALIZANTE										
EIXO TEMÁTICO	ÁREA DO CONHECIMENTO		COMPONENTE CURRICULAR									
Sistemas Agroecológicos Organização Social,	LINGUAGENS II		Inglês	50	10	50	10	50	10	80		
			Informática básica	50	10	50	10	50	10	80		
	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS	Ecologia	50	10	50	10	50	10	80			
		Botânica	50	10	50	10	50	10	80			
		Gestão e Legislação Ambiental	50	10	50	10	50	10				

Políticas Públicas e Cidadania no Campo. - Sistemas Orgânicos de Produção. - Organização Social e Políticas Públicas no Campo. - Recursos Naturais e Sistemas de Produção. - Economia Solidária e Ferramentas de Gestão. - Recursos Hídricos, Florestas e Organização Social.									80
	Formação e Conservação de Solos	50	10	50	10	50	10		
	Bioclimatologia	---	---	50	10	50	10		80
	Fitossanidade	50	10	50	10	50	10		20
	Técnicas de Comunicação	50	10	50	10	50	10		80
	Silvicultura Geral	50	10	50	10	50	10		80
	Educação Ambiental	50	10	50	10	50	10		80
	Associativismo e Cooperativismo	50	10	50	10	50	10		80
	Fertilidade do Solo e Nutrição	50	10	50	10	50	10		80
	Noções de topografia	50	10	50	10	---	---		20
	Proteção Florestal	50	10	---	---	---	---		0
	Saúde e Segurança no Trabalho	50	10	---	---	---	---		0
	Irrigação e Drenagem	---	---	50	10	50	10		20
	Planejamento e Gest. de Recursos	---	---	50	10	50	10		20
	Implantação e Manejo Florestal	20	10	---	---	20	20		0
	Mecanização Agrícola e Florestal	20	10	---	---	20	10		0
	Propagação de Espécies Florestais	---	---	30	10	50	10		00
	Dendrometria e Inventário Florestal	50	10	---	---	50	10		20
	Sistemas Agrossilvipastoris	---	---	50	10	---	---		0
	Política e Legislação Florestal	---	---	50	10	50	10		20
	Colheita e Transporte Florestal	50	10	50	10	---	---		20
	Elaboração de Projetos	50	10	50	10	50	10		80
	Industrialização de Madeira	20	10	50	10	---	---		0
	Cultura de Espécies Exóticas	50	10	---	---	50	10		20
	Desenvolvimento Rural Sustentável	20	10	50	10	50	10		50
	Projeto Integrador - PPJ	---	---	50	10	50	10		20
	Estágio Supervisionado	-----		120		120			40
SUBTOTAL DA CARGA HORÁRIA DE CADA ANO		1.260		1.540		1.510			.310
TOTAL GERAL DO CURSO EM 03 ANOS		2.250		2.530		2.500			.280

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2014

Esse debate curricular pressupõe que a direção, coordenação e educadores repensem a escolha dos temas geradores. Para tanto, é necessário retomar as Pesquisas Participativas como elemento chave de investigação da realidade, para que dela emergjam os temas.

Em seguida estudar os conteúdos profissionalizantes do curso de Floresta e tentar dialogar estes elementos com os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento para enfim poder estruturar um plano de formação, efetivamente integrado.

Se os temas partirem da realidade ele constituirá Planos de Estudo das vivências e experiências.

A Casa Familiar Rural de Breves teve bastante avanços ao longo dos anos, entretanto, nesse último ano abriu mão de realizar a pesquisa participativa e das visitas aos educandos durante o Tempo Comunidade por motivos financeiros. As distâncias entre os educandos são enormes, o que gasta muito combustível e alimentação para percorre-las, além é obvio de ter que alugar um barco. Assim entre manter as alternâncias e visitar os educandos a decisão tem sido em realizar o Tempo Escola, haja visto que o único convênio que se tem é o Municipal.

É notório que o planejamento pedagógico na CFR tem sido um grande ganho, através deste instrumentos os educadores já conseguiram avançar no sentido de criar um tema e apartir dele pensar conteúdos, procedimentos didáticos, entretanto, o grande desafio é avançar na proposta no intuito de que esses temas sejam ainda mais próximos da realidade dos educandos..

Entretanto, por mais que a CFR avance em algumas questões curriculares quando ela parte de um tema a partir do eixo profissionalizante(como eles vem fazendo), ainda necessita aprofundar na realidade, na construção, porque o tema não foi gerado no contexto, na problematização. O ideal seria que houvesse pesquisa, visita nos lotes, entretanto, não se dispõe de recursos necessários a esse acesso.

Uma alternativa seria a leitura e releitura dos Planos de Estudo, e a efetivação da Colocação em Comum, que poderiam dar “pistas” de como (re)pensar os temas e consequentemente o processo formativo como um todo.

Esse processo exige que o educador apresente-se como mediador dos conhecimentos e das estratégias de aprendizagem frente aos educandos, sendo este o seu papel principal. Deverá socializar o conhecimento, de forma que desencadeie no educando o interesse pela pesquisa, indagação e análise dos aspectos e das situações problemas apresentadas, criando situações que articulem a teoria e a prática.

Esses fatores acontecem como podemos ver no seguinte relato:

Eu fiz muita aula prática, eu estava preparando uma aula de cubagem de madeira, tem o currículo de física que a gente tem que cumprir, mas a gente não pode deixar de cumprir o Plano de Estudo, para mim é um desafio eu tento pegar o assunto que vou trabalhar e tento adequar ao tema gerador, como por exemplo, calcular a altura da árvore com a altura da sombra(...) Os desafios são a falta de material como medidor de ângulos, também as vezes é difícil relacionar ao tema quando ele é histórico por exemplo (Rogério da Silva Melo- Professor de Física e Matemática)

Este professor analisou o tema gerador, pesquisou sobre ele e correlacionou o mesmo com sua disciplina. Anteriormente, compartilhou suas idéias, aspirações e limites com o professor de ciências agrárias e ambientais que elabora os ementários e faz a animação dos

Planos de Estudos junto aos educandos. A Interdisciplinariedade também é diálogo, e essa comunicação implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Deve ter diálogo que problematizado critica e criticando, insere o homem em sua realidade como sujeito da transformação (FREIRE, 1993: 33)

Essas boas estratégias não são unanimidade entre os educadores, como podemos observar na seguinte fala:

“ Todos nós estávamos acostumados a trabalhar por disciplina, não estávamos habituados com áreas de conhecimento, com Tempo Escola, Tempo Comunidade(...) eu percebo que uma das maiores dificuldades que os os professores tem é de interdisciplinar com o tema. Hoje o dialogo melhorou significativamente e é no planejamento que vão surgindo as dúvidas e as respostas(...) o segredo da interdisciplinariedade, está na leitura, na pesquisa(...) nem todos os professores lêem os Planos de Estudo- PE eu vejo a necessidade dos professores reconhecerem os PE's como uma ferramenta que norteia as nossas atividades”(Edimere Sá Cardoso- Coordenadora Pedagógica)

Como se vê os educadores têm a certeza de que a docência na Casa Familiar Rural não é só quadro-negro e giz e mesmo que eles já estejam embuidos do discurso das águas e das florestas, da valorização dos saberes, da inovação a partir da sabedoria popular, da diversidade, ainda é necessário que os planejamentos sejam efetivados em suas práticas pedagógicas.

A título de exemplo as Ferramentas Pedagógicas que estão em execução com mais ênfase são: Plano de Estudo- PE, Unidades de Estudo e Produção- UEP's. Sendo necessário revitalizar a Colocação em Comum- e a Pesquisa Participativa, esta última por sua vez foi realizada somente com as primeiras turmas. As principais dificuldades elencadas pelos educadores são: Conceituar a alternância pedagógica que é vivenciada na CFR Breves; realizar o processo interdisciplinar por todos e construir o material didático de orientação do Projeto Profissional do Jovem e da dinâmica da alternância como um todo, na perspectiva de projeto de intervenção social e que estimule a diversificação da produção.

É importante frisar ainda que estes professores conseguiram (re) inventar algumas ferramentas: Caderno de Acompanhamento das Atividades, Planejamento, Partilha dos Saberes(socialização do que foi feito ao longo do ano com os pais dos educandos) e Projeto Profissional do Jovem.

2.5- Relatos e vivências: Experiências de quem aprendendo também ensina

No que se refere aos educandos percebe-se a partir de questões descritas pelos mesmos(em entrevistas) que o ensino da CFR é diferenciado das demais escolas, segundo eles é onde os professores estão repassando o que eles sabem para que os alunos possam

entender melhor os assuntos dentro de casa, consideram ainda que a direção e a coordenação pedagógica na CFR é um referencial.

É importante frisar que a Casa Familiar Rural de Breves foi a primeira escola rural no município de Breves a ser reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação por meio da Resolução Nº 467 de 20 de Novembro de 2012 CEE- - (Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Florestas- Eixo tecnológico Recursos Naturais) . Esses é um ganho da gestão e da coordenação porque geralmente as escolas rurais se anexam as urbanas e estas últimas por sua vez emitem o certificado, e o diferente é o caso da CFR Breves.

Ainda retomando as considerações dos educandos vejamos:

Em relação a pedagogia da alternância é geralmente uma ideia boa pois estudamos uma semana na escola e fazemos pesquisas no tempo comunidade. As dificuldades encontradas é que não temos convênio com o Estado e por isso acontece de não termos aulas na escola por falta de alimentação e combustível, muitas vezes fico triste por não concluirmos mais uma alternância, sabendo que não prejudica só os alunos mas também os pais, eles fazem o impossível para chegamos aqui. (Aldalice Rodrigues- 2014)

Nesta fala a educanda demonstra interesse pela pesquisa de campo e pelas aulas durante o tempo escola, entretanto, observa que para que esse itinerário educativo aconteça é necessário que tenha uma infra-estrutura que nem sempre a escola por meio da Associação consegue realizar, sendo necessário em muitas vezes investimentos por parte dos pais. Esses entraves se dão pela falta de políticas públicas que garantam repasses financeiro estáveis, e não políticas de governo.

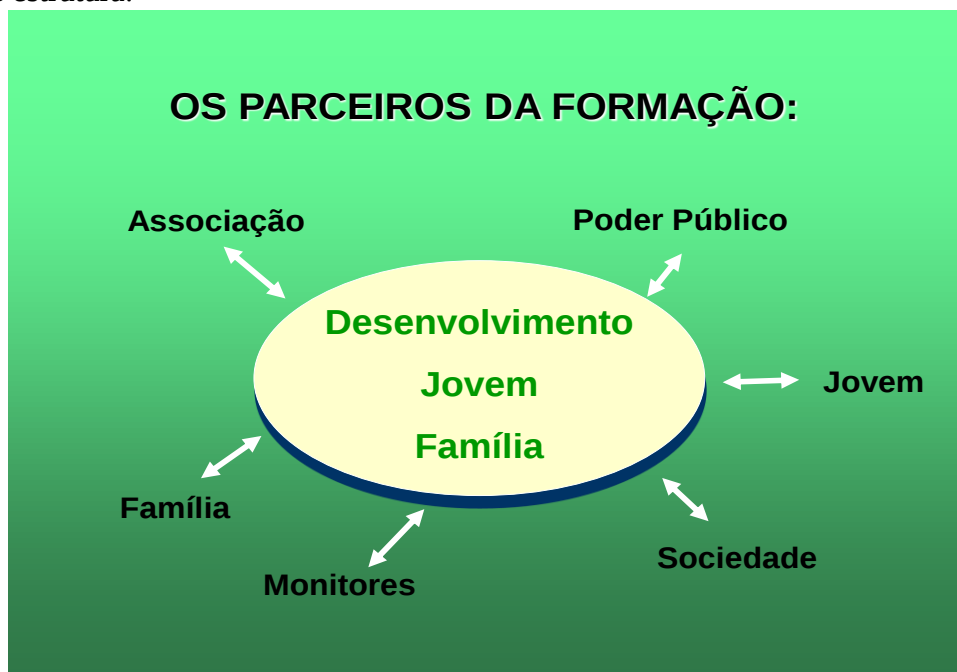
Até hoje os professores têm sido ótimos, apesar das dificuldades estão conseguindo desenvolver suas disciplinas. Sobre a coordenação, está tudo como um dia eu queria que fosse. Em relação ao diretor, não tenho nada contra, sempre está presente, falando sobre a administração (associação) para mim tem que melhorar muito, para que a coisa comece a acontecer, falta da presença dentro da escola em período de alternância, reunir com os sócios da casa. Eu acho que a pedagogia da alternância tem tudo a ver com a realidade de cada aluno que estuda no campo, obtendo conhecimentos científicos e levando para dentro de sua propriedade (comunidade). Uma das dificuldades é a falta de convênio com o Estado, prestação de conta da diretoria que saiu, entre outras encontradas no dia. (Naide de Silva Leão- 2014)

Aqui verifica-se que os educandos gostam da maneira pedagógica como se está conduzindo as atividades, entretanto, percebe as dificuldades financeiras porque passa a Casa Familiar Rural, inclusive dificuldades de prestação de conta, falta de políticas públicas e etc., que afetam diretamente o ensino-aprendizagem.

Atualmente a CFR de Breves passa por dificuldades devido falta de recursos advindos de convênios estaduais- com a SEDUC(Secretaria Estadual de Educação) e uma considerável redução de recursos necessários a manutenção das alternâncias oriundos da

Secretaria Municipal de Educação(SEMED). Essas dificuldades desestimulam porque algumas ferramentas pedagógicas deixam de ser realizadas ou são praticadas com menos frequência por falta de recursos, como as visitas aos lotes dos educandos, a revitalização do tanque de peixe e do viveiro de mudas, entre outras.

Para melhor entendimento organizacional da Casa Familiar Rural . Vejamos a seguinte estrutura:



Quadro 5 Os Parceiros da Formação: Fonte Gimonet(2001)

Esse é um quadro utilizado por todas as CFR quando se vai explicar os parceiros para o desenvolvimento do processo formativo.

Na especificidade da CFR não se usa o termo Monitores compreendendo que a palavra educador abrange mais o sujeito político que a escola necessita. Entretanto, no que se refere ao assunto em questão, o quadro nos ajuda a pensar sobre os eixos principais que são o desenvolvimento sustentável, o jovem educando e sua família.

Para que esses eixos se sustentem torna-se necessário que a Associação esteja fortalecida, a sociedade e a família mobilizada, os educadores e educandos estejam compreendendo a proposta e compartilhando com os demais sujeitos do ato formativo.

Somado a isto é necessário investimentos do poder público, para que esse processo formativo integrador aconteça, atualmente tem sido por meio de convênios, isto é quando eles se firmam, pois a escola é tratada como particular o que burocratiza o processo.

Vale destacar que não é só burocracia e ou falta de política pública que tem desestruturado algumas ações da CFR, algumas questões, como falta de prestação de conta do

Assim temos uma estrutura Jurídica: a Associação de famílias tem um CNPJ e consequentemente uma razão social, que é educativa não lucrativa. Para seu funcionamento em 2011 realizou convênios com a esfera estadual e municipal.

Com o Estado houve uma série de problemas ocasionados pela falta de prestação de conta do convênio que impediram novas deliberações. Com o município o convênio se renovou em 2014 e firmou parceria no que se refere a cedência dos profissionais da rede municipal de ensino e na manutenção: combustível e alimentação; entretanto, como não fica claro a quantidade dos produtos, pois são repassados de forma fracionada e não atende toda a demanda. A consequência imediata é que diversas vezes foram reduzidos os períodos de permanência dos educandos na escola e suspensas as visitas aos lotes familiares.

Outra situação é que entre os profissionais da educação nem todos são estáveis e mesmo os que são concursados não se tem uma política séria de permanência de profissionais qualificados no espaço da CFR o que pode comprometer o projeto fomentado ao longo dos anos, devido o processo formativo para se compreender a pedagogia da alternância ser um processo lento, de muitas formações e planejamentos contínuos.

Outra questão pertinente é que não há uma equipe de projetos na CFR que possa estar atenta a editais e nem que fortaleça vínculos com outras Organizações não-governamentais. Há uma relação com o CNS mas é muito mas a nível de AMOREMA do que de CFR.

Retomando a análise dos relatos, uma questão preocupante na fala do educando é quando o mesmo afirma que na escola se obtém o conhecimento científico para se levar para a comunidade, essa questão precisa ser melhor trabalhada com educadores e educandos, pois a metodologia é justamente ao contrário, aprender com os saberes populares para então fazer a reflexão científica.

Por falar em metodologia educativa e pedagogia da alternância, é importante considerar como os próprios educandos visualizam estas questões:

O ensino da CFR na minha opinião é uma boa forma para se conhecer, fazer amigos, viver em uma “família”, conhecer o meio ambiente, cuidar da natureza, pode zelar pela escola, viver e crescer no caminho certo. (Ronilson Ferreira- Ensino Médio- 2014)

O educando expressa que estudar na CFR pressupõe uma continuação do ambiente familiar, isto porque os educandos estudam em regime de internato, ou seja, no tempo escola os mesmos tem que morar na CFR, pois eles estudam no período diurno e noturno, desta forma, a escola teve que estabelecer acordos coletivos de convivência que acabaram fazendo parte do processo ensino-aprendizagem, a exemplo, tem a limpeza dos alojamentos, banheiros

e demais espaços, além de cada um ser responsável pelos recipientes por eles utilizados durante as refeições. No relato o cuidado com a escola comunitária e o ambiente natural se entrelaça, reafirmando a identidade de um escola da floresta.

O ensino da CFR durante o período de estudo foi bom pois aprendi coisas que nem sabia se existia como as aulas práticas, dentre outras coisas aprendi como conviver com pessoas diferentes, em um mesmo ambiente, como dividir o espaço com outras pessoas, aprendi a superar as críticas e delas fazer com que sirva de elogios. A pedagogia da alternância para mim é bom porque eu aprendo dentro da CFR e aprendo no tempo comunidade então para mim foi bom. A dificuldade que encontrei foi o transporte. (Dinalva Rodrigues Barbosa-2014)

Evidencia-se nas Unidades de Estudo e Produção o exercício das aulas práticas, estas atividades sofrem restrições, pois os convênios nunca contemplam insumos, equipamentos e ferramentas agroextrativistas e a escola tem que por vezes fazer campanhas para doação caso queira desenvolver as unidades. Entretanto, a CFR se diferencia das outras escolas rurais de Breves mesmo com restrições financeiras, devido experimentar o como fazer tanto no Tempo Escola, quanto no Tempo Comunidade. Assim o educando aprende práticas sustentáveis no Ecossistema e no Agroecossistema.

Passei muito tempo parado sem estudar devido não ter condições de ir para a cidade. E a CFR trouxe a oportunidade para que eu voltasse a estudar e eu estou muito feliz. A pedagogia da alternância é importante para nós porque temos uma semana na escola e uma semana em casa onde podemos estudar e trabalhar e transmitir algumas coisas do que nós aprendemos na escola para nossa comunidade. (Magno de Souza Batista- 2014)

O ensino médio para muitos jovens de localidades rurais é um sonho distante, essa política educacional quase não chega e quando chega é através do Sistema Modular de Ensino-SOME, que é uma estratégia da Secretaria Estadual de Educação através da coordenação das Unidades Regionais de Educação.

O SOME funciona em escolas Municipais e vai eliminando disciplinas a medida que as cargas horárias se completam, realizando assim uma rotatividade de professores. Esse ensino utiliza como metodologia e currículo o modelo da cidade. É por isso que a CFR é para os educandos uma oportunidade não só pelo acesso ao ensino médio, mas também porque a alternância pedagógica permite mesmo com as dificuldades metodológicas uma relação com a realidade social e ambiental.

O ensino da CFR é muito importante tanto para as famílias como para as comunidades da RESEX Mapuá, principalmente para quem já trabalha com movimento social em cooperação. A pedagogia da alternância é um desafio, pois é difícil absorver os conhecimentos científicos através do conhecimento empírico que obtemos através do plano de estudo, e nós temos também só uma semana na propriedade em que temos que pesquisar e trabalhar no mato para contribuir com nossa família e na manutenção da alternância,

pois não temos convênio com o estado. Temos também que arrumar recursos para chegar até a escola, pois a escola não tem transporte (João Vanzeler de Oliveira, 2014)

O educando evidencia em poucas palavras muitos problemas como falta de transporte, para efeito de esclarecimento quando tinha convênio com estado se previa aluguel de barco que serviria de apoio aos educandos. Ele cita também a participação da família, fundamental para o processo educacional.

No estatuto da Associação consta que todos os associados tem que contribuir anualmente com um pequeno valor e que também devem colaborar com alimentos da produção familiar, entretanto, isso raramente acontece. A contribuição das famílias tem sido em ajudar financeiramente com gasolina para que os educandos cheguem em rabetas até a escola.

Na fala também registra-se a dificuldade que o educando tem em realizar a pesquisa durante o Tempo Comunidade e que essa atividade escolar tem “competido” com o tempo destinado ao trabalho na roça, na mata e nos rios. É um erro metodológico que precisa ser corrigido, pois o Plano de Estudo tem que facilitar o desenvolvimento do trabalho como princípio educativo e não o contrário.

“Tenho dificuldade para realizar as pesquisas por causa do pouco tempo para pesquisamos com várias pessoas em comunidades diferentes. Para chegarmos na escola temos que passa por várias dificuldades por motivo de embarcação e quando chegamos a escola ficamos no escuro por falta de combustível.(Marinalva Nogueira da Costa- 2014)

Na fala de Marinalva ela retoma a questão da pesquisa constatando as dificuldades, para quem não conhece a realidade ribeirinha amazônica. As comunidades não são aglomerados em que as casas são próximas, como aquelas que ficam nas áreas rurais de estradas. As margens dos rios a casa é erguida e depois de percorrer distâncias de barco, casco ou rabeta chega-se até outra casa, para administrar o tempo muitos optam por rabeta que é um casco motorizado, entretanto, é necessário combustível para seu funcionamento que nem sempre se tem disponível.

Na minha opinião o ensino da CFR está sendo proveitoso para mim porque estou ganhando muitos conhecimentos importante apesar das dificuldades que passamos aqui com a falta de alimentação a falta de apoio dos órgãos competentes. A pedagogia da alternância está sendo importante para nós porque temos a oportunidade de aprender aqui e dividir a aprendizagem com a família e nossas comunidades. (Edson -2014)

O educando fala de outras questões já levantadas anteriormente por outros educandos e complementa afirmando que a alternância pedagógica permite que haja um diálogo de saberes com a família.

Em resumo segundo os relatos dos educandos há muitas vantagens na Alternância Pedagógica, a principal é a infinita aprendizagem adquirida, na relação entre tempo comunidade e no tempo escola, contudo, afirmam que tem pouco tempo para a pesquisa durante o tempo comunidade. Esse é um aspecto a ser considerado, afinal as casas ficam muito distantes uma das outras, exigindo um percurso de várias distâncias de rabetá. Ademais, há mais várzea do que terra firme e os educandos precisam realizar o trabalho para ajudar na manutenção das suas famílias.

Consideram ainda que a prática de campo desenvolvida nas UEPs- Unidades de Estudo e Produção, são fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem, assim os tratos culturais, o manejo das áreas e as atividades de limpeza que sempre acontecem por volta das 17 hs.

E sabem que uma grande problemática é a falta de recursos financeiros para manter toda a estrutura da escola. Isso compromete logística como, manutenção, trajeto dos educandos, material didático, formação dos educadores e conselheiros da associação entre outros.

Os educandos também retomam questões pertinentes ao currículo da CFR, discutem e vivenciam assuntos escolares na comunidade e vice-versa, aprendem que a limpeza do ambiente e da construção coletiva. Do mesmo modo praticam diferentes estratégias de cultivo, produção e manejo florestal madeireiro e não-madeireiro e ainda ajudam a refletir que o currículo desenvolvido a partir da metodologia da Alternância Pedagógica da escola comunitária Casa Familiar Rural está em construção.

Este deve refletir os anseios da família, o conhecimento do meio ambiente e o saber-fazer das populações tradicionais e o cuidado com a natureza.

3- EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA: IDENTIDADES MARAJOARAS ENTRE RIOS E FLORESTAS

3.1- Extrativismo, Agroextrativismo e Agroecología: Conceitos em Construção

Neste trabalho já consideramos vários aspectos de relevância histórica, cultural, educacional, econômica e ambiental, entretanto, antes que avancemos na construção de novos conceitos e reflexões é necessário refletir a cerca de algumas conceituações.

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais como o STTR denominam-se ou Populações Tradicionais, este último consolidando ainda mais a identidade Extrativista, reafirmando depois das lutas no Acre, com a Criação do CNS e das Reserva Extrativista no Mapuá, essas são algumas das denominações encontradas para homens e mulheres que vivem e

trabalham na Reserva Extrativista do Mapuá. Entretanto, esse extrativista é agricultor que faz a sua farinha de maneira tradicional queimando a roça, ou seja, utiliza práticas insustentáveis. Este também cria animais de pequeno porte e planta as suas frutíferas nos quintais agroflorestais. Assim a ecologia permeia a floresta e seus sujeitos extrativistas que também são agricultores.

Agroextrativistas que realizam práticas tradicionais com algumas poucas ações em manejo florestal e concomitante a esse processo realizam uma agricultura convencional, com algumas práticas agrícolas sustentáveis, entretanto, essa equação de sustentabilidade não fecha quando os sistemas referem-se aos sociais, econômicos, culturais e políticos.

Neste pressuposto escolhemos elencar alguns termos que mais se assemelham a eles na tentativa de explicar o que são e como a agroecologia está intrinsecamente relacionada aos mesmos.

O termo extrativista, em geral é utilizado para designar os moradores que têm sua atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...). É a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria. Praticada mundialmente através dos tempos por todas as sociedades.

Há vários exemplos de extrativismo vegetal, na Resex Mapuá podemos identificar o seguinte: castanha, açaí, palmito, pupunha, madeira, entre outros.

A atividade extrativista está inserida num contexto histórico onde a retirada dos produtos está associada a fatores culturais/tradicionais locais, no entanto, quando as populações tradicionais demonstram interesse em comercializar seus produtos, ocorre uma demanda de mercado, sem necessariamente respeitar uma lógica tradicional (GOMES *et al.*, 2010).

O primeiro passo da economia extrativa é a transformação de um recurso natural em um produto útil ao homem e de interesse econômico. Neste sentido, os mercados constituem a razão da existência ou desaparecimento das economias extrativas (HOMMA, 2005). Na economia agrícola, em sua maioria, cada produtor possui sua parcela de terra e planeja suas atividades de acordo com a mão de obra disponível (seja ela familiar ou contratada), podendo ele “optar” em elevar a produção, manter constante ou até mesmo não produzir, pois os lucros ou prejuízos irão afetar apenas o proprietário da terra. Na economia extrativa há um diferencial considerável, pois a área de produção (extração) geralmente é coletiva, não pertencendo a um só proprietário.

Dito de outra forma, as áreas coletivas formam um sistema onde os bens são comuns, assim como a tomada de decisão sobre qualquer atividade na área. Os bens comuns formam, portanto, um processo de interação entre indivíduos ou grupos para o uso desses bens. O conjunto de regras para utilização dos recursos é garantido através da “lei do respeito”, sem necessariamente passar por um acordo negociado. No entanto, tal gestão pode também evoluir para um processo de organização social, inserindo associações e/ou cooperativas com procedimentos organizacionais de assembleias, como exemplo temos a Reserva Extrativista do Mapuá, que possui um conselho deliberativo e consultivo constituído em uma Associação de moradores. (SCHMITZ *et al.*, 2009).

Os Agroextrativistas por sua vez, são sujeitos que têm uma atividade econômica que surgiu como complemento ao extrativismo. O agroextrativismo refere-se, portanto, a um estreito relacionamento que as famílias têm em promover as extrações da floresta e demais recursos naturais e a agricultura. Assim, por definição, o agroextrativista é o sujeito que une a atividade agrícola sustentável, de baixo impacto e alto valor social, com a extração de produtos florestais nativos.

Herrera(2003) ao estudar a Dinâmica e Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Vila Amélia, uma das Comunidades da atual Reserva Extrativista do Mapuá, aponta o seguinte:

Uma situação percebida é o fato de o extrativismo florestal ser complementado por atividades desenvolvidas nos subsistemas de criação e de cultivo, já que as condições de exploração e comercialização dos produtos naturais não garantem uma reprodutibilidade familiar viável, devido à quase inexistência de manejo e de uma divisão coerente do trabalho que viabilize a coexistência dessas formas de exploração no meio rural.(2003, p. 75)

É importante destacar que a coexistência dessas atividades decorre do tradicionalismo vigente na comunidade, já que as famílias, em sua maioria, ou são descendentes de povos nativos e/ou oriundos de uma corrente migratória vinda da Região Nordeste do país.

Ao se tratar da exploração dos recursos naturais, feita pelas famílias da comunidade, percebe-se a presença de dois tipos de extrativismo, o de coleta e o de aniquilação. Segundo o extrativismo de coleta se define por ser fundamentado na coleta de produtos extrativos produzidos por determinadas plantas ou animais, enquanto que o de aniquilamento ocorre quando há obtenção do recurso econômico e implica a extinção dessa fonte, ou quando a velocidade de regeneração for inferior à velocidade de exploração extrativa. (HERRERA,2003: 75)

A partir dessa compreensão agroextrativista de ser e viver das comunidades da RESEX Mapuá gostaríamos de estabelecer relações com a Agroecologia no que se refere ao manejo ecológico dos recursos naturais e dos sistemas agrários.

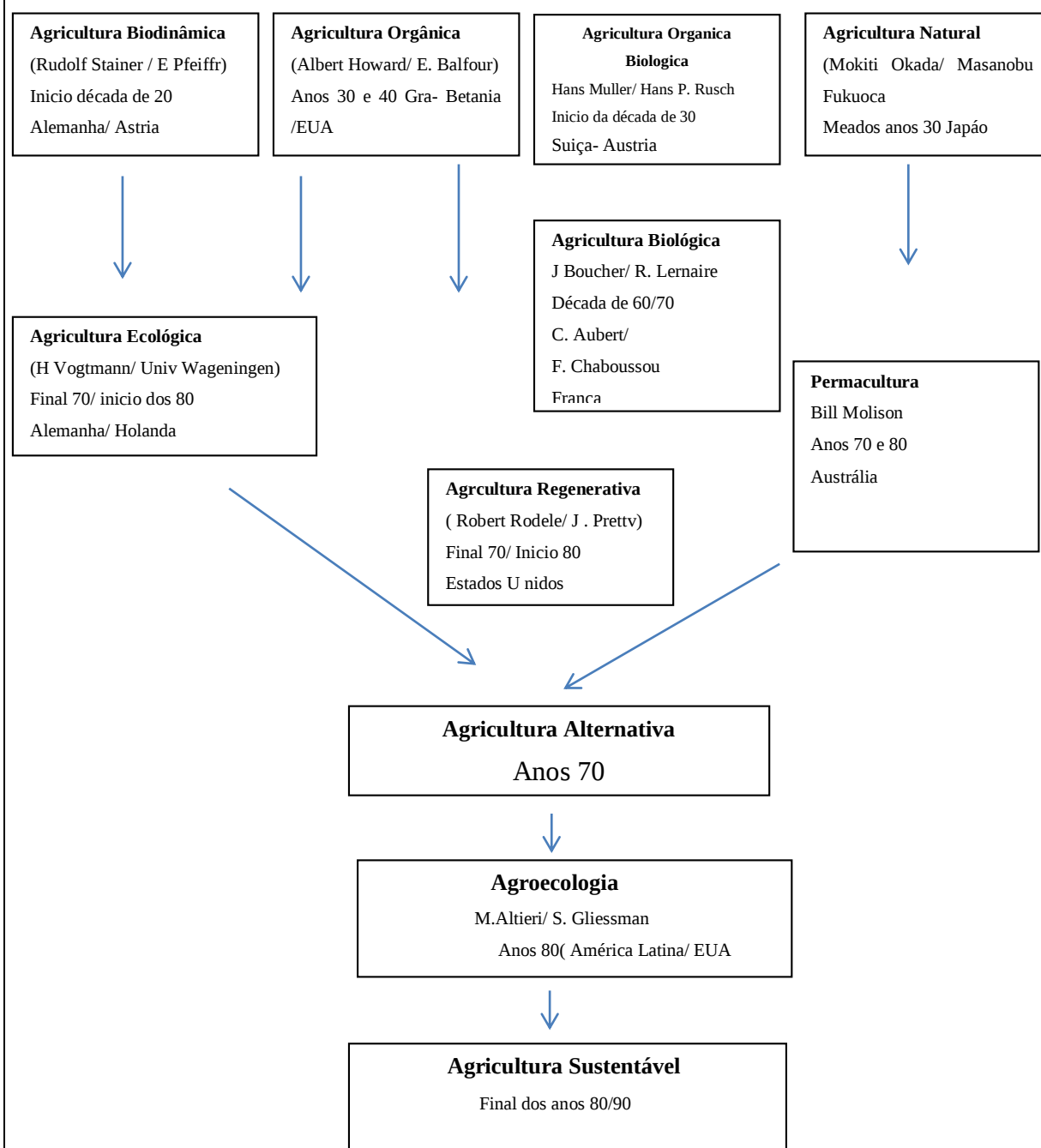
A relação entre ecologia e agricultura no intuito de promover a sustentabilidade é mais evidente, quanto ao uso que o sujeito faz das florestas e das águas ainda é pouco discutido entre os teóricos.

A história explica este fator, pois evidencia que as duas ciências dos quais a agroecologia deriva é a ecologia e a agronomia. Estas por sua vez tiveram um relacionamento não muito amistoso durante o século XX.

A ecologia preocupou-se principalmente do estudo dos sistemas, enquanto a agronomia tratou da aplicação dos métodos de investigação científica à prática da agricultura, A fronteira entre a ciência pura por um lado, e a ciência aplicada e o esforço humano por outro, manteve as duas disciplinas relativamente separadas, com a agricultura cedida ao domínio da agronomia. Com poucas exceções importantes, apenas recentemente foi devotada mais atenção a análise ecológica da agricultura.(GLIESSMAN 2009: p 57)

Assim a agroecologia surgiu como uma alternativa para enfrentar os problemas gerados pelo modelo de agricultura convencional industrial estabelecido com a revolução verde, especialmente os monocultivos agrícolas, responsáveis pela diminuição da biodiversidade dos sistemas naturais. De modo mais simples, a definição inicial da agroecologia foi a aplicação dos princípios ecológicos para o desenvolvimentos da agricultura.

Anterior a esse debate vejamos como foi o percurso até chegar a Agroecologia:

QUADRO 7: Principais Correntes Ligadas ao Pensamento Orgânico e seus Precursores

Fonte: www.fca.unesp.br/Home/Extensao/Agroecologia- Acesso: 28-01-2015

Como se vê a agroecologia tem uma vertente agrônoma que engloba técnicas ecológicas de cultivo. Hoje a agroecologia tem se firmado como o estudo dos agroecossistemas de um lado, e por outro é um agente de sistemas sociais e ecológicos complexos a fim de levar a agricultura para uma base sustentável (GLIESSMAN, 2009 p. 58)

No âmbito das populações tradicionais do Marajó mais especificamente da RESEX Mapuá e, conseqüentemente, da Casa Familiar Rural de Breves há alguns desafios que estão postos nas dimensões da agroecologia:

Pensar a Agroecologia na Resex Mapuá pressupõe pensar no sujeito extrativista e agricultor familiar, que convive com essas duas atividades. E que a agricultura praticada na comunidade se dá de forma rudimentar, ou seja, tem seus tratos a partir da broca, derruba, queima, coivara e por fim o plantio, sendo esse feito com mudas e/ ou sementes colhidas da safra anterior.

Outra situação percebida na agricultura das comunidades é o fato de ela ocorrer de forma itinerante, ou seja, a cada ano agrícola o plantio é feito em áreas diferentes, seja em parcelas de capoeiras ou, como ocorre com mais frequência, em parcelas resultantes da derrubada da floresta primária. Os produtos mais comuns encontrados nos roçados são: milho, mandioca e macaxeira, além de banana e hortaliças, tendo ainda pequenas porções de culturas perenes. Com relação ao subsistema de criação, as famílias estão condicionadas ao criatório de pequenos animais em sistema extensivo, não possuindo áreas de pastagens.

Além de existirem a derrubada da madeira em algumas áreas de forma desordenada, essa pratica é o principal trabalho de muitas famílias. Por se tratar de uma área de reserva existem regras que precisam cumprir, mas nem sempre é o que acontece. A extração da madeira ainda é a principal fonte de renda de muitas famílias e poucas áreas realizam manejo. É importante salientar que o açaí nativo também é uma atividade florestal gerando trabalho e renda para as populações tradicionais e que a extração do fruto compete com a do palmito.

Em contraposição já existem técnicas como a Roça sem queima que os educandos da CFR já estão experienciando nas Unidades de Estudo e Produção além dos Sistemas Agroflorestais- SAFS que já são realidade em alguns lotes familiares e nas UEPs.

O Manejo do açaí de forma tradicional também é realidade em algumas famílias. Vejamos:

Para manejar o açaí é necessário tirar as árvores altas e deixar as baixas, e conforme realiza a limpeza das árvores o açaí pode dar na safra e na entressafra(...) Para a produção ficar melhor ainda nesse período plantamos árvores de mututi e outras árvores que também dão flor, porque isso chama a atenção da abelha, pois quando o cacho do açaí abre que sai aquela fofia a abelha chega lá e faz a multiplicação dos cachos se não tiver abelha nunca pode fazer cacho graúdo. (Galo. Entrevista/ Mar de 2014)

Conforme as populações tradicionais a polinização de abelhas ajuda na produção de Açaí. De maneira expressiva consegue-se aumentar a produção em até 40% a mais de produtividade, além dos frutos serem maiores e mais saboroso.

O debate do manejo do açaí está paulatinamente ampliando para o tema Manejo Florestal. O mesmo já é ponto de pauta nas assembleias da AMOREMA e nas reuniões e encontros, como por exemplo, o Seminário sobre o Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Marajó promovido em Breves no dias 05 e 06 de Novembro de 2014, organizados pelo ICMBIO, IFT, IEB, IFPA e EMATER.

Entre os principais pontos que foram debatidos durante o encontro, destaca-se a necessidade de sensibilizar o processo de licenciamento do MFC (Manejo Florestal Comunitário) em UCs (Unidades de Conservação) de uso sustentável do Marajó e envolver os moradores das Reservas Extrativistas no Marajó.

Depois dessas diferentes realidades que coexistem na Resex Mapuá podemos pensar estratégias de um agroextrativismo com enfoque agroecológico em que se coadunam atividades agrícolas e extrativas sustentáveis. Com destaque para o potencial madeireiro, açaí e produtos não-madeireiros como sementes, resinas e oleoginosos como o pracaxi, a andiroba, a ucuúba entre outros.

Um outro desafio é a construção social da agroecologia (GUZMÁN, 2002, p 26) que só é possível a partir de um conjunto de esquemas de desenvolvimento que partem da necessidade e/ ou do interesse de trabalhar com as comunidades locais na identificação, no desenho, na implementação e na avaliação dos métodos de desenvolvimento endógenos mas adequados para a resolução de seus problemas.

A agroecologia tem uma natureza social, uma vez que se apoia nas ações coletivas de determinados setores da sociedade vinculados ao manejo dos recursos naturais, assim deve incorporar o manejo dos recursos naturais aos elementos sociopolíticos. Para isso precisa realizar uma ruptura epistemológica que liberte o agroextrativista, do saber ilusório que encobre a realidade. (GUZMÁN, 2002)

Para tanto se faz necessário uma articulação que permitam gerar redes entre a AMOREMA, a CFR e os moradores; que haja observações e registros das experiências sustentáveis, como estilos de manejo realizadas e a partir dessa observação antropológica realizar diagnósticos participativos numa perspectiva dialética da realidade.

Muitos desses preceitos já fazem parte da dinâmica da Alternância Pedagógica, com a pesquisa ação-reflexão-ação, sendo necessário constantemente reavaliar as estratégias e reeiventa-las quando for o caso, pois a relação homem-natureza-cultura e educação é um processo dinâmico, onde realidade e processo formativo se entrelaça.

3.2- Princípios agroecológicos na Alternância Pedagógica

A agroecologia na educação formal começou a ser inserida a partir dos anos de 1980 através de questionamentos de educadores e educandos, sujeitos esses que não concordavam com uma agricultura baseada na adoção de técnicas e modos de produção que destruíam o meio ambiente. De acordo com Aguiar(2010), esse processo vem sendo realizado pelas universidades, grupos de agricultura alternativa e movimentos sociais que conduzem iniciativas procurando manter a discussão sobre agroecologia dentro das instituições. As principais formas de institucionalização tem se dado pela oferta de uma ou outra disciplina oferecida aos cursos ligados às Ciências Agrárias ou ainda no formato dos cursos de agroecologia do nível médio integrado ao técnico, superior e de pós-graduação.

A Casa Familiar Rural de Breves optou por oferecer um Curso Técnico Integrado ao Médio em Floresta, entendendo que o uso consciente dos recursos florestas está dentro dos debates da Reserva Ambiental do Mapuá e considerando que abordar essa perspectiva não necessariamente depende da criação de um curso de Agroecologia, reiteram ainda que os princípios agroecológicos podem ser implementados no curso de Florestais assim como em outro curso que obedeça as necessidades do local, a partir de uma mudança metodológica e interdisciplinar.

Segundo Caporal et al (2005) esse enfoque interdisciplinar agroecológico é sua essência por natureza, corresponde com conceitos da Ecologia, Agronomia, Sociologia, Antropologia, entre outras. Se trata de uma orientação cujas demandas e oportunidades vão além da produção agrícola e dos aspectos naturais incluem questões econômicas, sociais e ecológicas, éticos, culturais e políticos.

Nessa perspectiva, Gusmán (2006) relaciona as diferentes dimensões da Agroecologia: **a técnica e ecológica**, onde os agroecossistemas são unidades de análise privilegiadas; **a cultural**- numa visão histórica das relações entre natureza e sociedade e valorização do conhecimento local; **a sociopolítica**- em que se incentiva o fortalecimento dos grupos locais e sua inserção na proposição de políticas de estado.

No intuito de especificar essa reflexão no âmbito da Resex Mapuá, podemos verificar o seguinte cenário:

DIMENSÃO ECOLÓGICA	CENÁRIO ATUAL	ALTERNATIVA
VEGETAÇÃO	A vegetação predominante é a Floresta tropical típica de várzea e alagadiço	-Utilizar os recursos vegetais de modo sustentável, preservando as espécies, principalmente aquelas que vem sendo mais exploradas, como o açaí e madeira; -Preservar as funções e a diversidade da floresta(animais, água, plantas medicinais e frutíferas) e regular o clima.; -Garantir uma fonte contínua de renda para a comunidade; -Aumentar o valor dos produtos florestais; -Promover o uso de todos os recursos da floresta(madeira, animais, plantas medicinais, frutíferas, oleoginosas, sementes e resinas)
ÁGUA	-Grande potencial hídrico (rio Mapuá e igarapés), porém pouco adequado para consumo humano, devido à alta concentração natural de matéria orgânica originária principalmente das folhas e raízes das árvores.	-Construção de poços artesianos; -Realizar zoneamento ecológico que permita proteção das nascentes. ;
SOLO	-Ausência de estudos a respeito da qualidade do solo.	-Realizar estudos de identificação de solo para facilitar seu uso.
DIMENSÃO SOCIO-POLÍTICA	CENÁRIO ATUAL	ALTERNATIVA
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	-Baixa participação social, com predomínio de relações de parentesco; -Motivação para o associativismo e para cultos, festejos; -Ausência nas dinâmicas participativas promovidas pelo ICMBIO devido ao isolamento e dificuldade de transporte; -Ações clientelistas de grupos políticos desarticulam a participação social efetiva	-Estimular a participação em processos coletivos de ações e decisões que reorientem as preocupações para com o planejamento do desenvolvimento local.
ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Reserva Extrativista criada com o objetivo de proteger e garantir o meio ambiente e a utilização dos recursos naturais tradicionalmente utilizadas pelas populações agroextrativistas.	-Garantia de permanência das comunidades na região; -Assegurar a preservação dos recursos naturais existentes; -Consolidação do Agroextrativismo e práticas associativistas; -Estimular a formulação de cooperativas de produção; -Agregação de valor dos produtos da pesca.
ACESSO/ TRANSPORTE	- O acesso às comunidades se dá,	- Valorização e melhoria do

	predominantemente, pelos rios em pequenos cascos a remo. Alguns moradores possuem barcos motorizados; - Existem já barcos que fazem rota comercial	transporte fluvial; - Adaptação dos barcos às exigências ambientais e do mercado do ecoturismo
EDUCAÇÃO	Houve algumas construções de escolas de ensino fundamental do Município; Uma turma do ensino Médio em regime modular no Lago do jacaré; E a CFR com Ensino Fundamental e Médio.	-Melhoria nos índices de escolaridade da população local; -Acesso da população ao ensino fundamental e médio; -Política Educacional voltada para a Educação Ambiental;
SAÚDE	-Presença de agentes de saúde ligados ao Programa saúde da Família; -Ausência de Unidade de Atendimento no local para casos de urgência e emergência; -Dificuldade de acesso aos serviços de saúde de alta e média complexidade; -Insuficiência de informação relacionando Saúde e Meio Ambiente para os moradores das comunidades; -Uso de “plantas medicinais” por parte da população local;	-Melhoria na oferta de serviços de atenção básica de saúde; -Identificação por parte da população da relação existente entre condições ambientais e a saúde; - Empoderamento sócio-educativo dos associados da CFR

DIMENSÃO CULTURAL	CENÁRIO ATUAL	ALTERNATIVA
Natureza e cultura	- O tempo da natureza e as relações de trabalho; -Artesanato em trançado de tala e palha, confeccionados com a tala de jupati e o cipó titica e guarumã, assim como os brinquedos produzidos com miriti; Produção de artefatos de borracha; -Produção de cosméticos de oleoginosos. -	Estímulo à produção artesanal ; Articular com centros comerciais; - Fortalecer a relação tradicional das pessoas com a floresta(reituais, lendas, danças, folclore, agroextrativismo; - Valorizar o conhecimento local

Quadro 8: Dimensões da Agroecologia: Inspirado na construção coletiva do diagnóstico Sócio- Ambiental(ICMBIO, 2008)

No que se refere a relação direta da agroecologia com o saber local e a construção do enfoque agroecológico nos processos formativos Sousa(2011) afirma que:

El enfoque agroecológico viene desarrollándose como una posibilidad concreta en la búsqueda de la sustentabilidad. Sin embargo, es preciso superar el *localismo* de las experiencias de base ecológicas y el *academicismo* en los procesos de formación e investigación en Agroecología. El problema central del *localismo* puede estar relacionado a la propia estrategia teórica y metodológica de la Agroecología(...) El desafío central en la construcción de la sustentabilidad es pensar como hacer la ampliación de las experiencias agroecológicas exitosas para diferentes escalas (regionales, nacionales, globales) sin perder

la posibilidad de participación y protagonismo de los sujetos directo del desarrollo (...) hay una emergencia de Cursos en los últimos años asumiendo el enfoque agroecológico como énfasis en su construcción. En este sentido, es importante percibir la Agroecología basada en un conjunto de conocimientos y técnicas que se desarrollan a partir de los campesinos y sus procesos de experimentación. Por esta razón, la Agroecología enfatiza la capacidad de las comunidades locales para experimentar, evaluar y ampliar su cantidad de innovación mediante la investigación de campesino a campesino....(p. 39)

Nessa perspectiva os educandos da CFR Breves, dialogam em seu processo formativo com princípios da agroecologia através das atividades práticas na Unidades de Estudo e Produção, nas pesquisas durante o Tempo Comunidade, e na reflexão empírico-científico em sala de aula e nos lotes familiares.

Os seis eixos são: a pesquisa-participativa; o plano de estudo; a identificação geográfica dos lotes; a caracterização das cadeias produtivas; as unidades de estudo e produção na Casa Familiar Rural; o aprendizado individual e coletivo dos diferentes saberes.

Para exemplificar as Unidades de Estudo e Produção- UEPs temos as imagens do parque dendrológico(em que se estuda o ecossistema existente), viveiro de mudas e mandala (sistema circular em que se consorcia frutíferas com atividades, como por exemplo tanque de peixe). E em seguida temos figuras de dois alunos em seus lotes familiares:



Figura 8: Parque dendrológico- estudo da área



Figura 9: Viveiro de Mudas



Figura 10: Iniciando a Mandala



Figura 11: No lote familiar do educando Luis



Figura 12-No lote familiar do educando Benedito

Paulo

Todo esse processo é construído e reconstruído tanto porque os educandos estão numa instituição escolar, quanto porque cada educando pode exercitar o que aprendeu nos seus lotes familiares, dentro de suas comunidades. Nesse contexto, se considera necessário reaprender a usar processos simples e naturais para garantir a produção e também para consumir alimentos saudáveis. Vejamos as aproximações entre pedagogia da alternância e agroecologia referendadas por Pinto et al (2012):

Entendendo a agroecologia como filosofia é uma ciência oriunda de um sistema social que se questiona sobre as degradações ambientais devido a massiva intervenção do homem sobre a natureza. A formação por alternância destaca-se como sendo um modelo curricular e de educação integral para socialização, problematização e transformação da realidade, não se limitando somente as atividades de profissionalização para ensinar indivíduos a plantarem orgânicos. Nesses cursos os fundamentos e a metodologia de cada experiência dos atores políticos vão dando sentido a instrumentalização didática pelas contextualizações locais/regionais, desses sujeitos que cotidianamente travam a luta social pela terra(p. 4)

Acreditamos que a pedagogia da alternância e agroecologia aproximam-se da realidade no cotidiano marajoara das águas e das florestas e da cultura popular atrelada ao saber científico em bases ecológicas e isso só tem a contribuir com a emancipação dos sujeitos.

A Casa Familiar Rural tem por missão atuar na formação de profissionais que podem interferir nas cadeias produtivas de forma positiva. Os educadores são desafiados a propor ações pedagógicas que visem a formação de profissionais comprometidos com as questões ambientais. A interdisciplinariedade é o que media esse conhecimento agroecológico:

“ (...) a interdisciplinariedade é vista como forma de organizar o conhecimento visando a reintegração de dimensões isoladas uma das outras pelo tratamento disciplinar, para uma visão mais ampla da realidade...”(FRANCISCHETTI, 2005, p.15)

Nessa perspectiva leva-se em consideração aspectos que vão além da disciplinarização. Ou seja, o que se considera não é só os conhecimentos científicos, mas também os saberes tradicionais. Por isso que a metodologia da Alternância Pedagógica, apoiada nos princípios agroecológicos, oportuniza ao educando a compreensão das mudanças ocorridas nos níveis pessoal, social, político, econômico e ambiental.

Assim é inerente nas discussões do processo educativo no Tempo Escola e no Tempo Comunidade questões como a valorização dos saberes; a diversidade cultural, diálogo de saberes, empoderamento, agricultura ecológica e economia solidária, biodiversidade, territorialidade, cuidado com a vida, segurança e soberania alimentar; forte formação em processos de produção de base ecológica; inovação e criatividade metodológica, entre outras.

O grande desafio da educação é contemplar dentro de seus currículos a valorização das experiências dos trabalhadores rurais, em contraposição ao que ocorre com a proposta tradicional, conceitos de memória cultural e saberes locais são fundamentais na formação em Agroecologia, assim como a pesquisa como princípio educativo.

Estos conceptos de *memoria cultural* y *saberes locales* son claves en el entendimiento del rol del campesinato en la formación en Agroecología, pues es a partir del reconocimiento de esta memoria y los saberes locales, en una perspectiva multidisciplinaria y no solamente productiva que podremos comprender la realidad de un determinado territorio o un paisaje local, sin la cual no conseguiremos hacer la delimitación de los potenciales y problemas....(SOUSA, 2011, p. 41)

No contexto das populações tradicionais e consequentemente da RESEX Mapuá pré-existente na Casa Familiar Rural de Breves, a indagação é sempre que realidade é essa que aparece nas investigações dos educandos e que vão “tecendo” o processo formativo, que

conceitos agroecológicos podem surgir a partir dos fazeres e saberes das populações tradicionais. Como falar das viagens, das rotas, dos furos e igarapés, detentores de saberes locais que são mediados com os conhecimentos científicos. Seus tempos que são muito próprios, tolerados e negados entre florestas e rios, entre o regime das águas, espaços florestais e sócio-culturais, por vezes desiguais. Outro desafio são os traços identitários, saberes e tradições, herdeiros de populações indígenas, africanas, mestiças (PACHECO, 2009).

3.3- Agroecologia, alternância e a produção de novidades das populações tradicionais marajoaras

Os agricultores familiares produzem pequenas e grandes mudanças no processo de produção, combinando elementos naturais, culturais, econômicos e institucionais.

(...) A produção de novidades é, na agricultura, um processo altamente localizado, dependente do tempo, dos ecossistemas locais e dos repertórios culturais, no qual a organização do trabalho está envolvida. (SCHNEIDER e GAZOLLA: 2011, p. 193)

Assim, uma novidade interessante que surge em um determinado lugar, em uma especificidade, não surgirá em outro, pois emerge de um tipo específico de conhecimento, que é local. A novidade emerge e funciona como um novo insight de uma prática. De certa forma é a fronteira entre o conhecido e o desconhecido. A maioria das novidades se caracteriza como um novo jeito de fazer algo, um novo modo de ampliar o potencial. Essa novidade surge na ação de agência dos atores. As novidades podem emergir no campo das idéias, práticas ou artefatos ou mesmo na combinação de recursos e processos tecnológicos. Podem ser um processo de produção, uma rede, uma integração entre duas ou mais atividades que funcionem melhor.

A alternância pedagógica reconhece que a produção de novidades está ligada ao conhecimento contextual, quanto maior o conhecimento ocorrerá uma tendência a ampliação da produção de novidades. A noção de conhecimento contextual é entendida como a produção social dos atores de um processo histórico de acumulação de capacidades tecnológicas e habilidades.

Nesse sentido a novidade é necessariamente contextualizada, internalizada e territorializada, sendo dirigida pelos atores locais. Essa novidade é localizada, gerada na relação da Sociedade com Natureza em dado ecossistema, ela depende de seu substrato, o ecossistema local, e também do repertório cultural do grupo social, gerando assim um viés de endogeneidade. Nesse conceito a novidade torna-se central na busca de sustentabilidade, no

sentido de um novo acerto entre as capacidades ambientais e o repertório cultural do grupo social.

Essa realidade pode ser encontrada na Reserva Extrativista do Mapuá com as ruas de rios e igarapés, a maré alta e baixa, os sons e silêncios da natureza, as formas específicas de manejo de açai, cosméticos de origem natural produzidas pelas pessoas das próprias localidades. Do látex das seringueiras são feitas quadros e centros de mesas com imagens de animais da região, folhas, paisagens e ainda os tradicionais barcos de miriti e de cachos de najazeiros.



Figura 13 : Artesanatos produzidos pelos alunos da CFR



Figura 14: Barcos feitos de cachos de najazeiros com mastros de miriti produzidos pelos alunos



Figura 15: Centros de mesa em forma de folha(látex) produzidos pelas mulheres da comunidade Santa Rita, entre as quais a CFR tem duas alunas

Essa criatividade se contrói no saber-fazer, e dialogam com a tradição e a

contemporaneidade a medida que é passado de pai para filho e também busca colocar suas inovações no mercado. Analisa ainda o fazer produtivo e criativo em relação aos tempos de viver marajoara, estabelecem encontros familiares e (re) afirmam identidades(JARDIM, 2013)

Somos 15 mulheres da floresta que utilizamos os recursos naturais nos nossos produtos, assim agregamos valor aos produtos quando produzimos artesanalmente os produtos, que tem componentes como a andiroba e citronela aqui da floresta e serve não só como repelente, mas para inchasos, contursões. Ainda é pouco o que produzimos mais já geramos renda dessa atividade(Márcia líder do grupo e aluna do ensino médio, 2014)

É obvio que estas inovações ainda são produzidos e expostos em pouca quantidade e com baixa frequência, isto porque as tradicionais atividades agrícolas ainda são a base de produção, de comercialização e consumo. Mas com o advento da Casa Familiar Rural, dos cursos de formação da UFRA(Universidade Federal Rural da Amazônia), e outras instituições estimularam esses saberes, essas tecnologias tão inovadoras que advem dos saberes tradicional. É bom que se diga que nenhuma instituição levou nada para as populações tradicionais, o que ocorre sempre é uma troca, em comunhão, devido eles serem observadores do tempo, das margens, participantes dos movimentos das águas, na enchente e na vazante, do tempo de cada animal, de cada árvore que planta ou que é nativa. Enfim da vida que corre seja com gente, com animais ou com o verde nos quintais e nas florestas

Nem tudo é perfeito, harmônico, pois existem desigualdade, luta pra se sustentar nos períodos de entressafra, sobretudo quando a natureza não favorecesse deslocamento para se obter o alimento. No entanto, nesses momentos também ocorre criatividade, inovação.

Folhas, frutos, amêndoas, sementes e raízes da floresta reconecta as populações tradicionais a natureza. Suas cores, sabores e aromas evocam a exuberância da floresta, religam às tradições orais e narram a vida das populações que souberam preservar esse bem.

O manejo florestal de uso múltiplo é uma opção equilibrada da exploração dos recursos florestais. Para tanto é necessário conhecer o papel dos saberes tradicionais para a preservação e uso consciente da floresta. A natureza também tem uma dinâmica própria o que influencia os traços da cultura e infatizam a proteção do mundo natural

3.4 - Alternância pedagógica e a dependência dela ao tempo da natureza

No dia-a-dia das florestas e rios a qual integra a Reserva Extrativista do Mapuá, regida pela temporalidade das águas, o modo de ver e de viver das populações tradicionais, possui suas singularidades que precisa ser considerada. Um dialogo entre história oral,

peculiaridades de vida, filhos de mestiçagens afroindígenas, que detem saberes locais que se entrelaçam com a cultura, com a natureza. Aqui o movimento das máres imperam e podem decretar tempos de ficar e viajar, trabalhar, plantar e colher, viver e morrer.

Na dinâmica marajoara, as populações locais, sempre sensíveis e sintonizados aos mistérios da floresta amazônica, produzem inteligíveis modos de vida e de trabalho, os quais vem permitindo-lhes dialogar e respeitar temporalidades dos indissociáveis reinos: humano, vegetal, animal, mineral, garantidores de sustento no dia-a-dia” (Pacheco: 2009, p.411)

Nesse contexto a noção do tempo é orientada pelas atividades que tem que realizar, aqui parece não haver separação entre trabalho e vida. A cultura dos sujeitos está entrelaçada à natureza.

Nesse Marajó das florestas, outras racionalidades foram elaboradas, outras explicações para origem dos rios, dos fenômenos da natureza, das doenças e das práticas de cura constituem suas relações sociais.

As águas marajoaras gestão relações de extrema dependência entre seres humanos e meio ambiente, revelada nas sociedades, cidades, vilas ou casas flutuantes, ali configuradas. A água é a grande metáfora da vida, pois dela, nela e por ela emanam, correm, ou podem ser concretizadas as necessidades humanas, intelectuais e espirituais.(Pacheco: 2009, p. 411)

“O homem e o rio são os dois mais antigos agentes da geografia humana da Amazônia”(TOCANTINS:1972, 306). O rio motivando a vida do homem, o rio impregnando as populações tradicionais de seus rumos, de seus destinos entre cheias e secas, entre furos e igarapés, criando tipos específicos de vida regional.

O tempo de trabalhar, de plantar, de colher, dos festejos religiosos, são as marcas dessa relação homem natureza, conforme o entendimento do Thompson para a sociedade do século XVIII.

(...) esse descaso do tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cujo a estrutura de mercado e administração é mínima, e no qual as tarefas diárias(pesca, plantio, construções de casa...) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade(...), serve para enfatizar o conhecimento essencial em diferentes notações de tempo geradas por diferentes situações de trabalho e sua relação com os ritmos tradicionais. É óbvio que os caçadores devem aproveitar certas horas da noite para colocar suas armadilhas. Os pescadores e navegantes devem integrar as suas vidas com as marés...” (THOMPSON: 2002, p 271)

Esse é um tempo cultural, com ritmos de trabalhos naturais. Para confirmar estes pressupostos na realidade marjoara, vejamos a sabedoria de um morador:

Aqui na floresta nós somos guiados pela lua, pela maré(...) o homem trabalha no caminho da lua e a mulher é guiada pela lua(...) a lua cheia é o tempo da água grande. No quarto minguate a água tá bem baixa, de 06 em 06 horas ela tá baixa, de 06 em 06 horas ela tá alta, de 24 em 24 horas ela tá preamar, de 12 em 12 horas ela

tá maré seca. Nós temos o período das águas grandes que é mais no inverno, o tempo da reprodução, da disova do peixe, as águas crescem e os peixes vão pro centro onde ninguém tem condições de atacar eles(...) Tem gente que pensa que natureza é só açazal, madeira, natureza é água, é conforto, peixe é natureza...” (Antônio Gonçalves, o Galo do Mapuá- pai de aluna da CFR, comunidade Bom Jesus do Rio Mapuá: 2014)

Esses saberes formam o cotidiano dos moradores da Resex, representam a vida, cultura, sem o qual não poderiam se movimentar por entre as águas. Eles sabem distinguir natureza de cultura, sabe como respeitá-la e respeitando-a utiliza do que ela lhe oferece. É preciso ter valores, ter identidade, conhecimento, e interpretação de si mesmo a medida que cultura e natureza se entrelaçam e fazem do homem e da mulher das margens dos rios, o que são, o que foram e o que poderão vir a ser.

A alternância pedagógica parte desses pressupostos, uma vez que estimula-se que os educandos possam fazer pesquisas que possam evidenciar esse tipo de fala, por exemplo, e a partir delas refletir sobre conhecimentos já feitos. Isso não quer dizer um resgate e sim uma troca, uma sintonia entre o que já foi teoricamente acumulado na relação cultura e natureza.

Essa biodiversidade de saberes está presente no cotidiano do trabalho, com o sonhos de melhorar de vida. Amparado nesses viveres, o aluno da CFR Benedito Araújo luta cotidianamente pela vida:

Tem uma dificuldade enorme pra gente conseguir vender a madeira, a gente tem que conseguir abrir caminho na mata, arrastar a madeira até a beira do igarapé e deixar no porto da gente “”embarcado”. Até chegar comprador pra pegar algum dinheiro dessas madeiras levam meses. No caso do açaí ele seria semanal, os meninos bom de tirar açaí tiram até 10 latas por dia e como a lata tava R\$ 23,00 dava um bom dinheiro; faria um bom dinheiro se tivesse açaí todo o tempo e no caso largaria a madeira. É por isso que estou tentando investir no açazal pra ver se melhora e também ajuda na preservação do meio ambiente, uma vez que a madeira não é como antes que agente tirava na beira do igarapé, agora é um caminho com cem estivas para poder chegar com a tora na beira, isso é muito cansativo. (aluno do ensino fundamental morador do rio Coqueiro, Comunidade Bom Jesus)

As falas demonstram um imenso conhecimento da natureza, sem a qual não poderiam desenvolver suas atividades diárias, remetendo também a um respeito pelo que oferece e a consciência ambiental que não é inesgotável. Busca-se também melhoria de vida e as novas aprendizagens de manejo, de uso consciente dos recursos como uma boa estratégia de ação, reflexão, consumo e comercialização de produtos. O termo Agroecologia não faz parte do discurso deles, porém isso não é preocupante, uma vez que não é saber o conceito que vislumbra práticas agroecológicas e sim o próprio dia-a-dia e suas relações homem-natureza- cultura.

Nessa biodiversidade de saberes nasce a complexidade de diversas experiências sociais, enriquecidas de trocas culturais. A biodiversidade marajoara entrelaçada de saberes emergem das florestas e das águas e fazem das sementes, da dinâmica das águas, da

observação da vida animal e vegetal sabedorias que culturalmente integram a cultura rieirinha nessa parte do Marajó, representada pela Resex do Mapuá .

A partir dessas questões podem haver desdobramentos em um material pedagógico por exemplo, o educador pode traçar um debate: O tempo estipulado pela sociedade e o tempo da natureza. Os educandos podem ter a compreensão que as paisagens podem revelar diversas categorias desse lugar, com seus aspectos naturais (água, floresta, solo...) e os aspectos humanos costumes das populações tradicionais, arqueologia- cemitério indígenas, regras sociais, o fluxo das pessoas regido pelo ritmo das marés, dentre outros.

Ao trabalhar a questão do tempo, pode-se evidenciar que o tempo varia nas mais diversas sociedades, nas mais diversas épocas, e que a rapidez da tecnologia e da informação não figura-se como a única possibilidade de se organizar e de se relacionar com o tempo

Os educandos da CFR tem que ser questionadores e a cada tempo comunidade tem que estar instigados por uma inquietação – pergunta, ou seja, a busca por compreender uma determinada realidade. Sobre a temática em questão a motivação é que os educandos levantem questionamentos sobre as diversas temporalidades que existem e o material proposto a seguir pode ajudar a organizar essas questões-problemas.

4 - O PRODUTO: PROPOSTA DE CADERNO PEDAGÓGICO

A escola comunitária Casa Familiar Rural de Breves tem uma proposta pedagógica diferenciada, pois se propõe a trabalhar com a pedagogia da alternância que está intrinsecamente ligada a agroecologia e ao enfoque interdisciplinar e que estes por sua vez permeiam o curso de formação em Técnicos em Floresta, como vimos isso não é de fácil assimilação entre os educadores, sendo fundamental deste modo organizar um material com as experiências já realizadas por alguns dos docentes, visando valorizar os esforços dos que já fazem e incentivar os que ainda não realizam um trabalho dentro dos princípios da pedagogia da alternância. Assim nasceu o Caderno Pedagogia “ Japiim do Mapuá: Educação Agroflorestal”.

O referido caderno referenda o lugar onde os educandos moram através de poemas de minha autoria oriundas da parte introdutória da dissertação, em seguida trás os Saberes e Valores Culturais dos educandos através dos contos e causos e por último apresentamos cinco temas geradores que serão expressos a partir de falas significativas entrelaçadas na dinâmica e nas vivências dos educandos. Aqui relaciona-se tempo escola e tempo comunidade entre conteúdos, poemas, canções e falas significativas da realidade

O grande desafio é concatenar essas falas com a matriz curricular do curso técnico integrado em floresta e as propostas de atividades interdisciplinares nas diferentes áreas do conhecimento. Utilizando poemas, referendando contos e causos e dados apresentados na pesquisa participativa e nos pensamentos expresos nos planos de estudo e nas entrevistas . Além de utilizarmos desenhos feitos pelo Professor da CFR Marcelo Gama, fotografias e narrativas de educados e moradores do lugar. Pesquisamos também músicas, artesanatos, inovações, saberes tradicionais entre outros que contribuíram na composição do caderno.

Temos como principal referencia metodológica o itinerário educativo Tempo Comunidade e Tempo Escola e como principal expoente teórico os pressupostos teóricos de Paulo Freire(1987;2006) ao fazermos a reflexão homem-mundo através dos temas geradores.

Esse sem dúvida é um dos maiores desafios da pesquisa, devolver para a comunidade os resultados da mesma de forma sistematizada, conceitual e significativa.

Nessa caminhada Saber- fazer é um exercício do saber-ser e saber-viver. Sendo assim, não é necessário somente conhecimento técnico é primordial estar com os ouvidos aguçados para o bem, para a beleza, para o improvável, e para as incertezas, disponível para a floresta, navegante do tempo e das águas.

5-ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A educação é um processo que está sempre em movimento, por isso lento, por isso inconcluso, cujo o destino está entregue aos caminhos andantes, assim como os rios que dão vida, que vitalizam o solo, na sua função de desaguar e ensopar a terra.

Assim os educandos passam de uma formação para outra como seus tempos de criança, juventude e fase adulta e de tempo em tempo esses mesmos educandos são regidos pelas águas, pela natureza, pelas florestas que dispersam suas sementes.

É semeando nas comunidades, nas famílias, nos educadores e educandos que a Casa Familiar Rural tem efetivando seu processo formativo. Educação e mudança, Educação e Agroecologia, Educação das águas e das florestas, processo interdisciplinar, pedagogia da alternância..., são muitos os conceitos, as interpretações, são teorias, são práticas, são pessoas, seres humanos, profissionais, estudantes, líderes comunitários, populações tradicionais, educadores, gente que se mistura entre o trabalho na mata, nas Unidades de estudo e produção, no rio, na sala de aula, no lote familiar, nos tempos. Escola, comunidade, de vida. Com problemas como em qualquer família, com virtudes também.

E em cada momento a luta diária é pela manutenção da escola: alimentação, combustível, transporte e para que a metodologia da alternância permaneça, mas para que isso aconteça é necessários planejamentos eficazes, coletividade dos professores nas aulas, pesquisas que subsidiem essas atividades e sobretudo que tenham identidade marajoara. Educadores que entendem e gostam do que estão fazendo e no lugar que estão, educandos que vêem essa escola como oportunidade, necessidade e também amor a terra, as águas e esperança de que podem contribuir de alguma forma para si, suas famílias e comunidades.

Tentando concluir me vem a memória o começo, a escola sendo erguida, os sonhos depositados, a primeira pesquisa, os professores que se foram porque não se identificaram com a proposta, os pesquisadores que passaram, os educadores e educandos que se reinventaram, os estudantes da Universidade Federal do Pará- Campus de Breves e do Instituto Federal do Pará- campus de Breves que foram para estágios de vivência. Os alunos que não concluíram por questões de trabalho, por motivos familiares, os educandos que pesquisaram, escreveram e defenderam seus Projetos Profissionais e que concluíram rumo a melhoria de seus lotes, da prestação de consultorias em RESEXs, e alguns já conseguiram até a aprovação nas Universidades.

. Rememora-se também a partilha dos saberes feita com os pais, com apresentação de trabalhos e atividades culturais. E a cada chegada no trapiche, um caminho que se percorre até a escola, por ele se passa das águas a terra firme e nesses poucos segundos dá pra visualizar as

árvores em volta com casas de Japiim que é considerado o símbolo da RESEX Mapuá pela sua agilidade, beleza e a capacidade de se reinventar com a chegada do predador, ele pode imitar qualquer canto de pássaro e assim sobrevive. Que a CFR aprenda com os pássaros a fazer seu ninho do que a natureza reserva e defende-se dos assombros que persistem não de forma perversa mas com beleza.

Assim, de rabeta, de barco, de lancha ou de casco, embarca-se não em despedida e sim em um novo começo, porque na bagagem todos levam nova aprendizagens, indagações e esperança.

.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. V. A. Educação em Agroecologia – que formação para sustentabilidade? **Revista Agriculturas**. v. 7, n. 4. p. 4-6, 2010

AMAZONLINK. **Primeiras Iniciativas e Organização dos moradores da floresta Reservas Extrativistas**. Disponível em: <http://www.amazonlink.org/ACRE/amazonas/seringueiros/resex.htm>: acesso em 20-12-2014

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARQUIPELÓGO DO MARAJÓ. **Municípios Marajoaras**. Disponível em: [http:// www.AMAM-MARAJO.ORG-MUNICIPIOS](http://www.AMAM-MARAJO.ORG-MUNICIPIOS)

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: Bases Científicas pra uma agricultura sustentável**. Nordan Comunidad: 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna: **Por uma Educação no Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

APPE, M. **Ideologia e Currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

BARBOSA, Maria José de Souza(org). Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica de Territórios Rurais no Estado do Pará: Universidade Federal do Pará- PITCPES, Belém agosto de 2012

BENCINI, Roberto. **Escola Rural o orgulho de estudar no Campo**. Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, ano XX, nº 185, setembro, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF), 1996.

_____. Diretrizes e Bases para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília(DF), 2001;

_____. Governo do. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável- PTDRS do Marajó**. Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA, 2007.

CAMPOS, Ana Cristina. Reserva extrativista Gurupá-Melgaço. Disponível em: [www. Ecodebate.com.br](http://www.Ecodebate.com.br). Acesso em 29-11-2013

COUTO, Jeovani de Jesus Couto. **Alternância em Gurupá : Modelo alternativo de desenvolvimento local**, UFPA, Belém: 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural**. In: Congresso. Brasileiro de Agroecologia, 3., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBA, 2005.

CARMO, M. S. do. **Agroecologia: Novos caminhos para a agricultura familiar**. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, p. 28-40, Dez./2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ESCRICHE, Mercedes Millán. **Los Retos de los actores del desarrollo local em el trásito de la tradición a la inovación**. In: **Los sistemas locales de empresas y si desarrollo territorial: evolución y perspectivas actuales em um contexto globalizado**. Alicante: Gramma, 2008. pp. 309- 328.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinariedade: História, teoria e pesquisa**- Campinas. SP. Papirus, 1994

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983
_____. **Educação como prática de liberdade**, 29º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987

FRANCISCHETTI, Zélia Aparecida Perreira. **A Agroecologia como tema transversal na formação técnica agrícola**. Dissertação: Universidade Rural do Rio de Janeiro, 78 fls. Dezembro, 2005

GEHLEN, L; RIELLA, A. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável**. Sociologias, Porto Alegre, Ano 6, nº 11, jan-jun 2004, p 20-26.

GHEDIN, Evandro(org). **Educação do Campo e pistemologias e práticas**.- 1ª ed.- São Paulo: Cortez:2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMONET, G.C: **A Alternância na Formação, um Caminhar no Coração da Complexidade**. Puerto Iguazú (AR)/ Foz do Iguaçu (BR): Arcafarsul, 2001. Cadernos

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**.- 4ª ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade- UFRGS, 2009.

GUZMÁN, Sevilla Eduardo. **A perspectiva agroecológica: Uma sistematização de seus métodos e técnicas agroecológicas e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v3, jan-mar, 2012.

HERRERA, José Antônio. **Dinâmica Agrária e Desenvolvimento da Agricultura Familiar: O caso da Vila Amélia- Breves/ Pará**. Dissertação(Mestrado). Universidade Federal do Pará, 119 fls. Belém, 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES. **Diagnóstico Sócioeconômico e Ambiental: Implementação do Conselho Deliberativo(CD) da Reserva Extrativista do Mapuá**: Abril: 2008

INSTITUTO PIABIRU. **Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Cultural do Arquipélago do Marajó**, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Benefícios Sociais do Governo**. Disponível em <http://www.incra.gov.br>

JARDIM, Ninon Rose Tavares. **Mulheres entre enfeites e caminhos: Cartografias de Memórias em Saberes Estéticos do Cotidiano no Marajó das Floresta**. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Artes, 2013. Dissertação.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl & ENGELS, Frederich. **Manifesto do partido comunista**. 2 ed. Lisboa. Ed Avante, 1984

Marx, Karl. **O capital: Crítica da economia política** . 3ª ed.- São Paulo: Nova Cultural, 1998.

NAWROSKI, Alcione. Dissertação: **Aproximações entre a escola nova e a pedagogia da alternância**. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis. Dezembro de 2010, 153 páginas.

PINTO, Diogo de Souza, LIMA, Sara e CARVALHO, Lilian Maria Paes **Levantamento e características dos cursos de agroecologia e a sua relação com a educação formal no Brasil**. Vol 7, No. 2, Dez 2012

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alinea: Uberlândia: Edufi, 2008

PACHECO, Agenor Sarraf. **História e Literatura no regime das águas: Práticas culturais Afroindígenas na Amazônia Marajoara**: UNAMA. Belém: 2009. Artigo.

QUEIROZ, João Batista Pereira; SILVA, Virginia Costa e PACHECO, Zuleica(Org). **Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo**- Goiânia: Ed. Universa,2006.

_____. **El Corazon de la Amazonia. Identidades, saberes, Religiosidade no regime das águas marajoaras**. Pontifícia Universidade Católica. PUC. Tese, 2009.

SABOURIN, Eric. **Políticas Públicas e Ações Locais. In: Camponeses no Brasil entre a troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. pp 143-191.

SELER, Giovanni. **Reserva Extrativista Terra Grande e Pracuúba**. www.recantodasletras.com.br. Acesso 20-12-2014

SCHNEIDER, Sergio e GAZOLLA, Marcio(Org.) **Os atores do Desenvolvimento Local: perspectivas teóricas e práticas sociais**, - Porto Alegre: Editora da UFRGS,2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

SOUZA, Romier da Paixão. **Rompiendo las Cercas: Formación Profesional y Agroecología- Uma Mirada crítica de uma experiência em la Amazônia Brasileira**. Dissertação (Mestrado) Universidad Internacional de Andalucía, 135 fls, Diciembre, 2011

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das letras, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: Uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 4º edição, Dezembro de 1972

TRIVIÑOS. Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIARES AGRICOLAS NO BRASIL. [www. Unifab. Org](http://www.unifab.org). Acesso: 20-03-2013

APÊNDICE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Antonio Ferreira Goncalves,
Brasileiro, Rio de Janeiro (estado civil), canadense (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 6558587, inscrito no CPF/MF. sob nº
708221.072-87, residente à Rua/comunidade/Rio MPUA.C. / Bom Jardim,
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas a
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 28 de Dezembro, de 2014.

x Antonio Ferreira Goncalves



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Elivan Costa de Freitas,
Brasileiro, União Estável (estado civil), 4899645 (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF. sob nº
801.651.512-20, residente à Rua/comunidade/Rio Bom Jesus / Rio Mapua,
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de Dezembro, de 2014.

Elivan Costa de Freitas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Maria do Livramento Pedroso,
Brasileira, soltira (estado civil), cientista em floresta (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF. sob nº
020.082.182-74, residente à Rua/comunidade/Rio Rio Jesus / Rio Mapuá,
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e
forma.

Breves, 11 de Dezembro, de 2014.

Maria do Livramento Pedroso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Magno de Souza Batista,
Brasileiro, _____ (estado civil), _____ (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 600835, inscrito no CPF/MF. sob nº
026.575.482-36, residente à Rua/comunidade/Rio _____,
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de Dezembro, de 2014.

Magno de Souza Batista.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Marcia Mendes Gonçalves,
Brasileira, Solteira (estado civil), Doc. Rural Estudante (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 3943719, inscrito no CPF/MF. sob nº
_____, residente à Rua/comunidade/Rio Comunidade Bom Jesus, Rio Mapue
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e
forma.

Breves, 11 de Dezembro, de 2014.

Marcia Mendes Gonçalves



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Jeovani Paulo Costa Araújo,
Brasileiro, Solteiro (estado civil), Trab Rural / Estudante (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 7631763, inscrito no CPF/MF. sob nº
_____, residente à Rua/comunidade/Rio Bom Jesus / Rio Coqueiro
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e
forma.

Breves, 11 de Dezembro, de 2014.

JOVIL PAULO COSTA ARAUJO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Micheli Marques da Conceição,
Brasileira, uniao civil (estado civil), prof. rural estudante (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 6478726, inscrito no CPF/MF. sob nº
009.421.342-90 residente à Rua/comunidade/Rio Comunidade Bon fizes
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de Dezembro, de 2014.

Micheli Marques da Conceição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Samaraoni da Silva Rocha,
Brasileiro, uniao estavel (estado civil), educador (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 2838182, inscrito no CPF/MF. sob nº
611.898.042-04, residente à Rua/comunidade/Rio Rua Antônio Juguê,
nº 3467, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de dezembro, de 2014.

Samaraoni da Silva Rocha



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Adolpho Nascimento Romes,
Brasileiro, Geltilino (estado civil), Professor (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 4773565, inscrito no CPF/MF. sob nº
845098.962-15, residente à Rua/comunidade/Rio Rua De Teixeira da Costa,
nº 1499, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de DEZEMBRO, de 2014.

Adolpho Nascimento Romes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Naide de Brito Leão,
Brasileiro, uniao civil (estado civil), _____ (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 5727368, inscrito no CPF/MF. sob nº
989271402-49, residente à Rua/comunidade/Rio Comunidade Bom Jesus - Rio Napim
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhil, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de Dezembro, de 2014.

Naide de Brito Leão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Edimere Sá Cardoso,
Brasileiro, solteiro (estado civil), Pedagogo (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 6989053, inscrito no CPF/MF. sob nº
91825385-2 residente à Rua/comunidade/Rio Av. Rio Branco,
nº 1765, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 11 de Dezembro, de 2014.

Edimere Sá Cardoso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Benedito Nascimento de Araújo,
Brasileiro, Solteiro (estado civil), Prob. eud/estudante (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 4897143, inscrito no CPF/MF. sob nº
774036.612-00, residente à Rua/comunidade/Rio Comunidade Bom Jesus/Rio Coqueiro
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (dias) vias de igual teor e
forma.

Breves, 11 de Dezembro, de 2014.

Benedito Nascimento de Araújo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Rogério da Silva Melo,
Brasileiro, União Postal (estado civil), Professor de Matemática (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 6252745, inscrito no CPF/MF. sob nº
00513260277, residente à Rua/comunidade/Rio Avenida Portel,
nº 385, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de Dezembro, de 2014.

Rogério Melo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Aldalice Rodrigues,
Brasileira, Solteira (estado civil), Estudante (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF. sob nº
549.458.952-87 residente à Rua/comunidade/Rio Bom Jesus,
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de Dezembro, de 2014.

Aldalice Rodrigues Barbosa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS CASTANHAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DE FALAS

Eu Marcelo da Silva Gama,
Brasileiro, Casado (estado civil), Segurança (profissão), portador
da Cédula de Identidade RG nº 5411527, inscrito no CPF/MF. sob nº
9411527, residente à Rua/comunidade/Rio Av. Abel,
nº _____, na cidade de Breves, **AUTORIZO** o uso de minha imagem e das minhas falas
em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para
ser utilizada como parte integrante da Dissertação de Mestrado de Jeovani de Jesus Couto
do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, mais precisamente do Curso de
Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, destinadas à
divulgação ao público em geral e para uso interno desta instituição, desde que não haja
desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e de
falas acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas
modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) artigos; (III)
eventos; (IV) cartazes; (V) banner (VI) mídia eletrônica, entre outros.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem
que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e minhas falas
ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e
forma.

Breves, 12 de Dezembro, de 2014.

Marcelo da Silva Gama